



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Brasileiros em Portugal: infraestruturas de cidadania e seus desafios nas vivências de migração longa

Nicole Velloso de Oliveira

Mestrado em Psicologia das Relações Interculturais

Orientadora:

Susana Alexandra Alfama Blanda Batel, investigadora auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Orientadora:

Laura Cristina de Toledo Quadros, professora permanente,
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ)

Outubro, 2025

Departamento de Psicologia

Brasileiros em Portugal: infraestruturas de cidadania e seus desafios nas vivências de migração longa

Nicole Velloso de Oliveira

Mestrado em Psicologia das Relações Interculturais

Orientadora:

Susana Alexandra Alfama Blanda Batel, investigadora auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Orientadora:

Laura Cristina de Toledo Quadros, professora permanente,
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ)

Outubro, 2025

às Fridas, Marias, Lúcias, Estrelas, Anas, Vivis, KapaP(ês), aos Brunnos, Adrieis, Arthures, Felipes, Oniromantes, e HP(ês) do terceiro mundo que, mesmo cansadas/os, casadas/os, com filhas/os, ou trabalhando fora, decidem achar um tempo pra dizer da própria existência.

Agradecimentos

*Os problemas parecem insuperáveis, e são, mas
deixam de ser quando decidimos que, mesmo
casadas ou com filhos ou trabalhando fora,
iremos achar um tempo para escrever.*

— Glória Anzaldúa (2000)

Neste espaço, gostaria de agradecer a todas e todos que de uma forma ou de outra me acompanharam nessa travessia, cujo resultado carrega impresso um pouco da minha alma. Agradeço aos que compuseram “os bastidores” da pesquisa, me orientando, sustentando, ouvindo, opinando, me ajudando a ver melhor, tanto o processo da pesquisa quanto a mim mesma!

Susana e Laura, minhas queridas professoras e orientadoras, obrigada pelos aprendizados, por acreditarem no meu projeto e me ajudarem a realizá-lo. Às queridas Taila e Thais, pelo apoio com o design e comunicação da pesquisa. À Casa do Brasil de Lisboa, e todas e todos pela ajuda na divulgação da pesquisa. Gisele, Wagner e Pedro, pelo amor, suporte e parceria incondicionais que nos une e fortalece enquanto família. À Ana Letícia, por todo suporte e cuidado ao longo desses anos. Dani e Olek, pela amizade, partilhas e debates informados por suas experiências de vida que me inspiraram durante o processo. Gabi, minha amiga, parceira de vida, irmã, por absolutamente tudo. Linx, Cami, Lore, Nath, Muskaan, Ani, Cintia, Nicolay y Robert, *mis compañías latinas y del tercer mundo por apoyarme y ofrecerme un hogar, ayudándome a ver las infraestructuras de ciudadanía con mas claridad*. Emma, *for the transnational friendship and partnership, for your support, attentive listening and reading, between podcasts and midnight hours*. Fabi, Cata e Casta, pelo acolhimento e amizade. Mari, Kamila e Taila, minhas amigas-irmãs pela amizade incondicional e eterna, que me acompanham e sustentam em todas as fases da vida. Mayleen e Ema, pela parceria, amizade e aprendizados, *danke schön, hvala*. Nathalie, Sigrid, Stefan, Fabi and Cinzi, *for your respect, friendship and support during itinerant moments of the process, danke schön!* À toute ma communauté toulousaine (Clém, Jeremy, Emma, Giorgia, Carla, Aizat, Martin, Sophia, Dani) *pour votre amour, votre divertissement, votre curiosité, votre amitié et, principalement, merci d'avoir gardé ma place chaleureuse au sein de notre foyer*.

Agradeço aos outros e outras, pois sozinha não seria nada! Obrigada!

Resumo

Frequentemente os estudos sobre migração partem de noções essencializadoras de cultura, sobrepondo-a ao Estado-nação, produzindo políticas de inclusão de migrantes paradoxalmente segregacionistas e prescrições nacionalistas sobre quem é ou não considerado um cidadão de direito. Utilizando a Psicologia Social Crítica da Cidadania (PSCC) em conjunto com a Teoria Ator-Rede (TAR) (Latour, 2012b), esta investigação propõe um olhar multidisciplinar e construtivista sobre a experiência vivida de migrantes brasileiros em Portugal. Considerando a interculturalização através da teoria da liminalidade, analisamos a agência das infraestruturas de cidadania (IC), especificamente a nacionalidade portuguesa, nesse processo. O modelo teórico propõe rastrear a influência das IC na produção das tensões entre interculturalização, cidadania performativa e cidadania formal, no espaço liminal do processo migratório. Adotou-se uma abordagem crítica qualitativa, inspirada na postura ética do pesquisar-COM (Quadros & Moraes, 2016). Os dados foram coletados por entrevistas narrativas individuais e para a análise utilizou-se a abordagem temático-narrativa. Os resultados evidenciam a mediação de não-humanos (infraestruturas) e a liminalidade na vida dos participantes-colaboradores enquanto migrantes brasileiros em Portugal. O mapa temático produzido apresenta quatro temas que se entrelaçam e sustentam a complexidade do fenômeno estudado. A pluralidade da experiência de vida dos migrantes brasileiros em Portugal é atravessada por camadas institucionais, histórico-coloniais e afetivo-culturais. Os resultados destacam o papel ativo das infraestruturas de cidadania na construção da cidadania cotidiana e da vida dos migrantes em Portugal. A dissertação contribui para uma análise mais contextualizada e complexa da migração, especificamente de brasileiros em Portugal, desenvolvendo assim a Psicologia Social e Política.

Palavras-chave: Migrantes Brasileiros em Portugal, Infraestruturas de Cidadania, Interculturalidade, Liminalidade, Psicologia Social Crítica da Cidadania, Teoria Ator Rede.

Códigos PsycINFO:

2960 Processos Políticos & Questões Políticas

2910 Estrutura & Organização Social

Abstract

Migration studies often depart from essentializing notions of culture and superimpose it onto the nation-state. This produces paradoxically segregationist migrant inclusion policies and nationalist prescriptions regarding who is– or is not –considered a rights-bearing citizen. Grounded in the Critical Social Psychology of Citizenship (CSPC) and the Actor-Network Theory (ANT) (Latour, 2012b), this research adopts a multidisciplinary and constructivist perspective to explore the lived experiences of Brazilian migrants in Portugal. Considering interculturality through the theory of liminality, we analyzed the agency of citizenship infrastructures (CI), specifically the Portuguese nationality, within this process. The theoretical model traces the influence of CI in producing tensions among interculturality, performative citizenship, and formal citizenship within the liminal space of the migratory process. A critical qualitative approach was adopted, inspired by the ethical stance of *pesquisar-COM* (researching-WITH) (Quadros & Moraes, 2016). Data was collected through individual narrative interviews and analyzed using a thematic-narrative approach. The results highlight the mediation of non-humans (infrastructures) and liminality in the lives of the participant-collaborators as Brazilian migrants in Portugal. The resulting thematic map presents four interwoven themes that sustain the complexity of the studied phenomenon – institutional, historical-colonial, and affective-cultural layers – underpinning the plurality of migrant experience. Findings emphasize the active role of citizenship infrastructures in constructing the migrant’s everyday citizenship and lived realities in Portugal. This dissertation contributes to a more contextualized and nuanced analysis of migration, specifically of Brazilians in Portugal, thereby advancing the fields of Social and Political Psychology.

Keywords: Brazilian Migrants in Portugal, Citizenship Infrastructures, Interculturality, Liminality, Critical Social Psychology of Citizenship, Actor-Network Theory.

PsycINFO codes:

2960 Political Processes & Political Issues

2910 Social Structure & Organization

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
Capítulo I. Referencial Teórico	7
1.1. Migração e Cultura: estado da arte em psicologia social e intercultural	7
1.2. Liminalidade: um terceiro espaço entre cultura e cidadania	12
1.3. Cidadania e Migração: Psicologia Social Crítica da Cidadania como moldura teórica	14
1.4. Contribuições da Teoria Ator Rede (TAR) para uma psicologia social, crítica da cidadania (PSCC)	17
1.5. Modelo teórico e Objectivos da pesquisa	22
Capítulo II. Metodologia	25
2.1. Procedimento de recolha de dados	25
2.2. Participantes-Colaboradoras/es	27
2.3. Análise dos Dados	28
Capítulo III. Desdobramentos do método: “os bastidores dessa investigação”	31
3.1. Situando a pesquisadora	32
3.2. Do encontro com o campo	33
Capítulo IV. Análises	35
Tema 1: A nacionalidade como infraestrutura de cidadania	37
Narrativa “Vigo”	38
Subtema 1.1: Do “jogo do empurra-empurra” à “pescadinha de rabo na boca” – Relatos de ambiguidade institucional	40
Subtema 1.2: “Você já tá cá há quantos anos?” – O tempo como infraestrutura	42
Subtema 1.3: “Mas qual é a língua que estou a falar consigo?” – O idioma português como infraestrutura de poder	43

Subtema 1.4: A nacionalidade portuguesa como chave de acesso e legitimidade	46
Tema 2: Entre a cidadania e o pertencimento: o que é “ser” Português?	49
Narrativa “Largo das Graviolas”	49
Subtema 2.1: “Minha terra é onde eu quiser estar!” – Descolando a cidadania performativa da nacionalidade	51
Subtema 2.2: Cidadania na fronteira: tensões entre pertencimento e cultura	53
Tema 3: Vivendo na fronteira: experiências de liminalidade	55
Narrativa “Lugar do imigrante”	55
Subtema 3.1: “Imigrar te faz virar do avesso” – Atravessando a liminalidade no encontro intercultural	57
Subtema 3.2: “Me sinto um estranho no ninho” – Dimensões afetivo-culturais da liminalidade	58
Tema 4: Herança Histórico-colonial operando como não-humano	60
Narrativa “A vida é urgente”	60
Subtema 4.1: “Volta pra Bragança!” – O estigma da mulher brasileira	62
Subtema 4.2: Desemaranhando estereótipos, iluminando ambiguidades	65
Subtema transversal: “A sua vida só anda quando você decide ficar” – Efeitos psicossociais de se viver em Portugal	67
Narrativa “Pé de limão”	68
Capítulo V. Discussão e considerações finais	71
Referências bibliográficas	75
Anexos	82
Anexo A – Guião da entrevista	82
Anexo B – Consentimento informado	84
Anexo C – Debriefing	87
Anexo D – Chamada da pesquisa	88
Anexo E – Narrativas extras	90
Narrativa extra “Processo de aquisição de cidadania”	90

Narrativa extra “Bode expiatório”	92
Narrativa extra “Carteirada”	93
Narrativa extra “Volta pra Bragança”	93
Narrativa extra “Uma brasileira grávida”	94
Narrativa extra “Papelinhos”	97
Narrativa extra “Brasilidade tóxica”	98
Anexo E – Poema “A língua é a mesma, mas é outra”	99

Índice de figuras

Figura 1.1: Modelo teórico da pesquisa	22
Figura 2.1: Estrutura de análise	30
Figura 4.1: Mapa temático	36
Figura 4.2: <i>Filho Bastardo</i> , 1992, Adriana Varejão, óleo sobre madeira	63

Introdução

*de repente todos somos imigrantes
trocando uma casa pela outra
primeiro trocamos o ventre pelo ar
depois o subúrbio pela cidade imunda
em busca de uma vida melhor
mas alguns de nós abandonam sua terra por completo*
— *Rupi Kaur (2018)*

Migração é o movimento de pessoas fora do seu local habitual, seja internacionalmente ou internamente (IOM, 2019). O fenômeno da migração tem marcado a história mundial desde o início dos tempos. No entanto, na modernidade das comunidades imaginárias dos Estados-nação (Anderson, 2006), e à medida que a globalização e os fluxos migratórios se tornam mais intensos a cada ano, os/as pesquisadores/as são convocados/as a dar mais atenção a esses fenômenos e suas implicações, especificamente à integração de migrantes no país anfitrião (Padilla & Ortiz, 2012; Padilla & França, 2020; 2022). A seguir, a/o leitora/o será introduzida/o à um apanhado histórico-político de como o fenômeno da migração vem sendo gerido e estudado no contexto da União Europeia e mais especificamente em Portugal, a fim de melhor compreender o ponto de partida desta investigação.

Em 1999, com o Conselho Europeu de Tampere, funda-se uma abordagem europeia estruturada para a migração, asilo e integração, cujo principal objetivo era a prevenção de riscos e garantia da segurança no espaço comum europeu. Em 2004, o Conselho da UE traz o conceito de integração de forma mais específica, iluminando-o como um processo dinâmico e recíproco (Comissão Europeia, 2025). Ou seja, visto que a imigração para a UE consolida-se como uma realidade permanente, migrantes e sociedade de acolhimento devem adaptar-se mutuamente. Além disso, as exigências de domínio da língua, conhecimento da história e das instituições do país anfitrião tornaram-se exigências ao serem considerados facilitadores de integração. Por fim, mais recentemente a Comissão Europeia (2020) lançou o Plano de Ação sobre Integração e Inclusão 2021–2027 que busca uma atuação mais direta para a integração de pessoas migrantes, valorizando o contributo dessas pessoas para as sociedades europeias e buscando superar obstáculos à participação no que diz respeito à habitação, educação, emprego e cuidados de saúde (Comissão Europeia, 2025).

Historicamente, Portugal integra o chamado modelo migratório do sul europeu, por adotar um processo de criação de políticas dependente de iniciativas locais, sem coordenação planejada, com foco na inserção no mercado de trabalho, dando pouca atenção às questões culturais e integração dos migrantes (Cook, 2018). Contudo, nas últimas décadas, este cenário tem mudado, contando com estratégias mais coordenadas de integração, ampliação da lei de nacionalidade e o desenvolvimento de uma identidade nacional “multicultural” (Cook, 2018). De acordo com o MIPEX (2024), de um modo geral em 2019, Portugal foi considerado um país com políticas de integração abrangentes (incluindo políticas de saúde), sendo classificado como favorável (score: 81 pontos de 100) à integração como um processo bidirecional. Contudo, estudos indicam que o índice do MIPEX não corresponde à realidade vivida pelos migrantes em Portugal (Casquilho-Martins, Belchior-Rocha, & Ramalho Alves, 2022).

Embora Portugal tenha uma tradição de emigração, nas últimas décadas tornou-se um país de imigração (Padilla & Ortiz, 2012; Padilla & França, 2020; 2022). Segundo o último relatório da AIMA (2025) referente ao ano de 2024, os dados mostram que a população estrangeira residente em Portugal chegou a 1.543.697, representando 18,3% do total da população residente, sendo as quatro principais nacionalidades de migrantes residentes em Portugal: Brasil (31,4%), Índia (7,4%), Angola (6,9%) e Ucrânia (5,9%) (AIMA, 2025). Tendo em vista a importância de se estudar o processo de integração tanto para os migrantes quanto para a sociedade anfitriã, que a população brasileira é a mais expressiva dentre a população migrante em Portugal, e que, por essa e outras razões, como o passado colonial Portugal-Brasil, é o principal alvo de discriminação e discurso de ódio (Costa, 2025), este estudo se endereça à problemática da integração de migrantes brasileiros em Portugal.

Ao longo do século XX e início do século XXI, a emigração portuguesa tem sido uma constante, tendo seu pico durante a ditadura de Salazar (1933-1974), tornando Portugal um país tradicionalmente emigrante (Padilla & Ortiz, 2012; Padilla & França, 2022). Até o final da segunda guerra mundial, a chamada onda migratória transatlântica consistiu no fluxo de portugueses se deslocando principalmente para o Brasil (Padilla & Ortiz, 2012). Após a redemocratização de Portugal em 1974, o Estado português começou a demonstrar mais interesse em apoiar sua diáspora em todo o mundo. Ao longo dos anos, foram feitos investimentos em políticas de emigração para aproximar simbolicamente a diáspora de sua cultura e de suas origens nacionais. Essa tem sido uma das principais missões do Ministério das Relações Exteriores de Portugal (Padilla & França, 2022). Em 1980, Portugal passou a fazer parte da UE, o que impulsionou a economia do país e, principalmente, o setor de infraestrutura, que atuou como um fator de atração da imigração para o país (Padilla & França,

2020). A mudança de um país de emigração para um país de imigração trouxe um novo status para Portugal, que resultou no fato de ser o principal país na UE em termos de políticas de integração para migrantes, pelo menos até 2019 (Padilla & França, 2020; Santos, 2010).

Uma política específica que influenciou e facilitou o influxo e a integração de migrantes em Portugal foram os ajustes no regime de nacionalidade. Dados fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), criado em 1991, apontam um crescimento constante na aquisição da nacionalidade portuguesa, por brasileiros, por exemplo, atingindo um pico em 2015 e influenciando os dados sobre o estoque migratório no país desde 2007 (França & Padilla, 2018). De acordo com o MIPEx (2024), o acesso dos imigrantes à nacionalidade em 2019 foi favorável, sugerindo que Portugal incentiva os migrantes legais a se naturalizarem e dá direito a que seus filhos se tornem cidadãos plenos. Além disso, Padilla e Ortiz (2012) chamam a atenção para uma limitação dos dados estatísticos, afirmando que a aquisição da nacionalidade oculta o número real de migrantes latino-americanos na Europa, porque eles estariam representados em suas respectivas duplas nacionalidades europeias. Por exemplo, em 2017, houve mudanças nesse regime que permitiram que migrantes portugueses de segunda geração solicitassem a nacionalidade portuguesa (França & Padilla, 2018).

Portugal pode ser reconhecido como um dos países líderes em termos de políticas de integração, mas será que isso está de acordo com as experiências reais dos migrantes? Rocha-Trindade (2004) realizou um estudo qualitativo abrangente sobre a imigração em Portugal, identificando vários desafios enfrentados pelos migrantes. Esses desafios abrangem desde questões internas, como conflitos de identidade e senso de pertencimento, até questões externas, como discriminação, assédio sexual e exploração do trabalho. Ao comparar as experiências de mulheres ucranianas, brasileiras e cabo-verdianas, o relatório destaca o papel significativo que as diferenças culturais entre essas comunidades e Portugal desempenham para complicar sua integração na sociedade anfitriã. Entre as muitas dificuldades que os migrantes precisam enfrentar durante o processo de integração, estão as barreiras linguísticas, as dificuldades para lidar com a burocracia e a falta de competências culturais dos prestadores de serviços de saúde (Santinho, Ripolli & Padilla, 2014).

Recentemente o país tem enfrentado um momento de polarização política e aumento da politização das migrações, consequentemente, percebe-se a instrumentalização da religião e identidade nacional para a propagação de desinformação e discursos de ódio, principalmente por parte de movimentos de direita extremistas e populistas, contra imigrantes (Costa, 2025). Nesse sentido, segundo o relatório sobre discursos de ódio, realizado pela Casa do Brasil de

Lisboa¹ em 2020, os discursos atuais em torno do movimento migratório em Portugal, de base racista e xenófoba, abordam principalmente estereótipos de gênero como a prostituição e a intenção de “roubar maridos”, no caso de mulheres brasileiras; que são responsáveis pelo aumento da criminalidade e por “roubar empregos”; que os imigrantes são ignorantes, “burros” (no caso de lusófonos, que “falam português errado”), raça inferior, e preguiçosos; que casam por nacionalidade (“golpe”); e, por fim, que imigrantes são responsáveis por trazer doenças para Portugal (Costa & de Paula, 2020).

Já a última versão do relatório, trouxe uma intensificação desses discursos, propagados principalmente através da internet (Instagram) e nos serviços públicos portugueses, tornando-se, desde 2024, cada vez mais violentos (Costa 2025). Segundo Costa (2025), os discursos atuais sobre migração em Portugal baseiam-se numa lógica dicotomizada que coloca nacionais (“nós”) num pólo e migrantes (“outros”) no outro, reforçando preconceitos estruturais e sustentando a cultura do ódio. Além disso, há uma narrativa falaciosa, que sustenta o ódio e o ressentimento, de que migrantes fazem uso indevido dos apoios da segurança social tornando-se um peso econômico para o país. Apesar das evidências mostrarem o contrário, — apenas as contribuições das pessoas migrantes para a segurança social são suficientes para financiar 17% das pensões e aposentadorias nacionais (Directorate-General for Migration and Home Affairs, 2025) — essa narrativa se sustenta através dos discursos populistas de partidos de extrema direita que trabalham para propagar o nativismo — “ou seja, a ideia de que os Estados devem ser habitados exclusivamente por pessoas nativas e de que as pessoas estrangeiras representam uma ameaça” (Costa, 2025, p. 15).

Segundo Andreouli, Figgou e Kadianaki (2025), por vivermos em uma era de policrises, em que ações isoladas se tornam ineficazes, o populismo de direita ganha espaço mobilizando discursos sobre soluções simplistas e que frequentemente resultam em políticas de exclusão e restrições de fronteiras, afetando diretamente a vida e os direitos de pessoas migrantes. Os recentes debates políticos em torno da lei do estrangeiro em Portugal exemplificam esse cenário. O chamado “pacote anti-imigração” teve sua primeira versão derrubada pelo Tribunal Constitucional em Junho de 2025, principalmente por conta das regras quanto ao reagrupamento familiar que por exigir 2 anos de residência antes do imigrante poder receber sua família foi considerada um ferimento aos direitos humanos (Público, 2025a).

¹ A Casa do Brasil de Lisboa (CBL), uma associação de imigrantes sem fins lucrativos, atuante em Lisboa desde 1992. A CBL atua na reflexão e implementação de políticas públicas, assumindo um papel fundamental de ativismo e reivindicação de políticas igualitárias para as comunidades imigrantes em Portugal (Paula & Costa, 2020)

As recentes alterações à Lei da Nacionalidade, reforçam exigências, estabelecendo que, para adquirir a nacionalidade, migrantes devem, além da língua, demonstrar domínio da cultura portuguesa, organização política, valores democráticos, e assinar a “declaração solene de adesão aos princípios da República” (Público, 2025b). O pedido pode ser indeferido se ficar evidente a “inexistência de laços de efectiva ligação à comunidade nacional” (Público, 2025b) ou rejeição ostensiva. Os prazos de residência para cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (incluindo o Brasil) passam de cinco para sete anos, e demais imigrantes de cinco para dez anos (Público, 2025b).

Segundo Axster e Beatty Riedl (2025), ao definir migrantes como pessoas que vivem fora do país de origem, o relatório sobre o desenvolvimento mundial intitulado *Migrants, Refugees, and Societies* (2023) mantém uma visão centrada no Estado e na cidadania nacional como garantias de direitos. Os autores defendem uma análise multinível e interseccional das políticas migratórias, destacando também como a externalização das fronteiras transfere responsabilidades de proteção a terceiros e invisibiliza violações de direitos humanos.

A partir de um olhar interseccional, Cleiton e Meier (2023) refletem sobre a governança da migração, trazendo uma crítica a categorias de políticas, e propõem como foco de estudo o processo de categorização, numa aposta de revelar o quanto tais categorias não são dadas, mas sim construídas a partir de um contexto sociohistórico e político. Pesquisas nessa área são importantes para iluminar como certas infraestruturas organizadoras da vida social se apoiam em sistemas de opressão e discriminação e acabam produzindo categorias e identidades supostamente naturais, quando na realidade são construídas, como as de país, nacionalidade e cidadania. Nesse sentido os autores defendem a importância do conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica, capaz de evidenciar as interações e conexões entre diferentes marcadores sociais, auxiliando na compreensão de experiências de discriminação, marginalização e exclusão e revelando as estruturas de dominação e discriminação perpetuadas através do poder estatal (Cleiton & Meier, 2023).

Cleiton e Meier (2023) chamam a atenção para o uso acrítico das categorias “migrante” e “refugiado”. Usar tais categorias como naturais e evidentes apenas reforça a lógica do Estado-nação, responsável pela definição das fronteiras de inclusão e exclusão, o que, por sua vez, sustenta ideologias políticas nacionalistas e limita perspectivas alternativas de resolução de problemas práticos. Estudos também apontam que a aquisição de cidadania é moldada por critérios neoliberais de “merecimento” e por relações históricas de gênero e raça herdadas do colonialismo (Cleiton & Meier, 2023). Contudo, como destacam Axster e Beatty Riedl (2025), é igualmente necessário ir além da ênfase no Estado, reconhecendo que níveis subnacionais e

globais de governança também moldam a vida dos migrantes e podem tanto reforçar como atenuar modelos nacionais de associação e mobilidade. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre como proteger os direitos humanos e o bem-estar dos migrantes, bem como sobre maximizar os benefícios da migração para todos os envolvidos (Axster & Beatty Riedl, 2025; Cleton & Meier, 2023).

Segundo Zisakou e Figgou (2021), a psicologia social, tradicionalmente, estuda a integração de pessoas migrantes, destacando exclusão, contato intergrupar, categorização e modelos de aculturação, reforçando a lógica da alteridade. Ao criticar a naturalidade da ideia de Estado-nação, as autoras propõem uma reformulação do conceito de integração de pessoas migrantes, destacando a integração como um processo descontínuo, variável conforme contexto, domínios, história pessoal, temporalidade e práticas situadas.

Nesse sentido, são escassos os estudos no campo da psicologia social intercultural que iluminem a ação dessas infraestruturas no percurso migratório e desafios de integração de brasileiros em Portugal. E o que os migrantes têm a dizer sobre suas próprias experiências? Esta pesquisa visa aprofundar a compreensão sobre a experiência vivida de migrantes brasileiros, residentes em Portugal, analisando de forma crítica como se dá a integração desses indivíduos e como elementos institucionais e culturais impactam suas trajetórias. Utilizando como moldura teórica e metodológica a Psicologia Social Crítica da Cidadania, que apresenta a cidadania como prática cotidiana que extrapola a cidadania formal, e orientada a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) (Latour 2012a; 2012b), a presente pesquisa qualitativa destaca a agência de infraestruturas de cidadania, especificamente, o processo de aquisição de cidadania portuguesa (ver capítulo 1), analisando seu papel ativo na construção da cidadania cotidiana dos migrantes e seu processo de integração.

A seguir, o capítulo 1 apresenta o arcabouço teórico da pesquisa que sustenta a análise dos dados. O capítulo 2 conta do processo da pesquisa e da metodologia utilizada. O capítulo 3, “Desdobramentos do método” desenvolve uma análise da implicação da pesquisadora no processo da pesquisa, iluminando atravessamentos e situando perspectivas. Em seguida, o capítulo 4 apresenta as análises dos dados, e o mapa temático criado. E, por fim, o capítulo 5, traz a discussão desses resultados, em diálogo com a literatura e o modelo teórico desenvolvido, além de trazer reflexões finais sobre a pesquisa, iluminando as principais contribuições e caminhos futuros de pesquisa.

CAPÍTULO I

Referencial Teórico

Uma cultura é o que permanece quando os Estados passaram, ou o que necessariamente os precede. As culturas compartilham-se, quando os Estados se enfrentaram. Apreendem-se os limites – as fronteiras – de um Estado, mas não os de uma cultura.
— Édouard Glissant (1990/2021)

Neste capítulo serão apresentados os pilares teóricos que sustentam esta investigação. A começar pela compreensão adotada da migração e da cultura, seguida das implicações da cidadania nesse cenário e, por fim, a estrutura teórica adotada. Nesse sentido, busca-se compreender a tensão produzida entre cultura e cidadania como construções sociais e infraestruturais (e.g., através de vistos, formulários, comprovativos, ...), bem como as implicações psicossociais dessa tensão na experiência vivida de migrantes brasileiros em Portugal. O referencial teórico é, por tanto, uma costura das contribuições da Psicologia Social Crítica da Cidadania (PSCC) e da Teoria Ator Rede (TAR; Latour, 2012b), para pensar sobre migração, cultura, cidadania e integração.

1.1. Migração e Cultura: estado da arte em psicologia social e intercultural

O escopo de estudos em psicologia social e *cross-cultural psychology*, ou psicologia intercultural comparativa, têm abordado o fenômeno da migração, maioritariamente, a partir de noções universais e lineares de cultura, identidade e integração. Diversas críticas são tecidas ao modelo aculturativo de Berry (Bhatia, 2007; Chirkov, 2009; Clanet, 1990; Denoux, 1994; Guerraoui, 2009; Levitt, 2012; Spencer & Charseley, 2021; Zisakou & Figgou, 2021; Zisakou, Figgou & Andreouli, 2024), utilizado em larga escala para justificar políticas migratórias segregacionistas (Axster & Beatty, 2025; Cleton & Meier, 2023). Nesta pesquisa, pretendemos ultrapassar estas limitações, identificando algumas dessas críticas e formas de as endereçar, de seguida.

Acadêmicos da psicologia social crítica apontam para a necessidade de pesquisas neste campo que apresentem uma definição mais detalhada e profunda do conceito de cultura e aculturação, levando também em consideração relações de poder, fatores estruturais (políticas de integração inclusivas, garantia de acesso à direitos fundamentais, ...) e interseccionalidades,

além de metodologicamente diversas, e que reflitam as realidades complexas do fenômeno migratório contemporâneo, atravessado pela globalização e transnacionalidade (Bhatia, 2007; Chirkov, 2009; Levitt, 2012; Spencer & Charsley, 2021; Zisakou & Figgou, 2021).

Autores criticam a dominância de estudos de abordagem positivista (Glissant, 1990/2021; Guerraoui, 2009), que tratam o fenômeno da aculturação e a cultura como variáveis descoladas de um processo sociocultural complexo, e que agem sobre um self universal e pré-determinado (Bhatia, 2007; Chirkov, 2009). Sunil Bathia (2007), psicólogo indiano especializado em desenvolvimento humano, particularmente em psicologia cultural, raça e formação de identidade, chama a atenção para a falta de transparência e profundidade na localização epistemológica da maioria dos estudos sobre aculturação, inseridos no escopo dos estudos *cross-cultural*, que, a final, se sustentam em noções universalistas e objetivas do self, e constructos lineares e imutáveis de cultura. Guerraoui (2009), coloca que muitas vezes a ideia de aculturação é, na realidade, operacionalizada como uma ocidentalização, embebida num aparato epistemológico behaviorista e essencialista que ao encarar o sujeito como passivo e submisso ao seu contexto cultural, o encapsula num único destino obrigatório e inescapável: a assimilação desta cultura no qual está inserido.

Chirkov (2009) nos esclarece que a definição base de aculturação, ainda hoje operacionalizada na maioria dos estudos sobre migração em psicologia, foi escrita pelos antropólogos Redfield, Linton e Herskovits em 1936, que diz: “Acculturation comprehends those phenomena which result when groups of individuals having different cultures come into continuous first-hand contact, with subsequent changes in the original culture patterns of either or both groups” (p. 149 como citado em Chirkov, 2009)². E a partir dessa definição formou-se o paradigma dominante nas pesquisas sobre aculturação, considerando-a uma forma de adaptação linear a um novo ambiente (Chirkov, 2009).

Schmitz e Schmitz (2022), sob a perspectiva da *cross-cultural psychology*, ao realizarem um estudo correlacional sobre as estratégias de aculturação e diferenças individuais de migrantes como variáveis, indicaram que o resultado ideal deste processo seria a integração, corroborando os diversos estudos na área. Bhatia (2020) nos apresenta um contraponto ao dizer que ao considerar identidades diaspóricas e diversas esse processo de integração, na verdade, se refere a uma busca por se assemelhar à branquitude.

² Tradução livre : “A aculturação compreende aqueles fenômenos que ocorrem quando grupos de indivíduos com culturas diferentes entram em contato direto e contínuo, com mudanças subsequentes nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos” (Redfield, Linton e Herskovits, 1936, p. 149 como citado em Chirkov, 2009).

Ao abordar a questão da integração de pessoas migrantes, Spencer e Charsley (2021) apontam para os objetivos normativos dos modelos de integração desenvolvidos, que acabam por produzir uma alterização da pessoa migrante, focando a responsabilidade pela adaptação apenas nessas pessoas, produzindo pesquisas que apontam mais para “o que deveria acontecer”, como uma prescrição, do que, mais interessante, para “o que está acontecendo”. Nesse sentido, o que está presente no imaginário, de caráter etnocêntrico, de uma integração “bem-sucedida” é que as pessoas migrantes “abandonem sua bagagem cultural” antes de cruzar a linha de fronteira para o novo país, para que assim possam assimilar completamente a nova cultura do país anfitrião (Bhatia, 2007; Spencer & Charlseley, 2021). Esses modelos tradicionais, ao focarem demasiadamente nos atributos individuais da pessoa migrante, apresentando um processo assimilacionista e unidimensional, ignoram realidades estruturais (Spencer & Charlseley, 2021), além de não darem conta das identidades múltiplas e hibridizadas que emergem das culturas diaspóricas e transnacionais contemporâneas (Bhatia, 2007).

Uma das dimensões que deveriam ser amplamente consideradas ao abordar as questões migratórias contemporâneas é o histórico colonial e o impacto do colonialismo nas dinâmicas sociais ainda hoje, e os seus aspetos contextuais. Por exemplo, estudos da psicologia social sobre o Lusotropicalismo na representação dos colonos portugueses quanto à sua relação com xs colonizados de Portugal, apontam para seu impacto na sociedade portuguesa atualmente (Vala, Lopes & Lima, 2008; Valentim & Heleno, 2018). Segundo Bastos (2019; 2024), Lusotropicalismo se refere ao mito do colonizador português possuidor de habilidades especiais de adaptação aos trópicos e mistura com os povos colonizados, através de trocas culturais e casamentos interraciais amigáveis, sugerindo que a colonização portuguesa teria sido mais cordial e suave do que violenta. De forma estratégica, em 1960, estas ideias foram incorporadas à propaganda política da ditadura de Salazar para controlar movimentos nacionalistas africanos pela independência (Bastos, 2019). Assim, através desse mito, afirmava-se que o império colonial português seria uma nação multirracial, onde as colônias seriam partes de uma nação singular. A doutrina do Lusotropicalismo institucionalizou a noção ambígua de um governo colonial não racista, enquanto na prática era implementada a autoridade colonial em sociedades fortemente racializadas (Bastos, 2019)³. Dessa forma,

³ A nível mundial, os portugueses eram vistos como um povo mestiço de forma pejorativa. Com o conceito do lusotropicalismo — criado na década de 1950 pelo antropólogo e historiador brasileiro Gilberto Freyre—, Freyre transformou o ser mestiço em motivo de orgulho, que alinhou bem ao discurso identitário português de bravura e grandeza. Freyre, juntamente com a propaganda ditatorial de Salazar, salvou a imagem de Portugal na cena internacional da época, ocultando a violência racista e colonial que efetivamente ocorreram (Bastos, 2019 — Ver Bastos, 2024)

podemos perceber a lógica adaptativa dos discursos de aculturação, além da sobreposição da cultura e do Estado-nação português, incorporadas mesmo no mito do Lusotropicalismo, que sustenta uma estrutura discriminatória e racista, especificamente, em Portugal.

Outro ponto importante de se destacar é a forte influência do nacionalismo metodológico como pressuposto na maioria dos estudos sobre migração. Ao assumirem a ideia de que o Estado-nação é uma unidade natural de análise, a maioria desses estudos se mostram insuficientes para explicar as experiências transnacionais de indivíduos pertencentes a várias localidades para além das fronteiras politicamente delimitadas do Estado-nação (Levitt, 2012; Spencer & Charsley, 2021; Zisakou & Figgou, 2021).

Além disso, os estudos sobre aculturação falham muitas vezes em apresentar uma definição de cultura detalhada e sustentada, sendo, em realidade, muitas vezes desconsiderada (Chirkov, 2009). Segundo Chirkov (2009), “there is no culture in the studies on the psychology of acculturation”⁴ (p.99), pois são frequentemente suportados por um discurso que equipara cultura à nacionalidade ou etnia.

Os principais pontos a serem investigados nos estudos das migrações contemporâneas, que por sua vez moldam essas experiências, são as múltiplas conexões e atuações entre nações (transnacionalismo) e os impactos dos legados coloniais nessas experiências, principalmente ao abordarem as migrações sul-norte global (Bhatia, 2007; Levitt, 2012). Além disso, alguns autores nos alertam que se queremos ultrapassar os modelos simplistas de adaptação cultural, é imprescindível considerar atravessamentos interseccionais, e assimetrias de poder e seus impactos na formação identitária de pessoas deslocadas (Bhatia, 2007; Cleton & Meier, 2023; Spencer & Charlseley, 2021).

Nesse sentido, as críticas clamam por estudos que aprofundem o conceito de cultura e que analisem o tema de forma multidisciplinar, levando em consideração a interação dialógica entre indivíduo e cultura (Bhatia, 2007; Glissant, 1990/2021), que são atravessados por fatores, sociais, históricos, e políticos, integrais à contínua formação do self (Bhatia, 2007). Bhatia (2007) e Levitt (2012), propõem uma compreensão de cultura como um conceito interpretativo, ao invés de entendê-la como uma variável. Assim, há uma lacuna nos estudos sobre migração que aponta para a necessidade de mais estudos qualitativos, com abordagens interpretativas, interdisciplinares e exploratórias (Chirkov, 2009), que possam se aproximar mais da experiência vivida das pessoas migrantes e os significados que produzem sobre essas vivências.

⁴ Tradução livre: “não há cultura nos estudos sobre a psicologia da aculturação” (Chirkov, 2009, p.99)

Nesse sentido, críticas dos acadêmicos da escola *Toulousainne* de Psicologia Intercultural apontam também para os limites do conceito de aculturação (Clanet, 1990; Denoux, 1994; Guerraoui, 2009; Guerraoui & Reveyrand-Coulon, 2013) e propõem um novo, inicialmente cunhado por Clanet (1990) e posteriormente desenvolvido por Denoux (1990 como citado em Denoux, 1994), o da Interculturação:

Pour les individus et les groupes appartenant à deux ou plusieurs ensembles culturels, se réclamant de cultures différentes ou pouvant y être référés, nous appellerons interculturation les processus par lesquels, dans les interactions qu'ils développent, ils engagent implicitement ou explicitement la différence culturelle qu'ils tendent à métaboliser⁵. (p. 72)

Esta definição traz uma dimensão ternária para o encontro intercultural, pois propõe a criação de um espaço terceiro, intersubjetivo, onde há o engajamento e a metabolização das diferenças culturais de todos os protagonistas envolvidos, que culminará num “acordo” entre as partes, na criação de uma “*culture tiers*”, de uma cultura terceira, com traços culturais novos a todas as partes, um produto da tensão entre abertura e fechamento, entre conservação da própria identidade e adaptação ao novo sistema cultural (Denoux, 1990, 1994; Guerraoui, 2009), que sempre se encontra em processo.

Para Clanet (1990), a interculturação é o conjunto de processos - psicológicos, relacionais, grupais e institucionais - que surgem das interações entre grupos que possuem ou reivindicam culturas distintas, em um contexto de trocas mútuas com o objetivo de preservar a identidade cultural relativa de cada grupo envolvido, e que acabam por sofrer uma transformação tal que o produto da integração dessas trocas não pode ser reduzido a nenhum pólo cultural presente. E nesse sentido, a escola aborda o encontro intercultural a partir de uma leitura processual da cultura, colocando os sujeitos em uma posição ativa, que ao invés de assimilarem passivamente a uma cultura dominante, agem em conjunto a partir da sua criatividade, co-construindo uma nova cultura, num processo contínuo e incessante. Ou seja, uma cultura é um todo, um sistema organizado e estruturado no qual todos os elementos são interdependentes (Guerraoui, 2009).

Contrapondo as concepções de cultura de bases positivistas, com aquelas de herança humanista, que influenciaram o pensamento francês de modo geral, Glissant (1990/2021), ao desenvolver o que chama de poética da relação como proposta de descolonização, nos traz que:

⁵ Tradução livre: “Para indivíduos e grupos pertencentes a dois ou mais conjuntos culturais, que se reivindicam de culturas diferentes ou que podem ser referidos a elas, chamaremos de interculturação os processos pelos quais, nas interações que desenvolvem, eles envolvem implícita ou explicitamente a diferença cultural que tendem a metabolizar.” (Denoux, 1990 como citado em Denoux, 1994, p.74)

Na era do positivismo triunfante, o conceito de cultura (e não ainda das culturas) é monolítico: há cultura onde o refinamento civilizacional levou ao humanismo. Pensada desse modo, a cultura apresenta-se como abstração pura, como essência desse movimento rumo a um ideal. Aqueles que a acessam são os pilotos e os garantidores do movimento. (p. 151)

Em nota sobre o humanismo, ele ainda nos traz que o ponto em comum dessas duas correntes de pensamento “é que eles acabam impondo como realidade um “objeto ideal” que, de início, já definiram como valor” (Glissant, 1990/2021, p.151). Ou seja, a própria noção de cultura, nesse contexto, carrega dimensões segregacionistas e hierárquicas, em que a cultura ganha valor, torna-se útil, algo que se ganha e, por tanto, se perde. Nesse sentido, Glissant (1990/2021), atribui uma dimensão paradoxal e incontornável à cultura.

Apesar de incontornável e paradoxal, a cultura também tem um carácter estruturante da vida humana, que se conecta a sua dimensão representável, imaginável. A existência humana é permeada pela negociação constante sobre as representações da(s) cultura(s) e como nos posicionamos em relação a essas representações. Nesse sentido, para trabalhar o fenómeno da migração aqui vamos pensar em cultura como discurso e infraestrutura, e que aliada a perspectiva processual e relacional, será aqui costurada com a noção de liminalidade como um espaço, um tempo e um movimento (De Luca Picione, De Fortuna, Balzani, & Marsico, 2025), um momento de reformulação do posicionamento existencial.

1.2. Liminalidade: um terceiro espaço entre cultura e cidadania

Originalmente descrita como uma fase de transição e indeterminação nos ritos de passagem (Thomassen, 2014), a liminalidade é um conceito bem trabalhado em psicologia social (De Luca Picione et al., 2025; Hartonen, Väisänen, Karlsson, & Pöllänen, 2022; Hynes, 2011; Zisakou e Figgou, 2021; Zhou & Pilcher, 2019), mas pouco aplicado aos contextos migratórios. De Luca Picione et al. (2025) comentam que a noção processual de liminalidade “allows us to explore a twofold paradoxical tension that can never be fully resolved in the human psyche: the relationship between identity and sociality (the paradox of psychic and collective life) and the relationship between stability and change (the paradox of transformation)” (p. 1)⁶. Para os

⁶ Tradução livre: “permite-nos explorar uma tensão paradoxal dupla que nunca pode ser totalmente resolvida na psique humana: a relação entre identidade e socialidade (o paradoxo da vida psíquica e coletiva) e a relação entre estabilidade e mudança (o paradoxo da transformação)” (De Luca Picione et al., 2025, p. 1).

autores a liminalidade envolve, também, uma dimensão corpórea e afetiva (De Luca Picione et al., 2025) que definem o engajamento da pessoa com a própria existência.

Zhou e Pilcher⁷ (2019), colocam o “terceiro espaço” como um local que emerge entre interlocutores, contudo apontam que há estudos que o interpretam como um local enevoado e confuso, difícil de escapar, onde as pessoas se percebem ‘presos/encurralados no meio’, ou então, como mencionado anteriormente, um local onde é possível desprender-se de referenciais culturais anteriores para que seja possível renegociar questões que são atravessadas pelas “differences between neutrally juxtaposed cultures.”⁸ (p. 1). Sobre os atravessamentos que um indivíduo experiencia ao se deparar com a liminalidade, Thomassen (2014) coloca que:

Whenever previously existing borders or limits are lifted away or dissolve into fundamental doubt, the liminal presents itself with a challenge: how to cope with this uncertainty? Who can lead us out of here? How so? What is my own role in this chaos? It is thus for evident reasons that a discussion of liminality in the contemporary almost inevitably leads to the core of the modern project — which, as we know all too well, is one of a constant overcoming of boundaries and questioning of authorities and the taken-for-granted. (pp.2–3)⁹

Nesse sentido, Thomassen (2014), coloca que a liminalidade, por estar intrinsecamente relacionada às raízes da experiência, atravessa a humanidade em níveis pessoais e sociais, unindo o micro e o macro, o individual e o estrutural, carregada de sentimentos ambíguos, de uma inquietude frente a limitações e possibilidades, que enquanto não encontrar um lugar, estará acompanhada da ansiedade – que pode ser paralisante, mas também generativa. Além disso, o autor aponta para o limite necessário do conceito:

Liminality opens the door to a world of contingency where events and meanings – indeed

⁷ Sobre as raízes epistemológicas do conceito, os autores apontam que: “Localizando essas questões em ‘terceiros espaços’ de uma forma ou de outra, os autores exploram as qualidades de tais ‘espaços’ por meio de linhas teóricas conectadas a pensadores ao longo do tempo e da disciplina, como a ideia de Kramsch (1993) de esfera da interculturalidade, o conceito de Buber (1947) de diálogo (e monólogo disfarçado de diálogo), a noção de cronotopo de Bakhtin (1981) e a estrutura de poder/conhecimento de Foucault (1975)”. (Zhou & Pilcher, 2019, p. 2)

⁸ Tradução livre: “diferenças entre culturas justapostas de forma neutra.” (Zhou & Pilcher, 2019, p. 1).

⁹ Tradução livre: “Sempre que as fronteiras ou limites anteriormente existentes são eliminados ou se dissolvem em dúvidas fundamentais, o liminar apresenta-se com um desafio: como lidar com essa incerteza? Quem pode nos tirar daqui? Como assim? Qual é o meu papel neste caos? É, portanto, por razões evidentes que uma discussão sobre a liminaridade na contemporaneidade leva quase inevitavelmente ao cerne do projeto moderno — que, como sabemos muito bem, consiste na superação constante de fronteiras e no questionamento das autoridades e do que é dado como certo” (Thomassen, 2014, pp. 2–3)

‘reality’ itself – can be moulded and carried in different directions (...). Liminality explains nothing. Liminality is. It happens. It takes place. And human beings react to liminal experiences in different ways. Those ways cannot be easily predicted. But they can be analysed and compared, and at the formal level they share important properties. (p. 7) ¹⁰

Dessa forma, pensar em interculturalização através da teoria da liminalidade para pensar as experiências migrantes implica considerar que os efeitos do encontro entre culturas no sujeito o deslocam para esse espaço liminal, em que as normas e as fronteiras culturais são suspensas permitindo um processo de negociação do sujeito com suas próprias representações de cultura a fim de encontrar um lugar existencial para si. Para além disso, é também no espaço liminal que se negociam as tensões de cidadania que perpassam os níveis micro e macrosociais.

1.3. Cidadania e Migração: Psicologia Social Crítica da Cidadania como moldura teórica

Historicamente, desde o século XVIII com o Iluminismo, determinadas minorias foram desqualificadas como cidadãos, sendo construído o cidadão universal como aquele que é homem, adulto, racional, branco, cristão, heterossexual, e sem deficiências físicas ou neurodivergência. Foi só a partir do século XX, que essas minorias puderam reivindicar direitos e desafiar essa dominação institucionalizada (Isin, 2017). Neste sentido, Isin (1999; 2017) faz uma distinção teórica entre cidadania performativa¹¹ e cidadania formal. Segundo ela, esta última diz das instituições legais, da Constituição, que define o “sujeito de direitos”, ou seja, quem pode transitar dentro e para fora do país, bem como o tempo permitido para ficar, como deve pagar impostos, quem tem acesso à saúde ou à benefícios sociais e como acessá-los, quem pode se casar e com quem, em que idade pode parar de trabalhar, etc. Ou seja, a cidadania formal vem sendo construída como inerentemente ligada a constituição, reprodução e reificação dos Estados-nação enquanto “imagined political communit[ies] - and imagined as

¹⁰ Tradução livre: “A liminaridade abre as portas para um mundo de contingência onde eventos e significados — na verdade, a própria “realidade” — podem ser moldados e levados em diferentes direções. (...) A liminaridade não explica nada. A liminaridade é. Ela acontece. Ela ocorre. E os seres humanos reagem às experiências liminares de maneiras diferentes. Essas maneiras não podem ser facilmente previstas. Mas podem ser analisadas e comparadas e, no nível formal, compartilham propriedades importantes.” (Thomassen, 2014, p. 7)

¹¹ Utilizamos aqui esta noção de cidadania performativa, por acharmos que contempla melhor as experiências vividas das/os entrevistadas/os que se encontram precisamente nesta tensão entre a estrutura e a agência, entre o informal e o formal, tensão localizada no espaço liminal, como veremos mais à frente nos capítulos 4 e 5.

both inherently limited and sovereign”¹² (Anderson, 2016, p. 6). A cidadania performativa é a forma como a cidadania é praticada, vivida no dia a dia, e inclui uma luta política que compõe o exercício de reivindicação de direitos (Isin, 1999; 2017).

Segundo Stevenson et al. (2015), no início do século 20 a dimensão participativa da cidadania era destaque, colocando apenas sobre o indivíduo o potencial de construir seu próprio lugar na sociedade e de resistir aos abusos de autoridade, propondo um modelo cognitivo universalista que negligenciava as desigualdades de acesso a direitos, baseadas em raça e gênero, por exemplo. Além disso, a maior parte da produção acadêmica no tema da cidadania e participação foi no campo da psicologia organizacional e industrial, sendo os comportamentos individuais, considerados característicos do “bom cidadão”, o principal foco de estudo, negligenciando a dimensão coletiva e comunitária da cidadania (Stevenson et al., 2015).

Por outro lado, a psicologia comunitária dos anos 1960 nos EUA, nascida do campo da psicologia clínica e saúde mental comunitária, pensa o conceito de cidadania como essencialmente coletivo e participativo, localizando a prática da cidadania no cotidiano (Stevenson et al., 2015), aproximando a ciência da realidade vivida. Por fim, no final da década de 80, surge a abordagem construcionista da cidadania, que considera as influências da micropolítica do cotidiano e vincula o conceito diretamente às compreensões leigas sobre quem tem o direito de falar, o que pode falar, quando e quem será ouvido.

Segundo Stevenson et al. (2015) a cidadania, segundo uma abordagem construcionista, “[...] is understood to be a matter of dialogical engagement between interlocutors, through which the meaning of what it is to have rights emerges.”¹³ (p. 8). Nesse sentido, essa abordagem privilegia o estudo do discurso e os padrões de ideias sobre cidadania que circulam na sociedade, oferecendo um entendimento sobre como esses discursos sobre cidadania podem ser usados para excluir e negar direitos a certos indivíduos e grupos. Assim, um discurso comum no campo das migrações é que “o processo de integração é bem-sucedido com a aquisição da cidadania”, ou seja, quando o migrante deixa de ser residente estrangeiro (não-cidadão) e passa a ter acesso aos mesmos direitos e deveres que os nacionais (cidadão pleno).

Ao discorrer sobre a descolonização da psicologia, especificamente no que tange poder, cidadania e identidade, Sunil Bhatia (2020), traz a ideia de cidadania cultural, que seriam

¹² Tradução livre: “comunidade[s] políticas imaginárias - e imaginadas como inerentemente limitadas e soberanas” (Anderson, 2016, p.6)

¹³ Tradução livre: “é um engajamento dialógico entre interlocutores, através do qual emerge o significado do que é ter direitos” (Stevenson, et al., 2015, p.8)

práticas e performances cotidianas que definiriam o “bom cidadão”, aquele que obedece às leis e contribui para o Estado, sendo, em última instância um projeto normativo desenhado para excluir os “Outros” (grupos de raça, nacionalidade e culturas diferentes) através de um discurso que sobrepõe cultura à cidadania. Uma das consequências desse cenário para muitos grupos de pessoas migrantes é que “[...] proximity to Whiteness provides them with an acculturation into a norm and therefore is seen as giving them space for belonging”¹⁴ (Bhatia, 2020, p. 263).

Ao abordar a relação entre a pessoa migrante e o Estado-nação, Santos e Alves (2022) argumentam que nessa dinâmica de poder sobre quem pode ou não pode ser um cidadão e o tempo de espera para adquirir tal status, cria uma “condição limbática da sua existência”, subjugando as pessoas migrantes a precarizações e violações de direitos humanos. “É uma cidadania adiada em que estão criadas as bases para a germinação da vulnerabilidade econômica e social e a marginalização da sua existência.” (Santos & Alves, 2022, p. 119)

Visto que, de modo geral, a Psicologia das Relações Interculturais ainda, frequentemente, focaliza em perspectivas essencialistas da cultura (culturalismo), essa orientação tem sido crescentemente instrumentalizada como dispositivo narrativo e discursivo para configurar a exclusão e determinar quem pode ou não ser um sujeito de direitos e de cidadania. Nesse sentido, a cidadania formal como prescritiva através das leis e da Constituição é sobreposta a uma ideia, também prescritiva, de cultura. Ou seja, através de uma ideia restrita e sólida sobre o que é ser português, por exemplo, cria-se o discurso sobre as práticas culturais (idioma, culinária, hábitos sociais etc.) que devem ser adotadas pela pessoa migrante (lógica aculturativa) para poder ser considerado um cidadão português, e que são reificadas e legitimadas enquanto infraestruturas de cidadania ao serem consideradas pelo Estado como critérios de atribuição da nacionalidade Portuguesa¹⁵.

De outro lado, ao resgatarmos a noção de liminalidade, podemos dizer que a cidadania performativa (praticada no dia a dia), também atravessa o espaço liminal, onde o indivíduo migrante negocia seu(s) pertencimento(s) ao(s) país(es). Quando falamos de cidadania performativa, estamos falando necessariamente de ações políticas, praticadas no dia a dia, no aqui-e-agora da experiência humana (Andreouli, et al. 2025). Ao pensar sobre a cidadania nos contextos sociopolíticos atuais, Andreouli et al. (2025) apresentam a ideia de projetos de

¹⁴ Tradução livre: “[...] a proximidade com a branquitude proporciona-lhes uma aculturação a uma norma e, portanto, é vista como algo que lhes dá espaço para pertencerem”. (Bhatia, 2020, p.263)

¹⁵ Até a data de entrega deste trabalho, para um residente que vive há mais de 5 anos em Portugal pedir a nacionalidade portuguesa deve também que apresentar um documento que comprove conhecimento suficiente da língua portuguesa.

cidadania que, ancorados no “senso comum político atual”, apontam caminhos para o futuro, reconsiderando ativamente os modelos pré-estabelecidos de cidadania. Os projetos de cidadania são intrinsecamente relacionais e construídos coletivamente com outros, e buscam “institute new ways of doing citizenship”¹⁶ (Andreouli et al., 2025, p. 9). Ainda, Zhou e Pilcher (2019), nos lembram da importância de revitalizar o “the ‘transgressive and transformative spirit’ of the ‘third space’ as found in Bhabha’s original texts”¹⁷ (p.6), especialmente ao observar os significados dados a esse conceito nas últimas décadas pelos estudos interculturais, que contribuem para a construção das ‘políticas de integração’, de base nacionalista, dentro do Estado-nação.

Por fim, Andreouli et al. (2025) chamam a atenção para uma lacuna significativa: ao centrarem-se nos cidadãos como atores políticos, muitos estudos deixam de incluir os “não humanos” nas análises sociais e psicológicas da cidadania. Essa observação converge com a crítica de Spencer e Charlseley (2021) sobre a necessidade do desenvolvimento de modelos de integração que considerem realidades estruturais na vida de pessoas migrantes, e também com a crítica de Levitt (2012), sobre a importância de se estudar o papel das instituições na formação das experiências das pessoas migrantes, e aponta para a direção já traçada pelos autores da Teoria Ator Rede (Despret, 1999; 2015/2021; Haraway 1988/1995; 2008; 2016; Latour, 2021a; 2021b) que será abordada a seguir.

1.4. Contribuições da Teoria Ator Rede (TAR) para uma psicologia social, crítica da cidadania (PSCC)

Nas secções anteriores, analisamos como discursos científicos sobre cultura e cidadania atravessam o fenômeno migratório, além do papel dos discursos “aculturativos” na manutenção das estruturas sociais que ao prometerem integração oferecem a exclusão de minorias, inclusive de migrantes. Nesse sentido, para além do arcabouço teórico da PSCC, propomos examinar o fenômeno migratório à luz da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012b). Essa perspectiva nos convida a ampliar o foco: para além dos sujeitos humanos, que outros agentes (actantes) entram em cena nesse processo? Se olharmos para a integração de pessoas migrantes em Portugal, por exemplo, percebemos a atuação de instituições portuguesas e europeias, de legislações, do legado do lusotropicalismo e do passado colonial. Todos esses elementos, por exemplo, desempenham um papel ativo, ao estarem infraestruturalmente materializados não só em

¹⁶ Tradução livre: “instituir novas formas de exercer a cidadania” (Andreouli et al., 2025, p. 9).

¹⁷ Tradução livre : “o ‘espírito transgressivo e transformador’ do ‘terceiro espaço’, como encontrado nos textos originais de Bhabha”. (Zhou & Pilcher, 2019, p.6)

nomes de ruas, em estátuas e parques urbanos dos espaços públicos (veja-se o jardim do império em Belém, ou a controvérsia em torno da estátua do Padre António Vieira - de Tróí & Batel, 2021), contribuindo para a manutenção de discursos colonialistas, racistas e xenofóbicos. Dessa forma, a TAR nos ajuda a pensar para além da relação entre ‘brasileiros’ e ‘portugueses’, mas, no caso, para a relação entre os ‘brasileiros’ que vivem em Portugal e os não humanos, nomeadamente aparatos institucionais e culturais quanto infraestruturas de cidadania, que agem no seu processo de mobilidade.

Diversos autores da psicologia social crítica e outras áreas apontam para a insuficiência das produções científicas da psicologia *mainstream* em dar conta da nossa realidade contemporânea, organizada em Estados-nações. A psicologia social, de modo geral, tem focado demasiadamente em cultura, criando uma tensão entre cultura e cidadania, conforme discutimos nas secções anteriores.

De modo geral, ao abordar especificamente a questão da integração de migrantes, os estudos sobre migração se apoiam em uma perspectiva de sociedade como uma entidade nacional homogênea, estática e limitada (Latour, 2012b; Levitt, 2012; Spencer & Charsley, 2021), compondo um imaginário ficcional em que esse tecido social estável e equilibrado é perturbado pela imigração, que por sua vez deve prezar por esta suposta estabilidade, eliminando as próprias diferenças para que então conclua de forma bem sucedida a sua integração (Spencer & Charsley, 2021). Estudos em PSCC apontam que esta perspectiva dicotômica sobre as dinâmicas sociais, principalmente quando inclui a migração, ignora a porosidade das fronteiras sociais, sendo insuficiente para compreender os fenômenos migratórios contemporâneos (Bhatia, 2007; Spencer & Charseley, 2021; Zisakou & Figgou, 2021).

Nesse sentido, os autores da TAR, assim como os autores da PSCC, partem de uma premissa construtivista argumentando que, ao pressuporem estar estudando fatos e verdades alheias à sua influência, os cientistas modernos falham em endereçar a complexidade intrínseca à sociedade pós-moderna. Ao mesmo tempo em que a ciência estuda estes “fatos” está também produzindo-os. Segundo a TAR ao estudar sobre um assunto, nós, as/os cientistas, também estamos produzindo algo no social, o exato objeto de estudo da ciência social (Latour, 2012b).

A sociedade não é mais “aproximadamente” feita de “indivíduos”, “culturas” ou “Estados-nações” do que a África é “aproximadamente” um círculo, a França um hexágono e a Cornualha um triângulo. Não há nada de espantoso nisso, pois toda disciplina científica é um lento treinamento para se perceber o tipo certo de relativismo a ser aplicado aos dados

disponíveis. (...) a ANT¹⁸ alega que encontraremos uma maneira bem mais científica de construir o mundo social, caso nos abstenhamos de interromper o fluxo de controvérsias. (Latour, 2012b, p.45)

Nesse sentido ao pensarmos em como os estudos em psicologia social vem trabalhando a noção de aculturação dessa forma asséptica, os cientistas seguem alheios a possibilidade de que não descobriram o fenômeno da aculturação, mas que eles mesmos o produziram, oferecendo aos governos um recurso retorico para se dizer quem é um “bom cidadão” de um determinado país e quem pode ou não acessar determinados direitos nesse país. Nesse sentido, é preciso expor o cientista, expor as contradições da pesquisa e abrir espaço para a agência dos atores (“sujeitos da pesquisa”) em cena, e “para o que o social se tornou em suas mãos”, por mais “bizaras” que essas criações possam ser (Latour, 2012b).

Abordar o tema da migração sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica da Cidadania entrelaçada à Teoria Ator-Rede, é coerente uma vez que ambas se fundamentam no paradigma de uma política ontológica relacional. Paradigma esse que se sustenta na premissa de que as realidades e mundos sociais são coproduzidos pelo cientista social (Arendt, 2008; 2010), em um princípio de co-construção que envolve sociedades, culturas, instituições e governos. Nesse horizonte, a PSCC não contempla diretamente objetos ou sistemas ecológicos (Batel, 2025), razão pela qual a TAR é mobilizada aqui para evidenciar a agência desses actantes.

Segundo Latour (2012b), para além dos humanos, podem ser considerados atores aqueles não humanos cuja presença ou ausência fazem diferença para determinada ação. Além disso, os atores têm uma figura definida, enquanto aqueles amorfos que mesmo assim agem no social e fazem uma diferença são chamados actantes. “Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença?” (Latour, 2012b, p.78). Nesse sentido, para esta investigação vamos nos ater aos actantes que fazem diferença na experiência de brasileiras/os que vivem em Portugal no que tange às experiências de cultura, cidadania e vivência quotidiana. Mais especificamente vamos iluminar aqueles que acabam por compor o que chamamos aqui de infraestruturas de cidadania (especificamente a nacionalidade portuguesa, e actantes associados, como vistos, autorizações de residência, os tempos de espera, o tempo de residência, ...).

Cabe pontuar que aqui utilizamos o termo infraestruturas de cidadania a partir de uma leitura TAR, em que as infraestruturas são um meio de rastrear as redes de conexões que

¹⁸ Do inglês Actor Network Theory (ANT), em português Teoria Ator Rede (TAR)

pessoas migrantes brasileiras criam entre humanos e não humanos em Portugal. Nossa leitura vai além do que a geografa Charlotte Lemanski (2022) propõe sobre infraestruturas de cidadania e o papel do governo na administração de habitação pública, em seu entrelaçamento com a cidadania, em que foca infraestruturas concretas e materiais que compõem a cidade (e.g., redes de saneamento, eletricidade, ...). Na ótica da TAR, como vimos, não-humanos são entidades para além de objetos concretos, incluindo dimensões emocionais, subjetivas, sensoriais e físicas. Neste trabalho, focamo-nos antes em infraestruturas de cidadania como o passaporte português, que carrega em si constrangimentos e possibilidades de cidadania administradas pelo Estado-nação.

No contexto dessa tensão entre migrantes e sociedade de acolhimento, cidadão e não cidadão, e “choque cultural”, a TAR traz contribuições para pensarmos o quanto os não-humanos/ as infraestruturas de cidadania também atuam produzindo essa tensão, para além dos humanos envolvidos, constrangendo ou facilitando as suas ações. É importante que a psicologia social considere essas infraestruturas de cidadania (políticas, vistos, filas de espera na AIMA, exigências de documentos, polícia migratória, ...) para entender como esses objetos criam interferências e obstáculos para a cidadania — numa perspectiva proposta por Latour (2012b), esses aspectos burocráticos acabam gerando controvérsias nesse fluxo.

Em consonância com o que já foi discutido nas secções anteriores, Latour (2012a) argumenta que a própria noção de cultura é um elemento criado pelo ocidente a partir da exclusão da natureza. O autor ilumina, o que ele chama de “a grande divisão”, a separação entre natureza e cultura, para então sugerir que a existência é composta por híbridos de natureza-cultura, que compõem os coletivos. Assim, ele diz que a partir do mesmo princípio, os ocidentais criaram também a divisão entre “nós” (ocidentais) e “eles” (não-ocidentais), e que “eles” ao sobrepor natureza e cultura levam uma existência alheia, enquanto a “nossa” visão dicotômica é a verdadeira. “It is the peculiar trait of Westerners that have imposed, by their official Constitution, the total separation of humans and nonhumans - THE INTERNAL GREAT DIVIDE¹⁹ - and have thereby artificially created the scandal of the others.” (Latour, 2012a, p.104)²⁰. Por tanto, Latour sustenta que indivíduos e coletivo são inseparáveis, assim como natureza e cultura, e que a sociedade é composta de humanos e não-humanos que ao se relacionarem criam redes de coletivos, compondo a existência humana. Torna-se importante

¹⁹ Maiúsculas utilizadas pelo próprio autor.

²⁰ Tradução livre : “É uma característica peculiar dos ocidentais terem imposto, por meio da Constituição oficial, a separação total entre humanos e não humanos — A GRANDE DIVISÃO INTERNA— e, assim, criando artificialmente o escândalo dos outros.” (Latour, 2012a, p.104).

ressaltar aqui, que ao propor o princípio de simetria, Latour torna as diferenças mais evidentes, expondo, por exemplo, assimetrias sociais de poder e discriminação.

Dessa forma, Spencer e Charlsey (2021) levantam o debate: “o que é essa sociedade a qual os migrantes deveriam se integrar?”. Latour (2012b) em seu livro “Reagregando o social” propõe que olhemos para a sociedade através de novas lentes, que nos permitem perceber e acompanhar os fluxos pós-modernos de agregação “social”, através do princípio da simetria das conexões entre os actantes, ele propõe a noção de rede, e que redes criam coletivos.

O senso de integração entrou em colapso. Mas para registrar a percepção da crise e acompanhar as novas conexões, outra noção de social tem de ser descoberta: **bem mais ampla** do que a usualmente chamada por esse nome e, ao mesmo tempo, **estritamente limitada** à busca de novas associações e ao esboço de seus agregados. Este é o motivo pelo qual definirei o social, não como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas **apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação** [grifo nosso]. (Latour, 2012b, p.25)

A definição de social que Latour (2012b) nos traz é compatível com a noção de liminalidade, ambos conceitos interessantes para pensar as migrações contemporâneas. Aqui podemos pensar que o social acontece num espaço liminal, imprevisível, e fluido, que viabiliza a composição das redes e coletivos que, segundo o autor, são estabilizados, necessariamente, pelos não-humanos (Latour, 2012b). Aqui nesta pesquisa, tomada como conceito central, a liminalidade é compreendida como um espaço temporário simbólico, representacional, interno, de suspensão temporária das normas sociais (De Luca Picione, 2025) que possibilita ao sujeito se reajustar frente às controvérsias (Latour, 2012b) com as quais se depara, um espaço criativo quando leva à transformação, um espaço onde as contradições se relacionam, que pode ser paradoxalmente angustiante e/ou renovador (De Luca Picione, 2025). É nesse espaço também que é possível deCentralizar-se, questionar estruturas de poder internalizadas, possibilitando a reformulação de perspectivas sobre o mundo (Zhou & Pilcher, 2019). Explorar a liminalidade em um estudo no campo da psicologia social crítica nos permite explorar a experiência dessas pessoas para localizar a tensão que se forma entre cidadanias, entre diferentes culturas, a níveis macro e micro sociais, entre os indivíduos e as estruturas sociais. Assim, analisar migração, cultura e cidadania como fenômenos que acontecem num espaço liminal significa acolher as contradições e paradoxos, sustentar o problema (Haraway, 2016) ao invés de tentar solucioná-lo, legitimando-os.

Em suma, numa proposta de superar a grande divisão — entre humanos e não humanos, cidadãos e migrantes, cultura A e cultura B — Latour sugere olharmos para as relações sociais

a partir da noção de rede, capaz de atravessar as fronteiras rígidas do Estado-nação. Ao pensar cidadania articulada à TAR e a uma leitura liminal de interculturalização, ampliamos nosso olhar para as redes de relações que a cidadania praticada no dia a dia faz os migrantes fazerem, ao lidarem com as infraestruturas de cidadania que agem no seu percurso.

1.5. Modelo teórico e Objectivos da pesquisa

Ao longo das secções anteriores, discutimos as limitações do conceito de aculturação para pensar as migrações contemporâneas, na medida em que informam discursos nacionalistas que sobrepõem cultura ao Estado-nação, e na medida em que a cultura é essencializada e vinculada a um território é também instrumentalizada para prescrever o cidadão ideal de determinado país, contribuindo para a segregação e exclusão daqueles considerados “não-cidadãos”. Discutimos também, que a cidadania tem uma dimensão performativa, prática, que acontece no dia a dia da vida, para além da cidadania formal, que organiza a vida social democrática e diz respeito às normas sociais e leis sobre direitos e deveres do cidadão. Ademais, torna-se imprescindível localizar a tensão entre esses elementos no que chamamos de espaço liminal. Dessa forma, numa tentativa de dar conta da complexidade a que a presente pesquisa se propõe, desenvolvemos um modelo teórico que apresentamos nesta secção, seguida da apresentação dos objetivos e perguntas que sustentam esta pesquisa.

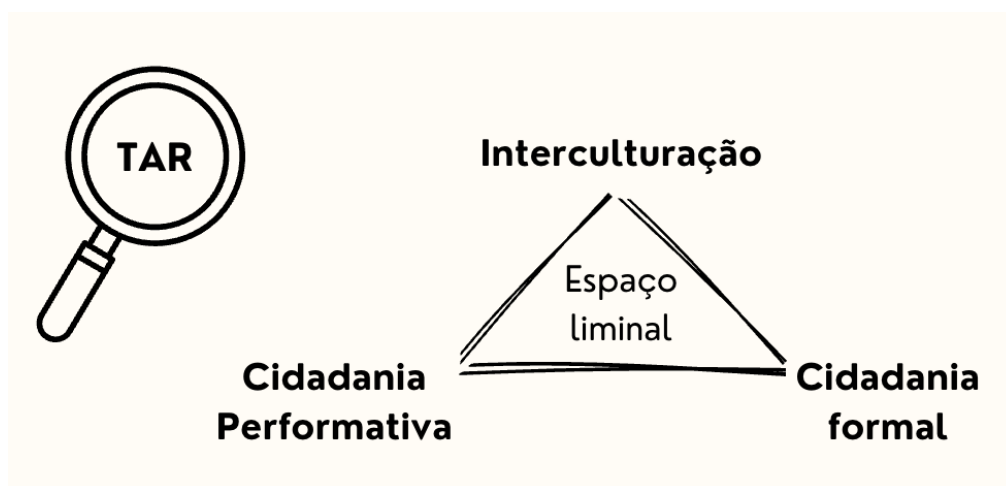


Figura 1.1: Modelo teórico da pesquisa

O modelo teórico propõe que interculturalização, cidadania performada e cidadania formal tensionam-se entre si e interagem num espaço liminal. A isto propomos adicionar uma camada, através da perspectiva da TAR de que olhemos para a agência dos não humanos no social que facilitam ou constroem o percurso das pessoas migrantes. O modelo então propõe rastrear a influência das infraestruturas de cidadania na produção das tensões entre interculturalização,

cidadania performativa e cidadania formal, no espaço liminal. Dessa forma, interculturalização aqui é entendida como um processo liminal de construção da representação cultural a partir dos efeitos psicossociais dos discursos sobre cultura. Infraestruturas de cidadania são os atores institucionais estruturantes da cidadania, que impactam possibilitando ou dificultando o fluxo da existência das pessoas na sociedade, no caso específico desta investigação, as/os migrantes brasileiras/os vivendo em Portugal.

Através da Psicologia Social Crítica da Cidadania, orientada pela Teoria Ator Rede, e a noção de interculturalização e liminalidade, esta pesquisa concentra-se especificamente na perspectiva dos migrantes brasileiros sobre seu processo de mobilidade para Portugal, e, ao propor um olhar multidisciplinar, busca compreender criticamente os diferentes modos de i/mobilidades (ver também Di Masso et al., 2019) que criam, como performam a cidadania no cotidiano, e o papel da liminalidade e da agência das infraestruturas de cidadania nesse processo. Assim, as perguntas de investigação que orientam esse estudo são:

a) Como migrantes brasileiras/os em Portugal percebem seu processo de ‘integração’ e de que maneira objetos institucionais, nomeadamente relacionados com a aquisição de cidadania portuguesa, como infraestrutura de cidadania, constroem ou facilitam essa experiência?

b) De que maneira a aquisição da nacionalidade portuguesa é experienciada pelas/os participantes e como experienciam o impacto da cidadania formal na performance da cidadania cotidiana?

c) De que maneira migrantes brasileiras/os em Portugal vivenciam e performam a interculturalidade, e como negociam o espaço liminal entre culturas e suas institucionalizações?

CAPÍTULO II

Metodologia

2.1. Procedimento de recolha de dados

Nesta pesquisa propomos investigar em profundidade a experiência de mobilidade vivida por brasileiras/os migrantes em Portugal, buscando compreender que modos de existência criam para si nessa jornada, como negociam diferentes práticas sociais e como performam a cidadania. Portanto, uma abordagem metodológica qualitativa é a mais apropriada. Acompanhada com Denzin e Lincoln (2006) afirmo que compreender a complexidade do vivido faz parte do escopo da pesquisa de metodologia qualitativa. A integridade metodológica da pesquisa qualitativa crítica, segundo Levitt et al. (2021), reside na coerência entre teoria, método, contexto e reflexividade da pesquisadora, além do compromisso ético com as pessoas que se voluntariam para participar e contribuir com a pesquisa. Nesse sentido, uma abordagem crítica da pesquisa qualitativa valoriza a fidelidade aos significados situados oferecidos pelos participantes, a transparência nas decisões analíticas e a riqueza interpretativa das experiências humanas, valorizando o diálogo e a justiça social como eixos centrais do processo da investigação.

Utilizamos entrevistas narrativas individuais como método de recolha de dados e a análise temática-narrativa para analisar os materiais (Ray et al., 2023; Riessman, 2008). Optamos por entrevistas individuais narrativas para obter uma visão detalhada das histórias de migração dos participantes-colaboradore/as, que foram seguidas de algumas perguntas pré-definidas, organizadas em tópicos específicos, para estimular a narrativa em caso necessário. A análise combinou aspetos de análise narrativa, no sentido em que tentámos sempre tratar as narrativas autobiográficas dos colaboradores/as ontologicamente, em vez de considerá-las apenas como conjuntos de extratos sobre diversos assuntos (Riessman, 2008), mas também que procurámos, seguindo os princípios de uma análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2023), identificar temas-padrão através das várias entrevistas que permitam interpretar os processos sociopolíticos que moldam as narrativas biográficas, respeitando assim o posicionamento epistemológico e axiológico desta pesquisa.

É importante dizer que a pesquisadora se inspira na postura ética do pesquisarCOM (Moraes, 2022; Quadros, 2022; Quadros & Moraes, 2016), extraindo dessa metodologia três aspectos importantes do referido método: compreender a pesquisa como um campo de afetações, e nesse sentido a pesquisadora sofre interferências desse processo; pesquisar como

quem cuida (Quadros, 2022) não objetificando o campo da pesquisa, considerando-a como um processo relacional não-hierárquico; considerar os sujeitos da pesquisa como experts da própria experiência ao invés de encapsulá-los em conceitos previamente estabelecidos. Dessa forma, pode-se dizer que a pesquisa caminha nesse espaço liminal em que só foi possível incluir os participantes-colaboradores parcialmente, produzindo um dos híbridos que compõem essa investigação. Isto será mais discutido na próxima secção.

Ao propor entrevistas narrativas, dentro da postura ética do pesquisarCOM (Moraes, 2022; Quadros, 2022) — escopo teórico que embasa a postura da investigadora ao interagir no campo de pesquisa — ao mesmo tempo em que a pesquisa acontece no encontro com os participantes-colaboradore/as, este encontro propicia um espaço de construção de si, na medida em que o contar de si — aqui visto de forma ativa, e não passiva — é também criar sentido para a própria vida, pois como nos conta Bruner (2004) “*narrative imitates life, life imitates narrative.*”²¹ (p. 692). Ao investigar que modos de existência as/os brasileiras/os em Portugal criam para si, a pesquisa contribui exatamente para a criação destes modos de existência.

A narrativa individual é uma das muitas possibilidades de criar sentido para uma vida que compartilha de um mesmo tecido coletivo. A narrativa, de natureza coletiva, toma formas características de uma cultura ao passo que esse coletivo é informado pela cultura (Bruner, 2004; 2010). Assim, aqui, percebemos a narrativa como um não humano (Latour, 2012b) que têm agência sobre nós assim como nós temos agência sobre ela. Vida vivida e vida narrada se relacionam, dialogam, se influenciam mutuamente, criando sentidos de si e sobre o mundo.

As entrevistas foram gravadas em áudio e duraram em média 60 minutos, sendo 36 minutos o menor tempo e 106 minutos o maior. Os encontros aconteceram entre 25 de Março e 21 de Abril de 2025 pela plataforma zoom, sendo apenas um presencial. De forma a respeitar a confidencialidade dos dados, qualquer informação que pudesse identificar as/os entrevistadas/os foi removida, além de ter sido feita a substituição de seus nomes originais por pseudônimos da escolha da/o entrevistada/o.

As perguntas foram feitas a partir do mote narrativo: “Gostaria de te convidar a me contar a história de seu processo de migração para Portugal e, particularmente, sobre o seu processo de integração em Portugal durante esse tempo em que está vivendo aqui”; e estão devidamente informadas no guião de entrevista disponível no Anexo A e se referem aos seguintes temas: sobre a trajetória da/o participante e as dificuldades e facilidades encontradas; sobre como a/o participante experiencia a interculturalidade na sua vida em Portugal e, por fim, sobre como

²¹ Tradução livre: “A narrativa imita a vida, a vida imita a narrativa.” (Bruner, 2004, p.692)

a/o participante percebe a performatividade de cidadania no seu cotidiano.

As/Os participantes-colaboradora/es foram recrutados utilizando o método de recrutamento da Bola de neve, através de divulgação da pesquisa na Casa do Brasil de Lisboa, e divulgação nas redes sociais. Antes da entrevista, as/os participantes-colaboradoras/es preencheram um formulário de inscrição online (idade, pronome pelo qual gosta de ser chamada/o, nacionalidades, se múltiplas, local de nascimento, se vivem em Portugal há aproximadamente 5 anos ou mais, se já deram entrada no pedido da nacionalidade portuguesa), no qual forneceram suas informações para avaliação da elegibilidade (ter idade entre 23 (idade do 1º emprego após frequência de ensino superior) e 66 (idade atual da reforma), terem nascido no Brasil, que vivam em Portugal há mais de 5 anos e que tenham intenção de, que já tenham concluído ou dado início ao processo de aquisição da cidadania portuguesa por tempo de residência em Portugal) e marcação da entrevista. Nenhuma compensação financeira foi oferecida, configurando a participação estritamente livre e voluntária. O consentimento informado foi obtido na ocasião da entrevista, também, através de formulário online.

Visto que o estudo se concentra na exploração aprofundada das experiências dos migrantes brasileiros em seu processo de integração em Portugal — expondo, potencialmente, experiências de discriminação ou violência, cuja decisão de relatar ou não está fora do alcance da pesquisadora — optou-se por priorizar o bem-estar da/o entrevistada/o, oferecendo escuta ativa e orientações necessárias. Ao final das entrevistas foi realizado um debriefing explicando não só a pesquisa em si com mais detalhes, mas também foi o momento em que a pesquisadora se mostrou disponível para encontrar ajuda profissional adequada, caso necessário (APA, 1992; Elis et al., 2007; Hugman et al., 2011). A principal recomendação foi a Casa do Brasil de Lisboa²², uma associação que colabora em um projeto de serviço voluntário de aconselhamento clínico prestado por psicólogas/os capacitadas/os e prontas/os para prestar atendimento adequado especialmente a migrantes, de qualquer nacionalidade. Nesse sentido, a pesquisa satisfaz os requisitos éticos exigíveis nestes tipos de projeto de investigação, tendo sido aprovado pela Comissão de Ética do ISCTE, a 3 de fevereiro de 2025 (Parecer 58/2024).

2.2. Participantes-Colaboradoras/es

Dada a nossa intenção de compreender como migrantes brasileiras/os vivendo em Portugal percebem e vivenciam seu processo de integração, analisando o impacto do processo da aquisição da cidadania portuguesa sobre essa experiência, a residência em Portugal por mais

²² <https://casadobrasilidelisboa.pt/>

de 5 anos se torna um critério imprescindível, visto que na altura da recolha dos dados esse era o tempo mínimo legal para iniciar tal processo. Além disso, queremos investigar como pessoas brasileiras performam a cidadania no seu cotidiano em Portugal e, por fim, como experienciam a interculturalidade.

Nesse sentido, cabe apontar que as/os participantes-colaboradore/as chegaram a Portugal entre 2019 e 2020 ou antes. A Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA) só foi implementada em Portugal no ano de 2023. Nesse sentido muitas das experiências com as infraestruturas de imigração se referem ao período de atuação do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Portanto, os relatos se situam em um contexto pré-AIMA e de transição entre SEF e AIMA.

Todas as 13 pessoas que colaboraram com este estudo (n=13) são de origem brasileira, com idades entre 23 (idade do 1º emprego após frequência de ensino superior) a 66 (idade atual da reforma em Portugal), que vivem em Portugal há aproximadamente 5 anos ou mais, e têm a intenção de, ou já deram início ao processo de aquisição da cidadania portuguesa por tempo de residência em Portugal.

Do total de colaboradores, seis pessoas se identificam com o pronome feminino e seis se identificam com o pronome masculino, e uma pessoa com o pronome neutro. As idades variam entre os 30 e os 65 anos, sendo a média das idades aproximadamente 48. As pessoas que colaboraram com o estudo são naturais dos Estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em Portugal, 10 participantes-colaboradoras/es moram na área metropolitana de Lisboa, 02 na área metropolitana do Minho, e 01 na área metropolitana do Porto. Em relação ao tempo de residência em Portugal as experiências variam entre 05 e 34 anos (média 13 anos e 8 meses). Estes dados foram obtidos no início das entrevistas através de perguntas relativas à idade, género, nacionalidade, Estado de nascimento no Brasil e tempo de residência em Portugal, bem como o local de residência.

2.3. Análise dos Dados

Como método de análise dos dados, optou-se pela análise temática-narrativa (Ray et al., 2023; Riessman, 2008). O método foi escolhido exatamente, como nos traz Braun e Clarke (2019; 2023), pela possibilidade que oferece de se partir dos mais diversos referenciais teóricos, desde que o ponto de partida esteja bem claro (conforme desdobraremos ainda mais no capítulo seguinte). Para o processo, as autoras recomendam seguir 6 fases não lineares: (1)

familiarização com os dados, (2) codificação, (3) geração de temas iniciais, (4) desenvolvimento e revisão de temas, (5) refinamento, definição e nomeação de temas e (6) produção do relatório (Braun & Clarke, 2019).

Contudo, segundo Riessman (2008) ao focar no conteúdo do texto falado, a análise temática enfatiza mais o dito do que a forma como foi contada. Assim, no híbrido metodológico produzido nessa investigação, transitamos entre forma e conteúdo, em que o entrelaçamento de ambos aspectos ganha mais espaço na parte das análises narrativas que podem também sustentar melhor as ambiguidades inerentes à experiência vivida e, por tanto, complementam a análise temática, que por sua vez dá conta da globalidade dos sentidos produzidos acerca do tema estudado.

O software MAXQDA foi utilizado para ajudar a organizar os dados e a codificá-los como uma etapa antes da criação dos temas que serão apresentados no capítulo 4. Segundo Braun e Clark (2006) a análise temática “(...) seeks to theorize the sociocultural contexts, and structural conditions, that enable the individual accounts that are provided”²³ (p.85), e foi nesse sentido que construímos um esquema analítico informado pela literatura para auxiliar a codificação. Os códigos foram criados de forma indutiva, e como uma tentativa de dar conta da complexidade das experiências, criamos uma estrutura de análise em 3 níveis (ver Figura 2 a seguir), os quais são atravessados pelo espaço liminal, são eles: experiências vividas (efeitos, impactos, afetos, um nível de análise inteiramente liminal, por isso o círculo amarelo está completamente dentro do círculo cinza que representa o espaço liminal); infraestruturas de cidadania (os não humanos que agem nas vidas das/os entrevistadas/os, conforme veremos em mais detalhes no próximo capítulo); e, por fim, discursos (sobre migração, cidadania e cultura). Além disso cabe apontar que os níveis das infraestruturas de cidadania e dos discursos caminham dentro e fora do espaço liminal, marcando que são aspectos exteriores ao sujeito, mas que agem sobre ele, afetando diretamente sua experiência de vida (por isso os círculos verde e azul estão conectados ao amarelo com flechas na direção deste último).

Ferramentas do software MAXQDA como anotações, MAXMaps e codificação criativa, foram utilizados para organizar os códigos na estrutura de análise, bem como visualizá-los e reorganizá-los ao longo do processo, além de facilitar a identificação de conexões e padrões entre os dados.

²³ Tradução livre: “(...) procura teorizar os contextos socioculturais e as condições estruturais que possibilitam os relatos individuais apresentados” (Braun & Clarke, 2006, p.85)

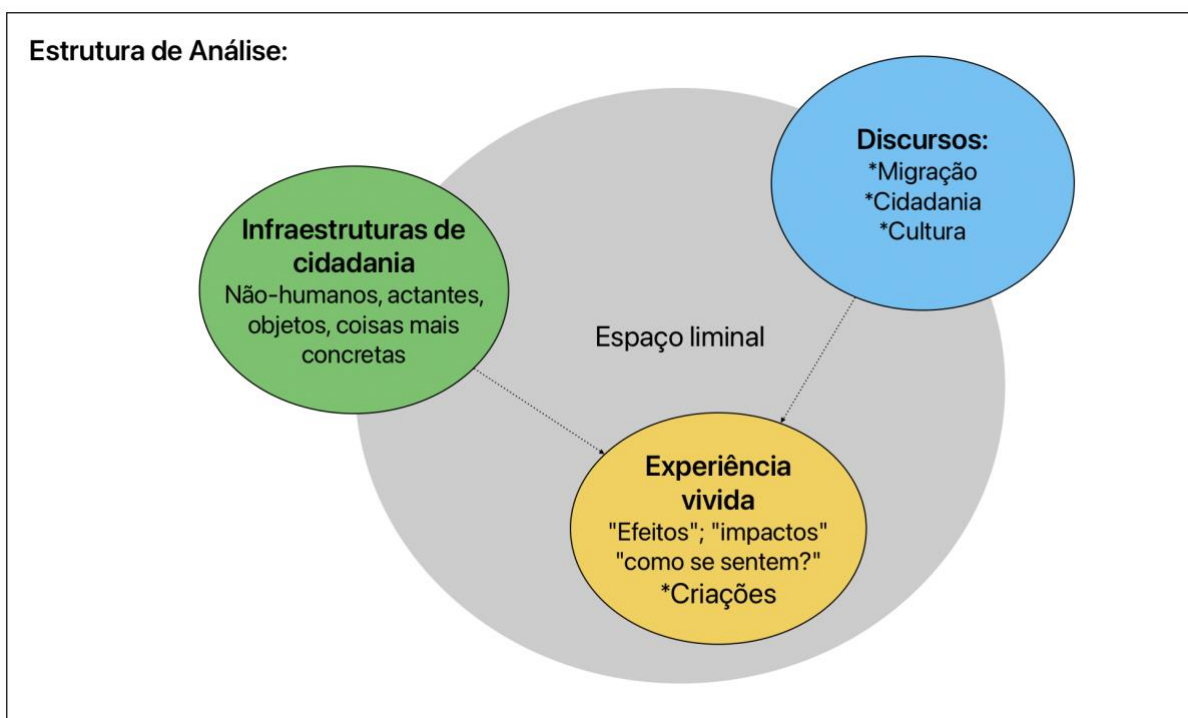


Figura 2.1: Estrutura de análise

Por fim, construiu-se os temas (a serem apresentados no capítulo 4) a partir das pistas apontadas pelo processo de codificação, localizando os principais elementos que marcam a experiência das/os entrevistadas/os. Conforme já discutimos no capítulo anterior, os principais conceitos teóricos que orientam a análise são na verdade transversais às experiências, por tanto os temas definidos se relacionam intimamente entre si, sendo a divisão que será apresentada a seguir (capítulo 4) puramente pedagógica, a fim de facilitar o reporte dos dados.

CAPÍTULO III

Desdobramentos do método: “os bastidores dessa investigação”

*O único modo de encontrar uma visão mais ampla é
estando em algum lugar em particular.*

— Donna Haraway (1988/1995)

Este capítulo é um exercício de inclusão às avessas, para que o/a leitor/a tenha um contorno de quem é a pesquisadora que lhe escreve, reporta dados e tece reflexões. Localizar as marcas desta pesquisadora significa também dar um sentido estrutural à pesquisa, que teria uma outra versão se tivesse sido feita por um homem, e uma outra ainda se tivesse sido feita por uma pessoa portuguesa. Meu compromisso é abrir um caminho para que ao final o leitor saiba também situar a pesquisadora e não só dizer da pesquisa ou das/os pesquisadas/os.

Essa pesquisa-investigação se faz numa tensão entre Brasil e Portugal, que me atravessa em muitas camadas e aqui nesta dissertação são reveladas em suas controvérsias — que contam de uma autenticidade da pesquisa. Para começar, aqui neste capítulo, nomeio o trabalho de pesquisa-investigação para chamar atenção do/a leitor/a através dessa suposta redundância que o espaço liminal que já tratamos no capítulo 1 não existe só para as/os colaboradoras/es da investigação, mas também para a investigadora e para própria pesquisa²⁴. Esta investigação se fez num espaço liminal. O propósito deste capítulo é iluminar esse espaço e explorá-lo. Podemos pensar que é uma espécie de “bastidores da pesquisa”, partindo do que Donna Haraway (1988/1995) e os acadêmicos da TAR propõem, que a pesquisa não é neutra, que também é atravessada pelas marcas da pesquisadora, como nos traz Laura Quadros (2022): “Pensar a pesquisa descentrada de uma lógica cartesiana é compreendê-la afetada (FAVRET SAADA, 2005), transbordada, produtora de efeitos na/o própria/o pesquisador/a. Portanto, revela um pouco de nós, nossa história, nossa caminhada, nossa herança, nosso envolvimento, nossa escolha, nossas transformações” (p. 88).

Assim, situar a pesquisadora significa responsabilizar-se pela pesquisa (Haraway 1988/1995), tornar-se consciente das marcas que a pesquisadora imprime na pesquisa e por

²⁴ “Pesquisa” é uma palavra mais usada no português do Brasil, enquanto “Investigação” é mais usada no português de Portugal para se referir a estudos no contexto acadêmico.

tanto revelar as controvérsias (Latour, 2012b) para que as perguntas interessantes (Despret, 2015/2021; Quadros, 2022) possam surgir. Nesse sentido, a pesquisa também imprime marcas na pesquisadora, criando um fluxo, um movimento que constrói a investigação. Favret-saada (2005) nos convoca a pensar a modalidade de ser afetado, que segundo ela é uma dimensão central no trabalho de campo, mas constantemente ignorada. Ela diz:

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia [ou uma pesquisa] é possível. (p.160)

Dessa forma, a proposta de trazer reflexões acerca dos “bastidores da pesquisa”, se justifica como modo de deixá-la ainda mais completa.

3.1. Situando a pesquisadora

Situar uma pesquisa, hoje, se faz necessário quando levamos em conta o apagamento histórico das mulheres pesquisadoras na história da ciência. Ao privilegiar o sobrenome (ou nome) ao invés do nome (ou apelido), no protocolo de citações bibliográficas, por exemplo, cria-se o mito da neutralidade e a ilusão de que é possível fazer pesquisa a partir de lugar nenhum (Haraway, 1988/1995), e nesse sentido o ônus recai principalmente sobre as mulheres, visto que a ciência é dominada pelo masculino. Assim, não só o gênero age nesse apagamento, mas também o berço histórico-cultural, quando saberes latino-americanos, por exemplo, também sofrem desse apagamento.

Assim, parto de um “lugar em particular” (Haraway, 1988/1995) para compor essa pesquisa-investigação. Nesse sentido, situar-me exige reconhecer marcadores sociais que me diferenciam e que também são atravessados pelo contexto histórico-cultural entre Brasil e Portugal. Me formei em psicologia no Brasil, onde vivi até os meus 24 anos, quando decidi viver 2 anos na França e os últimos 2 anos em Portugal. Neta de um imigrante português, bisneta de uma imigrante portorriquenha, filha e neta também de brasileiras e brasileiros, ao longo da minha vida venho construindo uma identidade cultural liminal: mulher do terceiro mundo (Anzaldúa, 2000), brasileira e portuguesa, Branca e Latina, pesquisadora em psicologia social e psicóloga clínica, Gestalt-terapeuta. Na Europa, vim buscar a outra parte da minha identidade, o que se configurou como um caminho tortuoso, atravessado por muitas infraestruturas de cidadania e políticas excludentes que, assim como veremos no próximo capítulo, me fez “virar do avesso”, mas não me impediu de atravessar.

De um lado, o “virar do avesso” implica um questionamento que acontece no encontro com a diferença que nos desloca para o espaço liminal, onde é possível deCentrar-se²⁵, olhar para si levando em consideração os atravessamentos hierárquicos e patriarcais construídos pelo ocidente, que inferiorizam e deslegitimam (Zhou & Pilcher, 2019). De outro, Henning (2015), ao elaborar sobre interseccionalidades e marcadores da diferença, ilumina que nos estudos europeus e estadunidenses sobre interseccionalidades, o termo “deCentrar” carrega em si um apagamento das produções de conhecimento não hegemônicas ao assumir um movimento que parte do “centro” para a “periferia”, quando poderia simplesmente interessar-se em dialogar com as produções já existente no denominado “sul-global”.

Assim, cabe colocar aqui a localização epistemológica que tomamos nessa investigação. Ao trazermos um modelo teórico que costura Teoria Ator Rede, Psicologia Social Crítica da Cidadania, interculturação e liminalidade, estamos fazendo uma hibridização sócio-histórico-política, partindo de uma perspectiva construtivista e relacional. A cultura pensada como processual, dinâmica e relacional, que se constrói enquanto discurso, que se entrelaça com discursos de cidadania, se defronta com infraestruturas de cidadania no espaço liminal da vida vivida, e assim a existência é construída coletivamente (incluindo humanos e não humanos).

3.2. Do encontro com o campo

Ao longo da coleta de dados passei pelo sentimento de alívio, acolhimento e pertencimento. Com suas preciosas histórias de vida, cada um dos colaboradores, por quem tenho imensa gratidão e respeito, me ajudou a construir não só a história dessa investigação, mas também a história dessa pesquisadora.

Ao partir da postura ética do PesquisarCOM — que já falamos no capítulo anterior — trabalhei em conjunto com os/as participantes-colaboradore/as para definir como seriam chamados aqui na pesquisa. A aposta é de humanizar as pesquisas que se fazem com humanos ao nos recusarmos a referenciar as/os participantes por números (como de P1, P5, etc). Usar nomes é um movimento de respeito à singularidade de cada um/a, nomes humanizam, números neutralizam, invisibilizam. A anonimização dos dados não precisa ser sinônimo de invisibilização e apagamento de subjetividades. Nesse sentido, chamá-las/los por um nome, ou pelo próprio nome se assim desejarem, ao referenciar suas falas é o primeiro passo para a democratização da ciência e do fazer COM e não SOBRE (Quadros & Moraes, 2016).

²⁵ O C maiúsculo marca o Centro, que seria o Ocidente ou o patriarcado, ou qualquer tipo de hierarquização. O grande C é colocado para localizar o poder, o que é desconfortável (Zhou & Pilcher, 2019)

Os/as entrevistados/as/e aqui são chamadas/os de participantes-colaboradores/as, pois construíram a pesquisa junto conosco ao compartilhar suas histórias e opiniões. Não são só colaboradores, pois não participaram da construção da pesquisa desde o início, foram convidadas/os a colaborar num projeto pré-concebido. Mas não foram totalmente passivos no percurso da pesquisa, pois meu encontro com elas/eles e o conteúdo do que contaram agiu dando forma à pesquisa — conforme veremos no capítulo seguinte.

De forma orgânica, seja ao final da entrevista ou posteriormente por whatsapp, convidei-os/as a dizer-me qual nome gostariam de ser chamadas/os aqui na pesquisa. Alguns/mas quiseram o próprio nome, outras/os buscaram os nomes de pessoas que admiram, outras/os pediram que eu sugerisse um. Nesses casos, a força do nosso encontro me serviu de guia. Busquei inspiração na música, na arte, na literatura, e juntos/as criamos o pseudônimo que lhes fosse mais satisfatório.

Cada colaborador/a confia a mim a preciosidade de suas histórias de vida. Carrego nessa pesquisa a voz dessas pessoas sobre suas experiências de vida e com o desafio de caminhar na fronteira entre academia e vida vivida, entre Brasil e Portugal. Colhi histórias de pessoas migrantes brasileiras, sobre amor, resistência, renascimento, fim e recomeço, permeadas dos mais diversos desafios. Histórias que dão notícia da experiência migrante, da interculturação, do que é ser cidadão, do que é ser migrante brasileira/o, do que é viver na fronteira entre culturas, entre modos de vida, entre sistemas institucionais. Que possibilidades de vida existem para aquelas/es a quem se oferta apenas a fronteira como estrada para caminhar? Esse é o ponto de partida dessa pesquisa. Onde a nacionalidade portuguesa traz em si um meio de travessia, mas com a certeza de nunca poder desembarcar, ou ir mais além do que a beirada.

Assim, entre autores de diversas nacionalidades, falantes de diversos idiomas, que escrevem e produzem a partir de diversas localidades no mundo, criei um espaço de diálogo entre elas e eles, e coloco aqui a minha versão (Despret, 1999) sobre este tema, de forma a ampliar as possibilidades de olhar o fenômeno da migração, e instigar novos questionamentos e diálogos a partir também das controvérsias que se fizeram presentes nesse estudo, seguindo os atores: “E seguir os atores nesse caso é segui-los em seu entrelaçamento com as coisas, pois sim as coisas também agem, elas podem autorizar, permitir, proporcionar, encorajar, sugerir, influenciar, bloquear, dificultar etc.” (Latour, 2012b; p.108).

CAPÍTULO IV

Análises

*Mas, como diria Mário Quintana “Esses que
aqui estão atravancando o meu caminho.*

Eles passarão. Eu passarinho!”

— Frida Ramos (participante-colaboradora)

Contar histórias é tecer laços (Despret 2015/2021), que aqui, contadas por brasileiras/os vivendo em Portugal, continuam a tecer laços históricos que já vem sendo tecidos desde 1500, hoje a partir de um outro lugar. A linha que os tecem já foi feita de sangue negro e indígena, amarrando-nos à força. Hoje se faz com música, comida, festas, estereótipos e discriminações, mediado pelo mito do lusotropicalismo. Vamos aqui neste capítulo seguir alguns fios que tecem os laços que amarram a relação de brasileiros com Portugal nas suas dores e alegrias, nas proximidades e diferenças, sustentando e dando lugar às ambiguidades e controvérsias que compõem o campo dessa pesquisa para compreendermos o que as/os entrevistadas/os fizeram de suas vidas mesmo com tantos atravessamentos e obstáculos.

Os temas que serão apresentados a seguir são apenas recortes de um todo inseparável, intimamente mediado por não humanos e pela liminalidade. Todos os 4 temas se entrelaçam entre si e compõem a minha versão (Haraway, 1988/1995) acerca dos dados coletados, das histórias que me foram generosamente partilhadas pelas/os participantes-colaboradoras/es. Como parte narrativa da análise, serão apresentados alguns extratos maiores, chamados “narrativas” que encapsulam diversas dimensões das análises aqui reportadas, dando conta de evidenciar a/ao leitor/a o entrelaçamento dos temas na vida vivida da/o entrevistada/o.

Ao nível da análise temática, como ilustrado no mapa temático, representado na figura 3 abaixo, o tema 1 “A nacionalidade como infraestrutura de cidadania” contém 4 subtemas (1.1: Do “jogo do empurra-empurra” à “pescadinha de rabo na boca” – Relatos de ambiguidade institucional; 1.2: “Você já tá cá há quantos anos?” – O tempo como infraestrutura; 1.3: “Mas qual é a língua que estou a falar consigo?” – O idioma português como infraestrutura de poder; e 1.4: A nacionalidade portuguesa como chave de acesso e legitimidade) que exploram a ação de não-humanos que compõem o que chamamos de infraestrutura de cidadania. O tema 2 “Entre a cidadania e o pertencimento: o que é “ser” Português?”, abarca 2 subtemas (2.1: “Minha terra é onde eu quiser estar!” – Descolando a cidadania performativa da nacionalidade; e 2.2: Cidadania na fronteira: tensões entre pertencimento e cultura), que abrem a discussão

acerca da sobreposição da cidadania com a cultura e com o Estado-nação (concretamente através da nacionalidade). O tema 3 “Vivendo na fronteira: experiências de liminalidade”, contém 2 subtemas (3.1: “Imigrar te faz virar do avesso” – Atravessando a liminalidade no encontro intercultural; e 3.2: “Me sinto um estranho no ninho” – Dimensões afetivo-culturais da liminalidade) que exploram as vivências subjetivas dos participantes-colaboradores no encontro entre-culturas. Em seguida, o tema 4 “Herança histórico-colonial operando como um não humano” contempla, também 2 subtemas (4.1: “Volta pra Bragança” – O estigma da mulher brasileira; e 4.2: Desemaranhando estereótipos, iluminando ambiguidades), que exploram os atravessamentos do passado colonial entre Brasil e Portugal na experiência de vida dos entrevistados. E, por fim, o subtema transversal (“A vida só anda quando você decide ficar” – Efeitos psicossociais de se viver em Portugal) é essencialmente liminal e justamente transversal a todos os outros, por tanto é apresentado separadamente, ao mesmo tempo em que está intimamente conectado com todos os 4 temas desenvolvidos.



Figura 4.1: Mapa temático

Ao nível da análise narrativa (como ilustrado na figura 3 pelos balões amarelos) atrelada ao tema 1, começamos com a narrativa²⁶ “Vigo” que conta do processo de aquisição de visto,

²⁶ Esta denominação de narrativa também ajuda a enfatizar a ideia de que as narrativas não são idiossincráticas, mas antes narrativas que, apesar dos seus detalhes particulares, se repetem por

logo passamos para a narrativa “Largo das Graviolas” associada ao tema 2 que conta de um movimento comunitário local, e marca as tensões entre cidadania performativa e cidadania formal. Em seguida, a narrativa “Lugar do Imigrante” conta sobre como é habitar o terceiro espaço entre-culturas, nos aproximando da experiência liminal dos migrantes brasileiros que vivem em Portugal. Associado ao tema 4, a narrativa “A vida é urgente” revela a ação do passado colonial entre as duas nações na vida vivida do brasileiro, conectando os níveis macro e microssociais desse campo. Por fim, a narrativa “Pé de Limão”, associada ao subtema transversal, remenda a narrativa coletiva contada aqui por 13 pessoas, colocando a escolha de ficar, mesmo com todas as barreiras institucionais e as dificuldades afetivo-culturais existentes na travessia da pessoa migrante brasileira que decide ir viver em Portugal. Ademais, os outros balões em amarelo mais claro (indicados na figura 3) indicam narrativas extras (“Bode expiatório”; “Processo de aquisição de cidadania”; “Papelinhos”; “Uma brasileira grávida”) que também se associam aos temas, mas que não puderam caber no corpo do texto. Decidimos expô-las nos anexos (anexo E) a fim de criar um espaço para que estas partilhas possam ser honradas.

Por fim, tanto os extratos quanto as narrativas virão acompanhados do nome fictício da/o entrevistada/o, o número aproximado de anos que vive em Portugal em relação a data da entrevista, e se adquiriu nacionalidade portuguesa (NP), se está aguardando o processo (AP) ou se ainda vai solicitar a nacionalidade (SN) (exemplo: FRIDA RAMOS, 27, NP).

Tema 1: A nacionalidade como infraestrutura de cidadania

Este tema foca-se na experiência da nacionalidade, transversal aos relatos, e em como os diferentes actantes institucionais (como o bilhete de identidade (BI), o sotaque brasileiro, o tempo que vive em Portugal, os primeiros vistos, etc) constroem ou facilitam o processo de aquisição de nacionalidade se fazendo presentes no processo de dar sentido a essa experiência. O episódio “Vigo” narrado a seguir, conta de um dos primeiros obstáculos que todo imigrante precisa atravessar: a aquisição do visto. Atravessar aqui no sentido que Anzaldúa (2000) nos traz ao dizer dos perigos que as pessoas “do terceiro mundo” não podem ultrapassar, mas devem atravessar. A obtenção de um visto, que supostamente deveria ser uma questão simples de burocracia, que “não faz tanta diferença assim” — o que não o caracterizaria como actante segundo a definição que já vimos de Latour (2012b) — afinal faz, e se revela como um actante de peso. Vejamos o relato abaixo:

constituírem a experiência migrante em Portugal marcada por aspetos estruturais.

Narrativa “Vigo”

*Fui três vezes a Vigo. E por que que eu fui três vezes a Vigo? [...]tava fora dos meus planos, inclusive financeiros, voltar para o Brasil. Porque se eu voltasse para o Brasil, eu ia gastar o único dinheiro que eu tinha para pagar o visto, o que ia custear o visto. E tinha medo de lá não conseguir. Ai o que é que eu fiz? [...] Eu escrevi uma carta para o consulado em Vigo. Que tinha que fazer um pedido formal ao Consulado, de Informações. E eles davam um... um documento a dizer o que é que precisava. [...] Fiz a mesma coisa, na Casa do Brasil, [...] Peguei as informações do consulado e fiz a mesma coisa aqui no que era o SEF, [...] a atual AIMA. Ahm... Peguei essas informações todas. Juntei-as, todas. Ou seja, fiz um máximo denominador comum. Tudo o que elas tinham de diferente, de igual, eu juntei tudo. E me pediam três cópias de cada, autenticadas, e eu levei **cinco**... cópias de cada autenticada. (...) Então eu tinha uma pasta que era um... uma coisa deste tamanho que pesava pra aí uns sete quilos. E que eu carregava pra cima e pra baixo. E a senhora... a primeira vez que eu lá fui, em Vigo, dar entrada no visto. A senhora me pediu coisa que não tava na lista deles. Porque eu pus.... eu pus por lista. Mas tava na lista da Casa do Brasil! Então eu tinha [sorrindo]. E me pediu coisas que não tavam na lista da Casa do Brasil, nem na dela, e tavam na lista do SEF! E eu tinha [sorrindo]. E ela virou para mim tão impressionada, e disse assim: “Você tem tudo?!”. E eu disse: “Você pode me pedir o que quiser que **hoje** eu tenho tudo.” [sorri orgulhosa] (...) [...] Porque ela sabia que estava a me pedir coisas que não... não tavam na lista. Eu mostrei a ela, mas isso não está na lista. Ela disse: “É, mas é uma lista nova. Não deu para fazer chegar a carta”. Essas coisas. Pronto. Então eu fiz. Na segunda vez, eu fui responder porque um dos documentos não tinha o nome completo. Porque eu precisava de duas... dois portugueses que indicassem a minha idoneidade, que assinassem um papel preenchido e carimbado com... com... selo branco, que na altura se usava muito selo branco, e reconhecida a assinatura. E um dos meus... dos meus amigos que fez isso, abreviou o nome. [...]Não podia. Ele tinha que pôr o nome inteiro. [...] E eu tive que voltar lá porque eles reclamaram disso, e levei cinco cópias novamente. Depois voltei. Nesse dia... Nessa época, eu só tinha uma folga, um dia de folga. Portanto eu tive... Tinha que sair de madrugada daqui, com o carro alugado. E depois de um tempo, eles me chamaram para eu receber o visto. E era um visto no meu passaporte. Entretanto, eu já trabalhava aqui por causa desse visto. Que era... era muito contraditório, porque eu não podia trabalhar sem ter o visto, mas só podia ter o visto se eu tivesse um contrato de trabalho. Como é que eu tenho um contrato de trabalho se num tem...? se eu não posso trabalhar, entendeu? Não tenho um visto para trabalhar. Pronto,*

foi assim, é. Aqui chama “uma pescadinha de rabo na boca”. (FRIDA RAMOS, 27, NP)

De partida, a pessoa migrante já é “empurrada” para um espaço liminal institucional, que Santos e Alves (2022) chamam de “cidadania adiada”, conforme já falamos anteriormente. Actantes não-humanos entram em cena quando Frida Ramos precisa escolher como usar o limitado recurso financeiro e de tempo que tem, que orientações seguir, se vai a Vigo ou Sevilha solicitar seu visto, numa época em que a comunicação se estabelecia por cartas, que nem sempre chegam, porque se perdem ou porque nunca foram enviadas, mas de todo modo “é a carta [actante] que não chegou” agindo como se fosse independente das decisões institucionais. A lista de documentos a serem apresentados, que se altera constantemente como se tivesse vida própria e tomasse as próprias decisões neutralizando a/o solicitante do visto. O trajeto de carro que Frida Ramos teve que fazer pela madrugada no seu único dia de folga, de um trabalho que não tinha contrato, configurando precarização, e que precisava fazer para conseguir o visto que permitiria assinar o contrato. Fica evidente as diversas figurações do mesmo actante (Latour, 2012b) institucional em jogo, atuando como obstáculo no caminho da legalização e promovendo a precarização — ou o precariado (Jørgensen, 2016) —, marcando a exclusão dos “outros”, e impedindo o acesso a direitos básicos, como a subsistência.

Para além disso, a lista exige que Frida Ramos implique a palavra de um “legítimo português” sobre a sua idoneidade, e que por uma falta de minúcia, pois, novamente, deveriam ser “simples burocracias”, lhe é exigido que dirija pela madrugada, mais uma vez, no seu único dia de folga, para uma pequena correção. Vemos aqui, a cidadania formal agindo através deste “simples documento”, responsável por atestar que um de “nós” (portugueses) se responsabiliza por um dos “outros” (migrantes), como via de legitimação e concessão de direitos (Isin, 1999; 2017; Latour, 2012b; Zhou & Pilcher, 2019).

Além disso, é importante destacar a agência de Frida Ramos em resistir à condição limbática de existência (Santos & Alves, 2022), insistir, negociar com os não-humanos e com os humanos que agiram nessa situação para que pudesse enfim reivindicar seus direitos, principalmente de acesso a um trabalho digno. Configurando então uma ação cidadã no sentido performativo proposto por Isin (2017), conforme vimos, e que aqui se concretiza como uma super-cidadã, uma pro-cidadã, informada, ágil, capaz (Badenhoop, 2021; Nguyen & Batel, 2024) de estar preparada para qualquer falha do sistema, para tudo o que é oficialmente pedido para o processo de nacionalidade e mesmo para o que não é - “*ou seja, fiz um máximo denominador comum*”.

Conforme apresentado na introdução do presente trabalho, até o final da última década, Portugal era considerado um país exemplo em políticas de integração de migrantes. Tendo em

vista que a experiência relatada por Frida Ramos aconteceu na década de 2000, poderia argumentar-se que é um relato desatualizado. Contudo, veremos na seção seguinte, como o mesmo fenômeno acontece também com migrantes que chegaram a Portugal na última década, em que fica evidente a incongruência entre a política formal e a política na prática.

Subtema 1.1: Do “jogo do empurra-empurra” à “pescadinha de rabo na boca”²⁷ – Relatos de ambiguidade institucional

Extrato 1: *E aí fica meio num ciclo. E que você acaba demorando, às vezes mais tempo. Perde tempo com essa burocracia. Porquê? Porque você não conhece. Você não tem conhecimento de leis. Você não sabe como é que funciona o sistema. Aí você fica naquele... cai no jogo do empurra, né? o funcionário da manhã empurra você, você vai lá, busca. Quando você vem de tarde: Não, meu colega, ele se equivocou. Não é isso. É isso. E aí você fica... cai naquele meio jogo do empurra-empurra.* (MARIA, 5, AP)

O extrato 1 conta de algo tão comum para qualquer migrante, aqui no recorte de Portugal, que foi repetido em todas as entrevistas, configurando este um dos temas com mais extratos associados, e que é bem evidenciado também com a análise da narrativa ‘Vigo’. Aqui, no discurso apresentado por Maria, podemos ver como a ambiguidade institucional age, convencendo a pessoa migrante de que é ela que não tem conhecimento, pois afinal é isto que este actante faz a pessoa migrante sentir. Assim, Maria se sente genuinamente perdida, confusa, sem entender com clareza “*como é que funciona o sistema*”, assumindo para si parte da agência neste processo, que na verdade não lhe pertence. Isto fica explícito com o uso da palavra “*empurra*”, revelando a agência do sistema como um não humano. Há um aparato institucional, respaldado numa lógica excludente seja por má gestão de recursos públicos, ou uma “*cultura do funcionalismo público*” (ONIROMANTE, 7, AP), ou qualquer outra figuração (Latour, 2012b) que se possa dar para o mesmo actante, aqui denominado “*ambiguidade institucional*”.

Como se desvencilhar então do “jogo do empurra-empurra”, ou desfazer a “pescadinha de rabo na boca”? O extrato 2 nos traz alguns caminhos possíveis, na lida com este ator:

Extrato 2: *Aí tu tem duas saídas, que essas eu aprendi na prática. Uma é se vitimizar. Então: “não, mas eu não sei o que é isso aqui. Eu tive extrema dificuldade, não sei o quê.*

²⁷ FRIDA RAMOS explica: A pescadinha de rabo na boca é um peixe que se faz aqui, muito tradicionalmente em Portugal, que é uma pescada. Só que eles fritam a pescada com um rabo dentro da boca, então ela fica redondinha. Você já faz o ciclo. Então a coisa que não tem fim é uma pescadinha com o rabo na boca.

E eu preciso, e bebébé bebébé... [fala com vozinha fina, com ironia]”. E aí vem aquela coisa do tipo: “Ok, vou abrir uma exceção para te ajudar” [fala arrastada dando a entender que é um esforço grande]. Então, assim, é: “Óh!!!!!!!!!!!! [sustenta um som agudo uns segundos] sou a pessoa maravilhosa que te ajuda” [entrevistadora ri ao fundo] ou [...] é tipo assim: “Não. Mas só um pouquinho. Eu não sou boba.” E aí tu vem com uma firmeza do tipo assim: “Tá aqui o documento e eu sei que a lei tal, não sei o quê e não não”. E aí, tipo assim: cala a boquinha, porque sabe que não está lidando com qualquer um e a pessoa sabe o que ela tá fazendo. (LÚCIA CASTRO, 17, NP)

Num gesto de cidadania performativa, os/as entrevistados/as, exemplificado aqui pelo extrato 2, nos apresentam duas estratégias para lidar com a ambiguidade institucional, evidenciar os afetos que ela provoca (“se vitimizar”), numa aposta de implicar o interlocutor também no mesmo afeto, convocando um novo ator pra cena: a empatia, que poderá agir como facilitador. Além disso, a vitimização como estratégia é colocar-se dentro dos papéis esperados pelas relações de poder vigentes, ou seja, fazer o papel do migrante que é inferior, ignorante, não sabe nada, e que surge então como uma vítima que pode ser ou descartada ou ajudada — uma perspectiva que mantém o status quo da migração enquanto os indivíduos que ajudam e privilegiados podem sentir-se bem por ajudar. E de outro lado, a utilização da simetria como recurso (Latour, 2012b), ao sugerir uma postura de “firmeza” que comunica ao funcionário do serviço que ele “*não está lidando com qualquer um*”, mas, mais uma vez, com um super-cidadão que, sozinha e apesar de todas as falhas no sistema, sabe tudo e traz toda a informação. Vejamos abaixo um exemplo de obtenção de êxito através da utilização da primeira estratégia de enfrentamento à ambiguidade institucional e busca por direitos:

Extrato 3: E eu peguei e falei assim: “olha, eu posso falar com a diretora do SEF, alguém responsável de você e de vocês”. E fui. E veio uma senhora. Eu falei: “olha, é o seguinte, o meu marido, ele confundiu a data e está acontecendo isso, isso, isso. Eu não estou a trabalhar, eu tô grávida e ele tá desesperado e tal”. E a mulher olhou para mim e falou bem assim: “fala para teu marido vir aqui amanhã que eu vou marcar uma data para ele, porque você me comoveu com sua história e eu estou vendo em você toda aflita” (ESTRELA DOS ANJOS, 21, NP)

Me antecipo ao/a leitor/a, que pode ter pensado que a primeira estratégia exposta no extrato 2, implica necessariamente a contação de uma história inventada. Talvez sim, como diria Bruno Latour “quem somos nós para julgar os atores e o que eles fazem de suas existências?”, mas gostaria de marcar que muitas das vezes não é o caso. O simples fato de ser necessário apontar isto aqui revela precisamente um lugar para onde o migrante é constantemente “empurrado”,

um lugar limbático do qual Frida Ramos aparentemente conseguiu sair mediante a apresentação de um atestado de idoneidade assinado por uma pessoa nacional, conforme relatado na narrativa “Vigo”.

Subtema 1.2: “Você já tá cá há quantos anos?” – O tempo como infraestrutura

O tempo se revelou um ator importante, agindo de diversas maneiras em todos os relatos. Para além de um localizador importante, função utilizada mesmo para localizar as experiências ao reportar extratos aqui neste capítulo, o tempo também age legitimando ou não um lugar de cidadão na sociedade portuguesa. Aqui neste subtema, vamos tratar dos aspectos infraestruturais do tempo e como as/os entrevistados percebem a sua agência em suas experiências.

No campo das leis e das políticas, o tempo é um fator importante e determinante para diversas leis. Por exemplo: Qual o tempo de vida considerado suficiente para lhe ser permitido dirigir? Nos Estados Unidos aos 16 anos, enquanto no Brasil e em Portugal apenas aos 18. Ao se tratar da lei de nacionalidade em Portugal, esta sofreu alterações em relação ao tempo necessário de residência em Portugal para poder solicitar a nacionalidade portuguesa (Extrato 4: “*Na minha época eram seis anos mais um. (..) Depois passou a ser cinco anos mais um, e agora são só cinco anos.*” — FRIDA RAMOS, 27, NP), e atualmente também está passando por mais uma mudança²⁸.

Extrato 5: *São... Acho que agora são cinco anos de título de residência sempre... através... renovado. Eu já tenho aqui treze anos de título de residência. Então já passou mais da hora. Se contar agora, eu vi numa reportagem que até os cinco anos eles estão querendo fazer restrições pelas questões políticas que a gente vê no mundo inteiro né? Ai eu falei assim: “Nossa, mas se eles falarem que é de dez, eu estou garantida. Porque eu tenho treze!” Eu já até estourei! [rindo].* (KapaP, 13, AP)

O extrato 5, menciona o recente debate sobre alterações na lei da nacionalidade, aprovada pelo parlamento em 28 de Outubro de 2025, e que aguarda revisão do Presidente. Por tanto, não será possível discutir neste trabalho as implicações das novas regras na reestruturação do aparato legal que molda as infraestruturas de cidadania em Portugal. De todo modo, o tempo

²⁸ “Entre as mudanças propostas pelo Executivo de Luís Montenegro está o aumento do tempo de residência exigido para cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) solicitarem a nacionalidade — **de cinco para sete anos**. Para os demais imigrantes, o prazo dobrará, **passando dos atuais cinco para dez anos**. Também vai constar na lei que o tempo de espera do título de residência - em alguns casos até três anos - não entrará nesta conta”. (DNBrasil, 2025)

age na prescrição de cidadania, a partir de uma contagem oficial do tempo de residência que segue determinadas regras (extrato 6: “*existe uma documentação que você pode pedir que é meio que o tempo de residência legal que você tá em Portugal*” — ADRIEL, 8, NP), definindo mais uma vez quem pode ou não ser considerado cidadão e em que termos.

O extrato 5, traz a dimensão da legitimidade de acesso a um status que o tempo impõe. No seu caso, se sente “*garantida*”, ou seja, hiperlegítima a conseguir adquirir a cidadania portuguesa. O extrato 7, seguinte, exemplifica como os/as participantes-colaboradores/as se utilizam desse ator, somado ao que Brunno Ramos chama de “*vergadura*” para marcar seu lugar de cidadão na sociedade portuguesa:

Extrato 7: *Então, na minha conversa, na minha negociação com eles, eu deixo bem claro que eu percebo do que está acontecendo, que eu não vou permitir que me trate diferente. Então eu acho que os anos lhe dá essa... essa. [...] Vergadura!! [...] Olha! ele vai olhar pra você e vai falar assim: “esse aqui não dá pra eu aplicar isso, porque esse aqui... esse cara já tá cá há algum tempo” e tanto que eles sempre perguntam: “você já tá cá há quantos anos?” [...] Quando faz essa pergunta pra você! É porque ia tentar te colocar como imigrante e não conseguiu por causa da sua postura, sabe? Então é nessa hora é onde eu me imponho. Eu me imponho como um cidadão português que sou adquirido. Eu contribuo [...] contribuo como qualquer um outro português aqui. Se calhar contribuí até mais do que muitos aqui.* (BRUNNO RAMOS, 10, NP)

A vinculação entre o tempo e a cidadania fica muito clara no extrato apresentado acima. Além disso, fica evidente o que a literatura (Andreouli, 2019; Zisakou & Figgou, 2021) traz sobre as diferenças atribuídas ao lugar do imigrante e ao lugar do cidadão, em que o tempo opera como um dos atores responsáveis por essa separação. No entanto, no extracto 7 o tempo também é usado como ferramenta de resistência, ou seja, a ‘temporaridade permanente’ (Azeredo, 2025) em que vivem estes migrantes é também usada de forma agentica e estratégica para reclamar a legitimidade de ‘ficarem’ (*stay put* – Tarditti, et al., 2022), em vez de irem embora, como as políticas e leis de migração desejam.

Subtema 1.3: “Mas qual é a língua que estou a falar consigo?” – O idioma português como infraestrutura de poder

Neste subtema, apresentamos mais um ator que age nesta trama criada pelas infraestruturas de cidadania: o idioma português em toda a sua liminalidade. Um ator profundamente controverso, que ora aproxima, ora afasta, ora limita os humanos. Por vezes é motivo de discriminação, por vezes é motivo de vinculação. O idioma português revela dinâmicas de

poder enraizadas no histórico colonial entre Portugal e Brasil (que exploraremos mais a fundo no tema 4), e por tanto ganhou também o apelido²⁹ de “brasileiro” para referir-se à variação do idioma falado no Brasil. Intrinsecamente conectado ao contexto em que entra em ação, esse apelido em sua maioria age para segregar, mas às vezes também revela uma certa independência e potência também.

Em relação ao aparato legal da lei da nacionalidade, por exemplo, a comprovação da proficiência no idioma oficial do país é um dos requisitos daquela lista (mencionada no relato “Vigo”). Mas e quando se trata de uma pessoa migrante cujo idioma nativo é o mesmo do país de destino? Frida Ramos, por exemplo, conta da demora para a chegada da sua nacionalidade portuguesa, o acontecimento se situa em 2005, vejamos:

Extrato 8: *É, eles tinham que ter o papel que eu falava português. E eu disse: “Mas qual é a língua que eu tô a falar consigo?!”. E ele disse assim: “olha, mas eu tenho aqui uma lista de documentos. E esse documento tem que ter uma coisa que diga que você fala e escreve português! E eu não tenho nenhum documento aqui que diz que você fala e escreve”. Eu disse: “Olha, eu tenho meu certificado de matrícula numa universidade portuguesa”. E ele disse: “Não! Tem que dizer lá que você fala e escreve português.”* (FRIDA RAMOS, 27, NP)

Mais recentemente, o extrato a seguir comenta da mesma temática: extrato 9 — “*outros imigrantes que desejam obter a cidadania portuguesa têm que fazer prova de língua que sejam de países não lusófonos. E eu não preciso, mas mesmo assim isso parece que é um empecilho assim, sabe?*” (HP, 6, AP). De outro lado, ao mesmo tempo em que age em conjunto com as marcas do histórico-colonial, o idioma português age unindo produções artísticas de diversas culturas, trazendo uma percepção de possibilidade de acesso à riqueza intelectual e artística, e mais recentemente age também legitimando o Brasil como um país rico em produções culturais-artísticas, como veremos a seguir:

Extrato 10: *Então eu leio o Mia Couto, Valter Hugo Mãe[...]. No caso do Mia Couto, uma referência moçambicana muito forte. Mas remetem muito e falam nas entrevistas deles sobre a influência dos autores brasileiros na literatura. Então eu fico muito feliz de ver que o... o Brasil não é tão vira-lata quanto a gente pensa [entusiasmo contido]! Ele tem uma importância cultural muito grande. Até outro dia, mesmo com... com essa questão do Oscar do a... Ainda Estou Aqui que a Fernanda [Torres] falou que sente muita pena do*

²⁹ A palavra “apelido”, no contexto cultural liminal deste trabalho, carrega dois sentidos: o sentido de “alcunha” em Portugal, “apelido” no Brasil, e o sentido de “sobrenome” no Brasil, “apelido” em Portugal.

resto do [mundo] não saber falar português porque tá perdendo uma excelente oportunidade de... de apreciar obras diferentes. (FELIPE FERREIRA, 5, SN)

Uma outra figuração (Latour, 2012b) que o actante em cena assume é o do sotaque, que age, supostamente “revelando” as origens, ou pertencimentos do interlocutor. Ao discutir a raça como um marcador social de desigualdades, Grada Kilomba (2019), em seu livro *Memórias da Plantação*, discute sobre como esse marcador provoca a pergunta “de onde você é?”, em diálogo com essa perspectiva, o sotaque no contexto da experiência de migrantes brasileiras/os vivendo em Portugal opera anunciando uma resposta a essa pergunta que nem precisa ser pronunciada e que já provoca mudanças no rumo da interação. Ou muitas vezes já vem mais elaborada, como “ah, você é brasileira?”, podendo provocar, a depender do interlocutor, um sorriso cúmplice ou uma rejeição ao vínculo, por exemplo, traçando semelhanças com o ‘domesticar’ e ‘esconder’ do cabelo negro em Inglaterra, tal como estudado por Johanna Lukate (2022). Nesse sentido, o extrato 11 a seguir aborda a aprendizagem do sotaque português como estratégias para mascarar esse marcador social.

Extrato 11: *Eu vejo brasileiros que estão em loja ou sei lá, que trabalha no autocarro, principalmente mulher. Que... que tenta adquirir o sotaque português para ser mais respeitado. [...]E eu mesma já pensei nisso assim de tipo tentar passar por português para.... para naquela situação eu preferia que me vissem como portuguesa, sabe? Então, assim, sei lá, de... de dizer bom dia [/Bon día/ sotaque português] em vez de bom dia [/bom dgia/ sotaque brasileiro]. (LÚCIA CASTRO, 17, NP)*

O extrato 11 apresenta como a aquisição do sotaque português se revela não como um “sucesso de integração/aculturação”, mas como uma estratégia de defender-se da discriminação (“*tenta adquirir o sotaque português para ser mais respeitado*”). Neste sentido, é importante chamar a atenção para a frase que nomeia este subtema ter sido dita seguindo a estrutura do português europeu, mostrando exatamente o efeito neutralizante das marcas da linguagem oral incorporados na estratégia partilhada no extrato 11. Assim, sobre o que lhe era permitido ou não, exigido ou não fazer no seu ambiente de trabalho, Frida Ramos nos conta sobre o processo de construção do seu sotaque no extrato seguinte:

Extrato 12: *Não me era permitido atender o telefone. (...) [...] Por causa do sotaque. (...) [...] Que disseram assim: “Ah, agora nós vamos ter que fazer aqui uma remodelação. E o telefone vai tocar é o seu e você vai ter que atender”. Eu disse: “Não. Eu tenho sotaque brasileiro, eu não posso atender. Lembra?” (...) (...) ela já ficou olhar para mim... Eu disse: “Não era essa a indicação? Eu continuo a ter sotaque brasileiro. Portanto...” (...) Aí a resposta dela foi: “Mas você quase não tem sotaque brasileiro!” (...) [...] Aí eu disse:*

“Mas sabe por que que eu não vou atender? Eu não quero. Porque eu tô há anos [...] a construir meu sotaque português. E já vi que funciona. Mas eu não quero.” (...) (FRIDA RAMOS, 27, NP)

Ao falar das vantagens de ser casado com uma portuguesa, como algo que facilitou sua vida em Portugal, o extrato 13 nos conta da agência do sotaque brasileiro ao se procurar uma casa para morar, em que este ator opera como obstáculo.

Extrato 13: *[...]Eu começo a procurar uma casa pra morar com ela [a esposa] e com a minha filha e começo a notar que ninguém aluga uma casa pra mim. Aí o pai dela joga a seguinte pergunta “Vem cá, eles não estão fazendo isso porque você é brasileiro? Deixa ser eu a fazer” e pronto. Em uma semana a gente tinha uma casa alugada.* (ARTHUR, 34, SN)

Quando o sotaque brasileiro opera como obstáculo o sotaque português opera como facilitador do vínculo. No extrato 13, quando o pai da sua esposa, português, consegue alugar a casa para a filha e para o genro, opera como o amigo português de Frida Ramos no relato “Vigo”, mediando a confiança entre o “cidadão” e o “não-cidadão”.

Por fim, é preciso mencionar o acordo ortográfico da língua portuguesa, um instrumento criado em 1990 com o objetivo de unificar a escrita do português dentre os países lusófonos, que só entrou em vigor tanto no Brasil quanto em Portugal em 2009, e passou a ser obrigatório em Portugal em 2011 e no Brasil só em 2016. No que tange a oralidade, este instrumento não teve qualquer efeito nas experiências de vida das/os entrevistadas/os, tendo sido mencionado explicitamente apenas uma vez por uma participante que trabalha intimamente com a escrita, e implicitamente duas outras vezes por participante relatando de suas experiências acadêmicas na universidade portuguesa.

Subtema 1.4: A nacionalidade portuguesa como chave de acesso e legitimidade

Extrato 14: (...) *eu... eu acredito que esse status de virar cidadão português dá uma tranquilidade muito maior assim, sabe? [...]Então, porque infelizmente esse status de residente é um... é um... é uma coisa muito frágil assim, né? Tipo assim, você pode perder a qualquer momento. Ele pode não ser renovado. Dependendo do governo que vier, pode cancelar tudo. Então você sendo cidadão, é uma... é uma... é como se fosse um... uma moeda de troca muito maior, assim, sabe? Você tipo diz “Olha, estou aqui, né? Vim pra ficar [risos de empoderamento] e sou um de vocês..”* (HP, 6, AP)

O extrato 14 menciona algumas das “portas” que a nacionalidade pode abrir, aspecto mencionado por muitas/os participantes-colaboradoras/es. Algumas dessas “portas” são: a

obtenção de um financiamento para habitação, acesso ao ensino superior, extrato 15 -“*Eu sou cidadã portuguesa, eu vou fazer uma universidade pagando 200 e tal euros*” (MARIA, 6, AP); a facilidade de circulação entre países da zona Schengen, extrato 16 — “*diminui a fila no aeroporto*” (FELIPE FERREIRA, 5, SN) , diminuição das burocracias que reduzem o stress, extrato 17 — “*Menos uma preocupação que eu tenho na hora de procurar um emprego...*” (ONIROMANTE, 7, AP) .

Além disso, o extrato 14 aborda a dimensão de estabilidade que o documento provoca, definindo-o como “uma moeda de troca maior” que o visto, ou seja, abre portas para o empoderamento, o que implica a fragilidade do status que o visto, ou a autorização de residência, oferecem.

Contudo, a associação entre o documento e a legitimidade impõe, de um lado, uma aceitação por parte dos nativos — que gera um empoderamento, como veremos no extrato 20 a seguir — e por outro lado oferece a permissão para o migrante sentir-se pertencente — que gera alívio (ver narrativas extras “Processo de aquisição de cidadania” e “Bode expiatório” no anexo E), muito associado às filas do SEF/AIMA, um aspecto mencionado por todos os participantes, que em última instância é a representação concreta do esforço de pertencer. Extrato 18 — “*E no SEF sempre foi um stress, então ter se livrado. [...] Ter me livrado disso foi um alívio gigantesco assim.*” (LÚCIA CASTRO, 17, NP). Ao ser indagado sobre suas expectativas em relação a obtenção da cidadania portuguesa, Arthur diz: extrato 19 — “*Eu tenho pensado muito nisso, Nicole! Tenho pensado muito nisso, sabe? Tenho pensado nas implicações práticas da coisa...Eu, de cinco em cinco anos, tenho que ir ao SEF pedir a bênção pra mais cinco*” (ARTHUR, 34, SN).

Extrato 20: *Eu era gerente da loja [...] Então, o que que acontece? [solta um riso] (...) Quando eles vinham... e tem muitos [...] que eu ia atendê-los, falavam assim: [...] “Não, não, não. Não entendi nada que você tá falando. Você não fala português. Eu quero falar com um português”. [...] “Só um minutinho”. Eu dou dois passos à frente dele. Vou na minha carteira, pego o meu BI. Volto, [...] “Olá, boa tarde! Tudo bem? Eu sou o responsável da loja [...].” “Você?” “Sim. Ah, e outra coisa, só para deixar claro, sou português” e apresentava o B.I. (...) Mudava de figura na hora! [...]* (BRUNNO RAMOS, 10, NP)

O extrato 20 (ver a narrativa “Carteirada” no anexo E, para ler o relato completo) exemplifica claramente a agência de diversos atores: O **sotaque** que age dividindo os dois, quando o cliente alega não compreender o que Brunno Ramos fala, marcando que o que ele fala não é português e sugere que só quem é português fala português, e se o sotaque dele não

é de Portugal, então ele não é português. Por tanto, o sotaque opera como um importante marcador, utilizado inclusive como ferramenta de poder na prescrição de “requisitos” necessários para ser considerado um “verdadeiro” cidadão português; A **nacionalidade** portuguesa, sob a figuração do Bilhete de Identidade (BI), como mediador importante na relação entre o participante-colaborador com uma pessoa portuguesa, que ao ver o BI “*muda de figura na hora*”, marcando a sua legitimidade enquanto cidadão e passa a ser tratado com mais respeito, diluindo o “jogo de poder” inicialmente estabelecido, e marcando a estratégia que chamou de “*vergadura*” no extrato 8.

Além disso, o cliente assume estar falando com um funcionário “subalterno” ao solicitar falar com o gerente da loja, que “este sim deve ser português”. Nesse aspecto, o relato acima da conta de mostrar como o sotaque age, revelando o que chamamos de “teto de vidro, identificando as codificações de extratos estritamente relacionados ao trabalho e possibilidade de acesso à cargos mais altos e de chefia por exemplo, ou empregos especializados, condicionando até o migrante brasileiro qualificado a postos de trabalho “subalternos”:

Extrato 21: *O meu primeiro emprego, por exemplo, cá em Portugal, foi trabalhar numa praça, lá no Porto. Ali na Rotunda da Boavista. Não sei se conhece. É para pegar fezes de animal. Esse foi o meu primeiro emprego. Eu jamais faria isso no Brasil. Eu era gerente da [uma grante varejista do setor esportivo] no Brasil.* (BRUNNO RAMOS, 10, NP)

Por fim, a nacionalidade também se revela um actante controverso, no que tange a identidade cultural, vejamos nos exemplos seguintes. De um lado, Vivi nos diz que: extrato 22 — “*Eu não vou me sentir portuguesa... Ter essa opção de cidadania. Acho que é uma, né? Aumentar. É Ter mais possibilidades. É isso. Não é que eu vou me tornar portuguesa*” (VIVI, 7, AP). De outro, Maria apresenta um posicionamento aparentemente ambíguo ao dizer de um lado que: extrato 23 — “*Para mim, a nacionalidade é só um documento que pode... [...] No meu dia a dia, no meu... na minha rotina, não muda nada*”. De outro: extrato 24 — “*É... quando eu tiver com o documento em mãos. [...] Ter o passaporte português vermelhinho, Aí sim! Vai mudar! [...] Eu acho que aí sim eu vou ficar mais pertencente à Portugal!*” (MARIA, 6, AP). Nesses extratos 22 e 24, a noção de cidadania enquanto algo que se ganha ou se perde (Glissant, 1999/2021), está diretamente ligada à noção de cidadania formal, prescritiva (Androuli, 2019; Isin, 1999; 2017; Zisakou et al., 2024). Além disso, o extratos 23 e 24, revelam a separação entre a vida vivida do “dia a dia” e o pertencimento ao país. Desdobraremos esta questão com o tema a seguir.

Tema 2: Entre a cidadania e o pertencimento: o que é “ser” Português?

Este tema abarca mais especificamente as tensões entre cidadania performativa e cidadania formal (Andreouli, 2019; Isin, 1999; 2017; Zisakou & Figgou, 2021) e como esses agentes mobilizam ou não a percepção de pertencimento a Portugal. No tema anterior, dentre outros aspectos, trabalhamos como o objeto “bilhete de identidade portuguesa” ou “passaporte português” que concretiza a aquisição da nacionalidade portuguesa age oferecendo facilidades e acesso a direitos, além de criar uma simetria entre os humanos que a possuem. Do ponto de vista deste actante, possuí-lo significa ocupar uma posição simétrica a outros humanos que também o possuem frente ao Estado-nação português, configurando a cidadania formal. Nesse sentido, resgatando o princípio de simetria (Latour, 2012b) desenvolvido na TAR, este tema apresenta os rastros que os humanos entrevistados deixaram a partir dessa condição simétrica, rastros esses que revelam justamente as assimetrias: se por um lado obter a nacionalidade significa ser português, de outro, ser português carrega dimensões de cultura também. Desdobraremos essas questões nos subtemas 2.1 e 2.2.

A narrativa “Largo das Graviolas” a seguir evidencia bem o que chamamos de cidadania performativa e como ela pode acontecer descolada da cidadania formal ou do “ser português”, e como a cidadania performativa configura pertencimento. Vejamos a narrativa abaixo:

Narrativa “Largo das Graviolas”

E a gente queria o quê? Vamos transformar ali, vamos colocar o [local], colocar as crianças e jovens fazendo desporto. Então foi quase dois meses contactando associações que fazem desporto, professor de Zumba. Pá! E manda e-mail para um lado, manda e-mail para o outro. [...] Na terça-feira. “Fulano, tá tudo certo para... pra a sala?” “Não se preocupe. Tudo certo.” Então tá. [...] Quando eu cheguei lá, no local, no largo das [graviolas]. [...] Não tinha nada! Aquilo estava um lixo! Porque eu tive tanto ódio! [ENTREVISTADORA: meu deus..]. Mas pensa num ódio. Eu dentro do carro, vendo aquele tudo lixo, no outro dia tem uma manhã desportiva... Como é que eu vou pôr... enfiar um monte de menino... de adolescente?... [...] Peguei o e-mail. [...] uma das frases era: “É assim que vocês querem que os jovens da ... vocês dizem que valorizam os jovens? Amanhã será o dia da comemoração da juventude, e é assim que vocês tratam os jovens do [local]? e as crianças também? Não se preocupem, porque a resposta vai vir em outubro.” Em outubro são as eleições. Fui no grupo [no whatsapp] das mulheres... [...] Ah, pai, pai. E aí. Todo mundo ficou indignado e eu já mandei outros e-mails... e aí nisso, outras mulheres se uniram e também mandaram e-mails. Eu sei que a presidente da

junta que eu conheço... ela me ligou “Ana, mas o que está acontecendo?” Eu Falei: O que está acontecendo? E pá. pá. pá. pá. pá. pá “Ai. Olha, a câmara já mandou e-mail aqui para mim. Já me ligou. Já tive um pega não sei com quem. Porque o pessoal está movimentando.” Falei: “Pois é. Por que será que o povo está movimentando? Vocês querem que a gente faça alguma coisa? Pelo bairro, quando a gente faz, é assim. É no lixo! Os jovens são tratados dessa maneira? É o que está acontecendo.” E aí, o que a gente começa... E foi tão maravilhoso, Nicole. Que algo que eles falavam assim “Ana, já é... são quase cinco horas da tarde. Eles não vão mais arrumar lá não, vai ter que ser no lixo. Falei assim: “Olha, eu vou pegar vassoura.” E o grupo... porque o nosso grupo é um grupo grande. Eu estou falando de uma associação com uns duzentos participantes. **Nós** vamos. Eu não falo. “Eles vão”. **Nós vamos pegar a vassoura, e vamos limpar aquilo lá. Mas fica tranquilo, que vai ser tudo jogado nas redes sociais. Remédio santo! No Sábado... Na sexta feira à tarde, já tinha uma equipe trabalhando. Eu falo que o largo das [Graviolas] foi o largo mais vigiado nos últimos dias. Tinha o pessoal da [associação] que moravam em cima do largo das [Graviolas], era sete horas da manhã e falava assim: “Até agora não chegou nenhuma equipe.” Sete e meia coloca lá no grupo: “Já tem duas equipes trabalhando.” A atividade começava às nove. [...] Eles colocaram duas equipes trabalhando lá. Às nove e meia, quando começou a atividade, aquilo tava limpo. [...] Ou seja, foi a união de um grupo que fez aquilo se movimentar. A máquina! Eles entenderam a mensagem da história do voto. Sabe? E por aí vai. [...] Ou seja, aos pouquinhos, você vai se... [...] No... se sentindo pertencente àquilo lá e fazendo parte. E se alguém hoje algum dia ousar falar “volta para a tua terra.” Minha terra é aqui! Eu pago imposto nisso aqui! E em qualquer lugar que eu queira estar, eu vou estar **Sim!** Sabe? [...] [risada]. [ENTREVISTADORA: Muito lindo! Muito, muito forte, né? Essa história] (ANA, 18, AP)**

Neste relato, Ana nos descreve a potência da cidadania performativa em ação! Sem saber quem é Ana, se é brasileira, portuguesa, ou outra nacionalidade, ao lermos o relato, fica claro que Ana é uma cidadã exigindo de seus governantes que trabalhem para comunidade que deveriam governar. Fundadora de um projeto comunitário na região onde mora, Ana mostra como é possível agir com cidadania numa comunidade (cidadania performativa) mesmo sem ainda possuir a nacionalidade portuguesa (cidadania formal).

Por ser de nacionalidade brasileira, Ana pode votar para eleições autárquicas em Portugal, através do acordo CPLP, que elege exatamente os representantes dos órgãos envolvidos no seu relato: câmaras municipais, assembleias municipais e assembleias de freguesias. Este acordo é um dos instrumentos legais que age num esforço de reduzir assimetrias para aqueles que não podem obter a nacionalidade portuguesa. Neste caso, podem votar para as eleições autárquicas,

mas não podem votar para presidência ou nas eleições da União Europeia, por exemplo³⁰. De todo modo, a força desse relato reside no fato de que possuindo nacionalidade portuguesa ou não, Ana e sua associação movimentaram a comunidade e seus representantes, fazendo valer seus direitos na comunidade, revelando também seu pertencimento a essa comunidade.

Além disso, percebe-se o envolvimento afetivo de Ana com a ação comunitária que estava desenvolvendo, que age como força motora para a sua ação cidadã em sua comunidade, marcando que é capaz de criar para si um lugar (bell hooks, 2009/2022) onde quer que vá.

Subtema 2.1: “Minha terra é onde eu quiser estar!” – Descolando a cidadania performativa da nacionalidade

A seção atual mobiliza o princípio da simetria proposto por Latour para discutir a tensão entre pertencimento e cidadania. A aquisição da cidadania estabelece essa simetria, evidenciando a importância do vínculo afetivo com o lugar (Di Masso et al., 2019), que atravessa a cidadania performativa, para se pensar as dimensões do pertencimento. Nesse sentido, descolar as noções de cidadania e nacionalidade, provoca um tensionamento das fronteiras simbólicas que definem quem “pertence” a determinado território.

Em resposta ao famoso insulto xenófobo “volta pra tua terra!”, Ana responde “Minha terra é onde eu quiser estar!”. Aqui a noção de origem como vinculada ao local de nascimento, vincula o pertencimento e a legitimidade ao lugar “onde se veio ao mundo”, uma concepção arcaica cujas raízes se fincam na época em que uma pessoa era alguém de algum lugar (“Helena de Tróia”). Atualmente, com a globalização e transnacionalidade, a percepção de pertencimento já não está mais necessariamente vinculada ao lugar de origem, mas à família por exemplo (Frida Ramos, seria pertencente à família Ramos), entre outras possibilidades. Nesse sentido, as regras de aquisição de nacionalidade variam conforme os países, se nasceu em solo nacional somado ou não se é filha/o de mãe e/ou pai nacionais; se nasceu fora do território nacional de mãe e/ou pai nacionais, etc. Nesse sentido, como vimos, por ter uma tradição emigrante, Portugal é um país que sempre se preocupou em manter a conexão com a sua diáspora, concedendo inclusive o direito ao voto de nacionais portugueses residentes no

³⁰ Extrato extra: o direito ao voto, que é também uma das coisas também que eu acho que enquanto o título de residência também poderia. Mas depois de passado alguns anos, e eu acho que eu também tinha que fazer, se eu não me engano, algum requerimento de pedido de votação, e já agora, como cidadão, eu já até recebi tipo uma... se não me engano não sei se foi uma carta, um email, dizendo tipo “olha, se você quiser votar” — que eu também voto aqui é livre né? Mas se você tem seu direito de voto — e “se você quiser votar o seu local para votação e tal, tal, tal”, então você também ganha, né? Tanto direitos, mas também deveres, né? Enquanto cidadão português, enquanto você ganha essa cidadania. (ADRIEL, 8, NP)

exterior, como uma das estratégias de manter um sentimento de pertencimento em sua diáspora (Bastos, 2019; Padilla & Ortiz, 2012; Padilla & França, 2020; 2022), vinculando pertencimento e cidadania e relativizando a conexão com o território, que por sua vez alimentam a identidade nacional construída através do mito do lusotropicalismo (discutiremos isso em mais detalhes no tema 4 “Herança histórico-colonial operando como não-humano”).

Assim, se de um lado, para a pessoa migrante, possuir nacionalidade portuguesa implica acessar direitos, equiparação de status social e um lugar legítimo e estável na sociedade portuguesa com as pessoas que também nasceram em Portugal,

Extrato 25: *Ah, eu acho que... eu acho que.... eu acho uma coisa boa [ter a nacionalidade portuguesa], porque eu me sinto mais pertencente ao meu país, ao país deles, que agora também se tornou meu país, né? Então eu acho que me traz o sentimento de que tipo, independente do que digam, né? Enfim, eu também sou um cidadão português. Eu pertenço a esse país como qualquer outra pessoa que, né, nascida, que tem suas origens aqui. [...]*

Eu pertenço também a essa terra. Essa terra também me pertence, sabe? (ADRIEL, 8, NP) de outro: extrato 26 — “No dia a dia, o documento não mudou... Não mudou nada. Até porque o documento não anda na testa mostrando [ironia].” (BRUNNO RAMOS, 10, NP). Então se nacionalidade portuguesa não significa necessariamente “ser português”, o que significaria então ser português? Para pertencer é necessário ser português? (extrato 22)

Numa leitura TAR, o vocábulo “português” é apenas uma mesma figuração usada para diferentes actantes. Ele pode se referir ao cidadão pertencente ao Estado-nação de Portugal, no sentido formal, implicando que este humano possui nacionalidade portuguesa e então tem acesso aos mesmos direitos daqueles que são cidadãos porque nasceram em Portugal, ou porque casaram-se com “um português” ou porque são filhos ou netos de cidadãos portugueses. Se refere também, aqui na linguagem usada pelos participantes-colaboradores a ser cidadão português porque vive em Portugal, e por tanto age no dia-a-dia da comunidade tanto quanto quem nasceu neste território, apesar de não possuir a nacionalidade, possuindo visto de autorização de residência, e, por tanto, direitos limitados, mas mesmo assim pertence, faz parte porque vive no território (Di Masso et al., 2019) e consequentemente se apropria deste lugar (“*essa terra também me pertence*”). E se refere também ao pertencimento cultural-afetivo no sentido de conhecer a cultura e a história do país e identificar-se com a representação compartilhada da cultura portuguesa, os costumes e expressões dos humanos que tradicionalmente habitam o território, etc. No entanto, desde logo o que é interessante no que este tema traz e que será discutido em maior detalhe de seguida, é que, primeiro, a distinção hegemónica e que as infraestruturas de cidadania tentam continuar a reificar, entre

nacionalidade/cidadania e cultura, é ambígua, paradoxal e bagunçada, sendo constantemente renegociada e discutida pelas participantes-colaboradores. De facto, segundo, Taylor e Wilson (2004, p.154), o que a cidadania/nacionalidade oferecem, é apenas “the organisation of subordinate inclusion³¹”.

Subtema 2.2: Cidadania na fronteira: tensões entre pertencimento e cultura

Neste subtema vamos abordar as percepções de pertencimento a Portugal, que muitas vezes vêm sobreposto à noção performativa de cultura, no sentido de que para ser aceito na sociedade portuguesa deve-se demonstrar expertise em ao menos um aspecto da cidadania prescrita seja o sotaque português, seja o conhecimento da história de Portugal, ou o consumo da arte e/ou culinária portuguesa, ou mesmo a geografia de Portugal, no sentido de explorar o território, o que configura a cultura como uma infraestrutura de cidadania.

Extrato 27: (...) *a pessoa muitas vezes chega num país... e fala assim: “Eu tenho dificuldade em me integrar.” Mas você procura se integrar? Minimamente... tentar fazer amizades[...] Alguma coisa. É tentar conhecer um pouquinho da cultura do país. Que você tá entrando. Porque é... “eles não me aceitam.” Mas o que você também está fazendo para ser aceita? Conhecer o povo. [...] Eu falo que você vai descobrir... Tanto Portugal como qualquer outro lugar, você vai descobrir andando, não é muito de carro nem de ônibus não. Você anda que você vai descobrir! [...]. E eu vejo que essas pessoas que estão chegando hoje também têm muito medo de andar, de falar! Não é fácil!* (ANA, 18, AP)

A ideia de integração, exemplificada no extrato 27, conta de um discurso compartilhado que sobrepõe, cultura, Estado-nação e cidadania, que, ao invés de pensar a integração como um processo que engaja todos os indivíduos que compõem uma sociedade, reforça a separação de migrantes da sociedade como aqueles que “tem a necessidade de integrar-se” (Spencer & Charlseley, 2021), que devem esforçar-se para pertencer. Neste sentido, “conhecer a cultura” é veiculado como a eterna tarefa que o/a ‘migrante’ precisa cumprir para sentir-se pertencente aquele local. Assim, o extrato 28, a seguir, nos conta sobre como o participante-colaborador percebe que os portugueses deixam de vê-lo como brasileiro quando ele prova seu domínio da cultura portuguesa:

Extrato 28: *Eu consigo me comunicar muito bem com os portugueses dentro do ambiente deles, sem alterar a coisa, sem... sabe? Sem... Bem, são muitos anos, né? [risada contida]. (...) E eu conheço bem a história daqui. Eu leio muito autores portugueses. Eu me... tento,*

³¹ Tradução livre: “a organização da inclusão subordinada” (Taylor & Wilson, 2004)

tento aprender muito sobre o país. É verdade. Nunca fiz um grande esforço para perder o sotaque. Isso não. Isso não. E talvez seja aí o único ponto assim em que eu apareça no meio deles. Quando eu estou num lugar em que há pessoas novas, que eu estou conhecendo, pessoas novas, eu sou logo visto como o brasileiro. Mas a partir do momento em que eu estou integrado naquele grupo, isso não demora muito. Eles imediatamente deixam de me ver como brasileiro. (ARTHUR, 34, SN)

O extrato 28 nos mostra a cultura como infraestrutura que sustenta as relações sociais, um actante que estabiliza o social (“sem alterar a coisa”). O participante-colaborador utiliza sua expertise sobre “a cultura portuguesa” como recurso para vincular-se (Latour, 2021b) socialmente, além de revelar sua passagem pelo espaço liminal para adentrar “o ambiente deles”, mas que nunca perdeu o sotaque brasileiro “isso não”, demarcando as negociações que faz entre seus pertencimentos para seguir transitando em Portugal. Além disso, a dimensão do espaço é mobilizada nos extratos 27 e 28, marcando também a ideia de pertencimento a um lugar que já discutimos no preâmbulo deste tema. Especificamente o extrato 27 ilumina também a importância de “descobrir” o novo lugar “andando” como uma estratégia de criação de vínculo com o espaço (Di Masso et al., 2019; ver também Careri. 2017).

Extrato 29: É uma questão de autopercepção. Sabe? Porque alguém pode falar “Não. Eu tô integrado, pô, eu vivo, convivo com os portugueses.” Tá? Isso eu também faço. Mas tipo, não quer dizer que... (..) Que eu pertenço, entende? Ou que se tiver um... um aniversário eu vou ser chamado, ou se... sabe? um casamento... ou... sabe? [...] Aí, se a gente for falar de integração cultural, do que a gente está falando, exatamente? Integração mesmo no caso. Assim, nessa ótica, eu não me sinto integrado. Eu sou um... é eterna visita, sabe? (ONIROMANTE, 5, AP)

Esse extrato 29, ao desdobrar a questão da integração, evidencia a diferença entre uma integração funcional (do tipo prescrita pelo Estado como por exemplo os recentes debates sobre a lei de nacionalidade e a exigência de uma formação sobre **valores** cívicos para além da comprovação de idioma para obtenção de nacionalidade) e uma integração com vinculação no sentido desenvolvido por Latour (2012b) que configuraria um sentimento de pertencimento ‘verdadeiro’.

Resgatando a noção de pertencimento desenvolvida por bell hooks (2009/2022), pertencer é criar um lar, é vincular-se a partir da percepção de que se têm agência sobre esse lugar e com as pessoas que vivem ali, onde acreditam que podem fazer diferença. Assim, a percepção de “fazer diferença” marca o entrelaçamento entre cidadania e o pertencimento, que tencionam com a “cultura” no sentido que para a pessoa migrante sentir-se pertencente precisa perceber

que “faz diferença”, mas a partir do discurso segregacionista e aculturativo, os ‘locais’ podem perceber essa diferença como uma ameaça ao status quo, que ganha uma especificidade no contexto da relação Brasil-Portugal.

Tema 3: Vivendo na fronteira: experiências de liminalidade

Em última instância, este tema abarca as reverberações subjetivas que o “viver na fronteira” causam na experiência de vida de pessoas brasileiras, migrantes em Portugal. Já foi discutido anteriormente alguns dos impactos das infraestruturas de cidadania e dos discursos da cidadania formal nessas experiências e como esses elementos constroem essa fronteira que precisa ser atravessada. Desse modo, aqui reunimos alguns extratos que dão notícia desse espaço liminal, que se apresenta ao atravessar a fronteira. De forma distinta das anteriores, a narrativa seguinte, denominada “Lugar do imigrante”, apresenta uma construção mais subjetiva, pois conta do lugar afetivo-experiencial-encarnado do espaço liminal.

Narrativa “Lugar do imigrante”

É... eu acho que a experiência de imigrar é uma experiência que transforma a gente assim, sabe? Eu acho que eu seria uma outra pessoa se eu não tivesse tomado a atitude de há seis anos atrás decidir imigrar. Porque eu acho que a imigração te coloca em situações que você não tá, não tá, a espera assim, sabe? [...] Tipo, eu não sei se você vai conseguir entender o que estou querendo dizer, mas tipo assim, parece que todo momento que eu estou aqui não sei se é pela minha cor, não sei se é pelo meu sotaque. Mas o tempo todo as pessoas sabem que eu não sou daqui. Então as pessoas sempre me tratam como se eu não fosse daqui, entendeu? Tipo assim, como se eu não pertencesse aqui. Mas... Tipo assim, eles sabem que eu vivo aqui, mas eles não... eles... eles... o tempo todo, acho que eles me colocam nesse lugar do imigrante, não sei, dessa pessoa... E aí quando eu cheguei no Brasil, que eu fui na praia, tipo assim, eu percebi que as pessoas me tratavam como uma pessoa qualquer! Que era o que eu queria! [riso de alívio] Você entende? Tipo. Então assim eu falava “Gente, é muito, muito louco assim”, sabe? o tratamento, acho que o olhar, não sei assim. Então, eu acho que me colocar nessa posição de imigrar, mas também me trouxe uma visão de mundo alargada assim, sabe? Eu consegui prestar atenção... E me colocar em situações talvez que, por exemplo, imigrantes no Brasil passem, e eu não faço ideia! [som de surpresa] [...] porque eu tô no meu país! né? Eu não paro.... Geralmente a gente começa a pensar sobre coisas que tocam a gente, né? Até na ciência. Geralmente, quando você tem intenção de você pesquisar sobre algo, é algo que

toca você, que te... que te causa um desconforto. Você não vai pesquisar teoricamente sobre algo que não... não te causa nada, entendeu? Tem um... tem o âmbito objetivo, que é a pesquisa, mas tem um âmbito subjetivo, que é o que me toca. Então eu acho que tipo, estar aqui, tipo viver uma nova cultura e com inúmeras outras culturas também que existem em Lisboa, que não é só a portuguesa, tipo, tem inúmeros outros povos e... e línguas que tão aqui, me deu uma... uma visão assim de tipo “nossa, que loucura né?” [ENTREVISTADORA: Amplia, né?!] Amplia! [...] Tipo, começa a te causar desconforto, coisas que antes não causavam desconforto. Ou você começa tipo a ver o mundo de outra forma, simplesmente, né, porque você começa a... você se coloca em outro lugar, né? Tipo nessa relação, porque eu encontro brasileiro no Brasil, eu estou numa posição e eu encontro brasileiro em Portugal, eu me coloco em outra posição, então eu inverte o papel da relação. Então eu consigo enxergar coisas que talvez não tavam... não tavam tão nítidas pra mim antes. Então eu... eu assim, eu acho que eu consegui ultrapassar muitas coisas, né? Tipo, pra além de xenofobia, pra além de tipo racismo, essas coisas assim, eu... eu criei laços com o país assim, acredito que é um país muito bom, né, com pessoas boas também, com... com paisagens belíssimas também, que eu adoro. Tipo assim, adoro passear, viajar pelo país. Mas tem essas... essas questões do tipo, né, que não dá pra... não dá pra fugir, né? Tipo assim, né? A gente tá... tá sujeita a passar. Mas é isso, assim. (HP, 6, AP)

Neste relato, fica explícita como a experiência de alteridade habita a liminalidade. De um lado da fronteira HP se sente “apenas uma pessoa comum”, do outro lado se sente no lugar do “Outro”, daquele que não pertence. De forma mais encarnada, e por tanto liminal, HP nos conta sobre esse “lugar do imigrante”, mencionado anteriormente explicitamente nos extratos 7 e 14, e implicitamente em todos os extratos apresentados neste capítulo. Especificamente, ao falar do desconforto e que “*eu inverte o papel da relação*”, HP nos conta do deslocamento para o espaço liminal que ocorre no encontro intercultural. Um deslocamento que acontece a partir desse encontro intercultural com a diferença. Além disso, no caso específico relatado ele fala de uma percepção sobre esse lugar de alteridade ao retornar ao Brasil, por tanto também configura um engajamento com a própria existência, que marca a liminalidade.

Por fim, HP diz “*eu consegui ultrapassar muitas coisas né?*” ao se referir a todas as dificuldades e obstáculos que teve que enfrentar na sua trajetória migrante. Nesse sentido, traz uma dimensão de resistência/persistência, encapsuladas na palavra ultrapassar. Como mencionado no início do capítulo, podemos ler “ultrapassar” nesse caso, através da perspectiva de Glória Anzaldúa (2000) sobre os perigos que devem ser atravessados, pois são impossíveis de serem evitados. Assim, HP nos conta que ao atravessar “muitas coisas”, para além da

xenofobia e do racismo, ele criou “laços com o país”, marcando a escolha de criar um lar (hooks, 2009/2022) em Portugal apesar das forças de expulsão (desdobraremos essa dimensão específica da escolha mais afrente no subtema transversal).

Subtema 3.1: “Imigrar te faz virar do avesso” – Atravessando a liminalidade no encontro intercultural

Este subtema abarca principalmente a dimensão do “engajamento com a própria existência” característico da liminalidade (Thomassen, 2014), abordando como os/as participantes-colaboradores/as percebem esse processo na sua trajetória migratória.

Extrato 30: *Eu acho que... que essa experiência que eu vivi e ainda estou a viver me fez uma pessoa diferente do que eu cheguei. [...] Eu acho que também cresceu até mais essa questão de... de respeito ao próximo. Porque você tá dentro de uma outra cultura. [...] Você fica mais consciente, você ficou mais... Eu não sei nem se é compreensível... Eu não sei expressar bem a palavra, mas é diferente. A parte de você imigrar que faz virar ao avesso. Eu acho que te renova. Agora tem um ponto você tem que também estar disposto a essa mudança.* (MARIA, 6, AP)

Ao trazer uma dimensão incompreensível da sua experiência (aspecto amplamente mencionado pelas/os entrevistadas/os), fica evidente o engajamento da participante-colaboradora com a própria existência no espaço liminal. Além disso ela pontua que se tornou uma “pessoa diferente” com a migração, marcando a transição, um aspecto que constitui a liminalidade como esse espaço a ser atravessado a partir de um rito de passagem (Thomassen, 2014). Essa dimensão fica ainda mais marcada no extrato 31 a seguir:

Extrato 31: *Eu só consigo me identificar a partir do momento que eu entrei aqui. Por incrível que pareça, assim. Parece que apagou o meu passado, sabe? [...] Eu não consigo lembrar como é que eu já fui feliz no Brasil, entendeu? Eu só consigo lembrar do dia que eu passei a me identificar aqui em diante. Eu sinto... Aqui, eu posso dizer Portugal é o meu lar. Portugal é a minha casa. [...] Aponto de que eu cheguei no Brasil cheio de esperança, cheio de saudade no Brasil e tal. [...] Que quando eu cheguei lá eu me senti um peixe fora d'água. Eu fiquei doido pra voltar. (...) É controverso por causa da cultura. Mas eu não consigo ficar longe daqui, sabe? O ambiente, o clima... Talvez pode pesar os meus filhos, sabe? Eu senti falta do meu trabalho. Eu senti falta da minha rotina que eu tinha, que eu tenho cá. (...)* (BRUNNO RAMOS, 10, NP)

O extrato 31, expõe a migração como um ritual de passagem (Thomassen, 2014) que marca uma transformação pessoal, que no caso se revela brutal: “parece que apagou meu passado

sabe?”. Além disso a frase “*é controverso por causa da cultura*” marca a ambiguidade que encontra lugar nesse espaço liminal. E, em seguida, nos comunica a negociação possível dessa ambiguidade (extrato 34), conforme veremos na secção seguinte.

Extrato 32: *Aí eu acho que a responsabilidade, sabe. Eu, eu, eu aqui. Eu me transformei numa mulher brutal. Sabe? [...] Tipo, eu tenho que chegar aqui, eu tenho que eu fui porque eu renunciei muita coisa. [...] Eu aprendi as coisas, eu, eu fui correr atrás dos meus documentos.* (ESTRELA DOS ANJOS, 21, NP)

Por fim, o extrato 32 enuncia a dimensão do empoderamento e construção de uma autonomia que compõem também a liminalidade.

Subtema 3.2: “Me sinto um estranho no ninho” – Dimensões afetivo-culturais da liminalidade

Aqui, incluímos os extratos que tocam as negociações de pertencimento afetivo-culturais, como as resistências à lógica aculturativa, que geram as angústias e ambiguidades que compõem o espaço liminal.

Extrato 33: *Eu... Eu acho que hoje sou mais portuguesa do que brasileira. É... (...) Eu... eu tenho mais anos aqui do que lá. (...) E... fiz muita coisa pra me adaptar aqui. Lá eu não precisei dessa adaptação. Lá eu não precisei desse esforço de pertencer. Eu fiz tanto esforço de pertencer a Portugal que... pertencço. (...) Se eu gosto disso? Não sei se eu gosto. (FRIDA RAMOS, 27, NP)*

A trajetória de Frida Ramos, marcada por muitas micro e macro violências e muita resistência, levaram-na a perceber-se hoje “*muito mais portuguesa do que brasileira*”, num sentido que gera uma ambiguidade e uma angústia (“*se eu gosto disso? Não sei se gosto*”). Este é um relato que evidencia claramente os efeitos devastadores da força aculturativa no sujeito migrante, denunciando as políticas de exclusão e apagamento de singularidades que alimentam esse discurso, atravessadas também pelos fatores que já discutimos nos temas anteriores. Veremos, ao fim, na secção subtema transversal como as/os entrevistadas/os lidaram com os efeitos disso, que recursos mobilizaram para resistir.

Extrato 34: *Assim, eu vivo exatamente igual em termos de gostos e, sabe? Culturais. Exatamente igual. Não mudou nada. Como eu te disse, eu sou muito enraizado, eu não consigo [...] Eu não sou uma pessoa que é moldável, sabe? Talvez seja um erro meu, uma falha minha, mas é da minha essência. [...] Eu não sou camaleão, sabe? [...] Eu vou viver em Portugal, vou ver como os portugueses? Não, eu vivo como brasileiro, só que moro em Portugal, sabe? Eu não consigo moldar meu jeito de ser, né? Eu respeito, eu respeito e*

aprendo a viver a forma que eles vivem. Eu não vivo como eles. É diferente, né? Eu sei e eu... respeitar, entendeu? (BRUNNO RAMOS, 10, NP)

O extrato 34 apresenta uma outra saída “*eu vivo como brasileiro, só que moro em Portugal*”, mostrando como a hibridização pode encontrar lugar. Além disso, ao dizer que não é “*moldável*” apresenta uma crítica direta à lógica aculturativa, além de apontar seus efeitos “*talvez seja um erro meu*”, que evidenciam a culpabilização, que no caso não encapsulam o participante-colaborador na vitimização, pelo contrário. Nesse sentido, habitar um novo espaço, deparar-se com o diferente, e outros modos de vida, irá necessariamente nos afetar (Favret Saada, 2005). O extrato 34 enuncia que, ao contrário do que pregam os discursos aculturativos, o liminal convoca a um afetar ativo, que também afeta, se implica e mobiliza, desloca pro espaço liminal onde o sujeito irá se haver com os efeitos desse encontro.

Extrato 35: *O que que dificulta? Eu nunca perdi o meu sotaque. Minha pátria, minha língua, já dizia o Caetano Veloso. Mas isso é falso, porque eu, eu, eu sou muito português. Eu conheço muito da história portuguesa. Conheço. (..) Sabe? O dia a dia aqui, da política, das pessoas. [...] Eu cheguei do Brasil semana passada. E eu me sinto estrangeiro no Brasil. Eu hoje sou uma pessoa muito dividida, porque eu gosto muito de Portugal, devo muito a esse país, tá? Mas não deixo de ser brasileiro. Eu adoro o Brasil. Eu admiro o Brasil. Admiro. Mas... isso é um sentimento assim, um bocado duplo, né? É uma coisa, eu tô lá, tô com saudade daqui. Tô aqui, tô com saudade de lá. É um... É um problema! É! É um problema.* (ARTHUR, 34, SN)

O extrato 35, denuncia o problema de habitar o entre, caracterizando como um “sentimento duplo”, marcando a ambiguidade e a angústia do espaço liminal, além de nos mostrar claramente a natureza afetiva da liminalidade, resultando em “ficar com o problema” (Haraway, 2016), ao compreender-se como “uma pessoa dividida”. Nesse sentido, o extrato 36 a seguir mostra uma outra forma de “ficar com o problema” ao negociar o pertencimento no espaço liminal, sem perder de vista a dimensão do pertencimento de “sentir que faz a diferença (hooks, 2009/2022):

Extrato 36: *eu já me questionei várias vezes. E quando a gente está falando de um imigrante, falo por mim, a cultura do não pertencimento ela prevalece. É uma cultura de eu quero ir para um lugar onde eu possa contribuir ou possa pertencer, mas eu não sei se eu vou pertencer para sempre, mas enquanto eu estiver lá, eu vou pertencer à essa cultura, né?* (FELIPE FERREIRA, 5, AP)

Por fim, o extrato 37 apresenta um questionamento sobre o vínculo com Portugal:

Extrato 37: *Eu tive que fazer um visto porque eu não tenho como confirmar... [...] o meu*

parentesco. Mas eu... dos dois lados da minha família, tenho... e até o meu sobrenome [diz um sobrenome português], né? O do meu pai também. O avô do meu pai tinha um bigodão, assim.. Era um portuguêsão, assim. [...] Então, assim eu fiz aquele [...]e manda pra você pesquisar seu DNA e ver de onde você é. 90% eu sou portuguesa, né? Então, assim, [...] Eu não tenho esse problema de me sentir uma portuguesa. Nem... pra falar a verdade, nem quero me sentir portuguesa, porque eu não sou! Não me sinto uma portuguesa. [...] eu podia ter me identificado mais com Portugal por conta disso, assim também. Por estar muito em Portugal. Mas eu acho que não. Eu acho que eu fiquei aqui mesmo assim. Emocionalmente eu continuo brasileira [rindo]. (VIVI, 7, AP)

Teria o vínculo com Portugal sido mais forte se a participante-colaboradora (extrato 37) tivesse adquirido a nacionalidade portuguesa através da sua herança familiar? Esse questionamento, marca uma negociação do pertencimento que ocorre num espaço liminal, e confronta a dimensão da legitimidade a partir de uma comprovação sanguínea do pertencimento. Discutiremos essa questão no tema a seguir (ver extrato 47).

Tema 4: Herança Histórico-colonial operando como não-humano

No quarto e último tema vamos abordar os elementos que agem na construção dos estereótipos mobilizados no contexto histórico-colonial que molda a relação entre Portugal e Brasil. Contexto esse que colocamos aqui no lugar de herança, segundo Haraway (2008), da qual não podemos escapar, e que por sua vez, nos faz fazer coisas, criar modos de existência. Apesar de inescapável, a herança não determina um futuro pré-concebido. No rastro de Despret (2015/2021) “a vida (...) não para de fabricar laços e de nos fazer fabricá-los” (p.2). Que laços são criados a partir da agência da herança histórico-colonial (enquanto um não humano) na criação dos modos de existir de brasileiros vivendo em Portugal? Este é o eixo de análise deste tema.

Assim como a narrativa anterior (“Lugar do imigrante” – Tema 3) a narrativa seguinte também apresenta uma construção narrativa subjetiva, vejamos:

Narrativa “A vida é urgente”

Por exemplo... convívio... convívio público, né? Tipo, respeitar coisas que no Brasil ninguém respeita, só... Sabe? “Ah, não, aqui é diferente, aqui as coisas funcionam”. Então, acho que isso é uma parada que o brasileiro costuma... Pelo menos a maioria dos que eu conheci costumam absorver rápido essa... (..) Esse... é... um pouco mais respeito ao que é público. Não

só a estrutura física do que é público, mas a dinâmica da vida pública, né? [...] Respeitar determinados limites. [...] Honestamente eu não me sinto conectado à cultura portuguesa. O que eu sinto é que... eu respeito a maneira deles de viver e existir. Então, assim eu me adequo. [...] De novo eu percebo que eu sou um convidado, né? (..) O país que **eles** construíram. Porque eu estava até uma vez falando com um amigo meu que a grande questão para mim é: o que que é uma nação? Uma nação não é feita de espaço físico, não é a..., é a cultura, né? Tipo, o que conecta... é o impacto cultural que a gente tem. [...] Tipo assim se eu tivesse que escolher uma cidadania portuguesa ou a brasileira. Que eu tava muito propenso a escolher a Portuguesa porque eu sinto que em termos de pacto social, eles respeitam muito mais o pacto social, entende? Enquanto no Brasil eu acho que a gente não dá a devida importância a essa... esse aspecto da... da constituição de uma nação, né? A gente não tem tanto essa identidade assim. O Brasil é mais... é mais difuso, né? [...] E aqui não. Aqui eu acho realmente que eles têm uma... Sabe? um respeito maior pela coisa pública e pela ideia desse pacto social que une eles enquanto nação. Então, nesse sentido, eu me sinto aproximado. [...] Mas não sinto que eu pertenço, sabe? [...] eu acho que é a experiência mais positiva que eu tive foi que vir para cá, me fez perceber que eu sou latino. [...] Sabe? Foi a grande descoberta que eu fiz. Não que eu não soubesse disso, mas me deu a real dimensão do que é ser latino. [...] Mas eu acho que tem uma coisa no latino-americano que torna a vida dele muito urgente. A vida da gente é muito urgente. [...] Ninguém tem tempo pra perder, entendeu? E a gente não para! Sabe? A gente tem muita urgência... (..) De trocar, de.. sabe? E aqui eu acho eles mais passivos, mais sabe? A vida tá correndo e eles muito descansados, sabe? [...] Isso é bom em algum aspecto. Você tem algum tipo de... de tempo, de respiro. [...] acho que é muito difícil para eles entenderem justamente isso, o quanto a vida é urgente para gente, sabe? [...] Eu descobri que a vida é urgente para mim também. [...] E aqui tem essa falta de urgência mesmo da vida. E não é uma questão com pontualidade ou com comprometimento. Não. É uma questão existencial mesmo, sabe? É uma questão... [risada contida] [...] A questão é que o brasileiro sempre sabe que vai morrer. O português, eu acho que ele esquece. [risada contida] (ONIROMANTE, 7, AP)

Essa narrativa traz elementos preciosos para entendermos o atravessamento histórico-colonial específico na relação entre Brasil e Portugal. Primeiramente, ao apontar a questão de que em Portugal há um respeito maior ao “*pacto social*” do que no Brasil por ser “*mais difuso*”, Oniromante evoca o entrelaçamento da cidadania formal com a cidadania performativa, em que “ser cidadão português é respeitar o pacto social que constitui Portugal enquanto nação” (ver Coultas, Reddy & Lukate, 2023), e sugere que no Brasil não há esse respeito, marcando a dicotomia selvagem/civilizado, a grande divisão (Latour, 2012a). Além disso, evoca a

liminalidade ao dizer que o que conecta um povo à sua nação na verdade é o impacto cultural (macro), e que ele não se identifica com a cultura portuguesa (micro), mas que escolheria a cidadania formal portuguesa pela estrutura sustentada pelo referido “pacto social”, evidenciando uma ‘ambiguidade’ que encontra lugar na liminalidade.

Além disso, ao comentar sobre a existência latino-americana, o entrevistado revela uma dimensão de urgência da vida causada pela consciência que o brasileiro tem da morte. Que revela exatamente a posição do mesmo na relação histórico-colonial com Portugal. De outro lado, ele diz que é como se o português esquecesse que vai morrer, como se a vida não fosse tão urgente ou imprevisível, o que aponta o legado e reprodução da ideia vigente no ‘Norte Global’ de que os seres humanos do tecno-capitalismo podem ser imortais, sobretudo os que têm dinheiro para o ser (Hurtado, 2024). Essa parte da narrativa evidencia a dinâmica de poder entre quem mata e quem morre, mostrando o esquecimento como um mecanismo de negação do passado colonial. Tal mecanismo sustenta o mito do lusotropicalismo e mantém a desresponsabilização pela violência colonial, ao mesmo tempo em que define os lugares de poder nessa relação.

Subtema 4.1: “Volta pra Bragança!”³² – O estigma da mulher brasileira

Este subtema abarca, principalmente, os discursos veiculados na sociedade portuguesa a cerca da mulher brasileira, e os impactos desses estereótipos nas trajetórias das mulheres entrevistadas. Fazendo um paralelo com a frase “volta pra sua terra”, “volta pra Bragança” diz respeito especificamente às mulheres brasileiras, fazendo referência a um evento específico que aconteceu em 2003 em Bragança, em que um grupo de mulheres portuguesas autointitulado “mães de Bragança” fizeram uma manifestação contra uma “onda de loucura” na cidade criada por mulheres brasileiras, ligadas à prostituição (Minga, 2018; Público, 2003). Comentando sobre este evento (ver extrato completo no anexo E – narrativa extra “volta pra Bragança”), Frida Ramos nos conta como Bragança se tornou sinônimo de prostíbulo, culminando assim num insulto específico contra mulheres brasileiras, que ela mesma já foi alvo:

Extrato 38: *Me xingou, a dizer que eu tinha que “voltar para Bragança!” “Por que que você saiu de Bragança? Tens... tem...tem... todos que estar de volta a Bragança!”. Ou seja, tem todas que serem putas e ir pra Bragança [rindo]. [...]A mim não fazia sentido a a ofensa. [...] Mas ela achava que me ofendia por causa disso.* (FRIDA RAMOS, 27, NP)

Para além deste evento, de forma geral, todas as 5 mulheres entrevistadas e alguns homens,

³² FRIDA RAMOS explica, ver narrativa extra “Volta pra Bragança” no Anexo E

mencionaram ter sido expostas/os a esse tipo de discurso discriminatório contra mulheres brasileiras. Minga (2018), ao realizar uma análise da representação das mulheres brasileiras nas Mídias portuguesas, aponta que a intersecção de estereótipos de gênero à estereótipos sobre pessoas originárias de países tropicais é muito mais antiga do que o escândalo das “mães de Bragança”. Ela aponta que para além da “recorrente associação à prostituição, a presença de estereótipos realçando a sensualidade destas mulheres não se identifica apenas em textos relativos ao comércio sexual” (Minga, 2018, p 94-95). Para além disso, a autora marca sua perspectiva sobre o conceito de exótico, utilizado na sua análise: “como um projeto hegemónico de dominação cultural do Outro, que fixa diferenças a priori não fixáveis” (Minga, 2018, p 95). Minga (2018), analisa ainda que o passado colonial português e o mito do lusotropicalismo influenciam a construção dos discursos estereotipados contra mulheres brasileiras, reforçando ideias de sensualismo nato e exotismo - também presentes nas obras da artista brasileira Adriana Varejão e ilustrado, também com base no extrato 39, abaixo:



Figura 4.2: *Filho Bastardo*, 1992, Adriana Varejão, óleo sobre madeira

Extrato 39: “(...) *E as mulheres brasileiras, também. As portuguesas têm muito preconceito com... [...] Com as mulheres, sabe? Muito. Demais, sabe? Acha que vai roubar os maridos delas, Sabe? [...] só para você entender: como se eu fosse uma ameaça. Entendeu? Porque elas acham que brasileira é tipo pra frente, sabe? Sexualmente que são.... Entendeu? Sabe? Aquela coisa mais do... por ser alegre? Por ser... entendeu?*” (ESTRELA DOS ANJOS, 21, NP)

Focalizar o problema na mulher brasileira que vai potencialmente “roubar os maridos” das portuguesas, expresso no extrato 39, evidencia a influência do imaginário lusotropicalista que

ao mesmo tempo em que naturaliza a sensualidade da mulher brasileira, legitima a relação de dominação e exotização exercidas pelo homem português “como possuidor de um grande furor sexual direcionado às mulheres dos trópicos” (Minga, 2018, p. 93). Nesse sentido, as entrevistadas compartilham os efeitos disso em suas vidas:

Extrato 40: (...) *infelizmente, a mulher aqui, o estigma da mulher brasileira é terrível. E tem que se fechar para tentar se impor [...] Se eu não tivesse tido apoio psicológico, nem pensar. [...] Eu achava que tava tudo bem. E não tava tudo bem. [...] Porque a mulher começa a se enfeiar. De tanto... para não ser julgada, você começa a se enfeiar.* (ANA, 18, AP).

Para além disso, KapaP chama a atenção para a interseccionalidade entre raça e gênero e como percebe isso no seu dia a dia em Portugal:

Extrato 41: (...) *porque além de ser uma mulher brasileira eu sou racializada. Então, às vezes eu fico naquela questão... vagando a minha mente, ou eles me veem como uma mulher prostituta brasileira, ou eles me veem com uma mulher racializada, burra e ignorante.* (KapaP, 13, AP)

De outro lado, Lúcia Castro nos conta (extrato 42) de uma experiência diferente, por não ser racializada, pois “*não tenho cara típica de brasileira*” (a imagem estereotipada da mulata carnavalesca), acaba sendo exposta a essa violência ao falar português e evidenciar em seu sotaque que é brasileira, evidenciando o entrelaçamento entre a herança histórico-colonial em sua figuração do lusotropicalismo, e o idioma português em sua figuração do sotaque brasileiro, enquanto marcador social, que somado ao gênero feminino constroem o cenário para a discriminação contra a mulher brasileira:

Extrato 42: *Então, assim eu até abrir a boca, não sofria preconceito nenhum. Porque eu não tenho cara de típica brasileira. [...] Tipo. Ir para a discoteca, quando ia descer o taxista no caminho, já começava a... a se intrometer no assunto. Quando a gente chegou lá, [...] a gente desceu, ele disse: “Ah, bom trabalho pra vocês”. Tipo... [tom de indignação contido]* (LÚCIA CASTRO, 17, NP)

Por fim, Estrela dos Anjos compartilhou o impacto violento que o preconceito com mulheres brasileiras teve durante sua gestação ao consultar-se com uma médica portuguesa que lhe proferiu insultos como “*Epa, raridade! Uma brasileira grávida aos 42 anos, 42 já e vô*” e numa segunda consulta:

Extrato 43: “*olha, fizesse uma cirurgia no seio, engravidou outra vez? e engravidou? Isso vai cair tudo com a amamentação. Isso é o quê?*” E eu fiquei... Eu comecei a chorar. Chorei, chorei, chorei e dei uma queixa dela. [silêncio tenso de alguns segundos] E dei

uma queixa dela. (ESTRELA DOS ANJOS, 21, NP)

Santinho, Ripolli e Padilla (2014) chamam nossa atenção para questões relacionadas ao acesso dos imigrantes à saúde que vão além das barreiras linguísticas e das diferenças culturais individuais. A cultura organizacional do sistema de saúde português também desempenha um papel nas interseccionalidades (aspectos socioeconômicos, de estigmatização, educacionais, culturais, legais e institucionais) presentes no momento em que um profissional de saúde aborda um imigrante para prestar um serviço. Entrevistas com mulheres grávidas em Portugal revelaram que, durante o parto, um momento que por ser intenso pode levar à confusão mental, os profissionais demonstravam comportamentos discriminatórios em vez de apoio (Santinho et al., 2014). Uma das muitas negligências médicas praticadas em Portugal contra mulheres está evidenciada no extrato 43 acima (ver extrato completo no anexo E: “Uma brasileira grávida”)

Subtema 4.2: Desemaranhando estereótipos, iluminando ambiguidades

O histórico-colonial entre Brasil e Portugal surge através das entrevistas como um não humano que age numa ambiguidade que ora aproxima brasileiros e portugueses, ora afasta, marcando mais uma vez o paradoxo instituído pelo mito do lusotropicalismo. Neste subtema queremos criar um lugar para essa ambiguidade e também expor como ela sustenta os estereótipos contra brasileiros, ao mesmo tempo que os aproxima do país.

Extrato 44: *eu sentia quase como se Portugal fosse quase como um anexo do Brasil por conta dessa facilidade da língua também em português e por conta até dessa nossa história que a gente tem, que agora somos países irmãos, mas. Pronto, passamos por todo aquele processo de colonização, independência tal, tal, tal. (..) E aí, enfim, tirando todos os prós e contras que isso tudo possa ter gerado durante no meio da história, né —que a gente sabe muito bem—, mas eu sinto que isso sabe [...] esse sentimento quase que tipo de parece que nosso país é bem desvalorizado quando vem pra cá, né? [...] de certa forma, objetifica a mulher por um lado, torna o homem ali desconfiado no outro. Então a gente acaba virando ali, tipo meio... meio objeto, meio inferiorizado. (ADRIEL, 8, NP)*

O extrato 44, expressa como a fronteira entre Brasil e Portugal é difusa. De um lado “*somos países irmãos*” o que implica uma relação horizontal, de outro “*parece que o nosso país é bem desvalorizado quando vem pra cá, né?*”, revelando uma assimetria e uma relação de poder, em que o Brasil é desvalorizado e as/os brasileiras/os objetificados pelos portugueses, o que constitui a base dos estereótipos. O extrato 45 a seguir exemplifica também essa ambiguidade:

Extrato 45: *Os portugueses têm uma admiração enorme pela cultura brasileira. Música. [...] Apesar da gente ser cultura diferente, então tem um... tem uma coisa, uma*

proximidade que não tem jeito, né? Que a gente sabe que a gente tem a mesma base, né? [...] Eu acho que eles têm uma afinidade e têm ao mesmo tempo uma disputa, né? Com essa coisa do brasileiro... que é complicado. (VIVI, 7, AP)

O consumo da cultura brasileira por portugueses foi algo amplamente comentado pelas/os entrevistadas/os, inclusive num lugar superficial e não de engajamento intercultural genuíno (Denoux, 1990), ou seja, a partir de um lugar de recusa à relação (Glissant, 1999/2021).

Extrato 46: *[ENTREVISTADORA: Mas assim como você percebe a relação da cultura brasileira com a portuguesa?] Eu acho... eu acho que é... só é divertida à noite. [ironia] (...) Nos bares com música brasileira animada, nas... na praia a tomar um copo com os amigos, mas no trabalho acho que não é nada divertido. (...)* (FRIDA RAMOS, 27, NP)

O extrato 46 acima evidencia a objetificação trazida no extrato 44, mas em um nível macro-cultural, em que a cultura brasileira se torna um produto consumível, algo útil (“*nos bares com música brasileira animada*”), mas que no trabalho, onde se operam relações de poder, ela se transforma em estereótipo, um meio para a discriminação e subjulgação. Marcando um não lugar.

Extrato 47: *Aquele português de... [riso irônico] de mil cento e pouco de quando o país começou, não existe, né. Tipo assim... Isso é uma paranoia da galera! Até porque aqui virou... virou praticamente colônia dos mouros, durante muito tempo assim. Depois vieram vários outros povos que se misturaram com os portugueses. Os portugueses foram pro Brasil, se misturaram com vários povos, com africanos, com indígenas, enfim. Então, essa ideia também dessa essência portuguesa também, acho que é muita conversa. Isso é muito elementos da direita pra tipo dizer “ai, você não é português porque você não tem pai, não tem avô, não tem não sei o quê, não tem, não tem sangue português, não é português”.* (HP, 6, AP)

Como já dito por Glissant (1999/2021) “o que importa não é a raiz, mas o movimento” (p.34). O extrato 47, discute exatamente isso ao expressar que a própria raiz do “português” não é tão rastreável assim. Nesse sentido, nos rastros de Glissant (1999/2021), podemos dizer que a cultura é na verdade criada a partir de movimentos, de relação. Assim, a cultura brasileira como conhecemos hoje é composta de movimentos indígenas, africanos (entre outros) e também portugueses. Nesse sentido, o extrato 48 seguinte mostra um pouco da influência da cultura portuguesa no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, que aproxima as duas nações:

Extrato 48: *Então no Rio de Janeiro, a herança cultural portuguesa é muito forte. [...]Então a gente já vê aqui em Portugal os... o legado português quando volta de*

Portugal, os filhos, os netos, os bisnetos de portugueses voltam. Eles trazem, não só herança portuguesa, mas trazem também uma bagagem cultural do Brasil que ajuda a tornar Portugal e Brasil cada vez mais próximos. [...] resto, em hábitos e costumes, desde o matriarcado português, o patriarcado português. Tanto as qualidades como os defeitos, como dizia a vovó, não foram ganhados, foram herdados. (FELIPE FERREIRA, 5, SN)

A noção de herança mobilizada no extrato 48, traz em si um caráter inescapável que marca, no contexto histórico-colonial, o que Glissant (1999/2021) chamou de violência da filiação. Entrelaçada à questão da miscigenação que particulariza o movimento colonial português, e que funda o mito do lusotropicalismo (Bastos, 2019).

Extrato 49: *Ah, é chocante! A cultura brasileira é muito diferente da portuguesa. (...) [...] A cultura é... a base da nossa cultura, é algo que nós recebemos das nossas mães. [...] E a mãe do brasileiro, não é europeia. (...) A mãe do brasileiro não é europeia, e ponto final. Quantos portugueses foram pra lá, só foram homens. [...] Então é... [...] A cultura brasileira, é... ela choca com a cultura portuguesa. (...) (ARTHUR, 34, SN)*

Por fim, o extrato 49 acima ilumina essa questão levantada por Glissant, que no caso da relação entre Portugal e Brasil funda o ponto de contato ambíguo entre ambas as culturas, que as torna tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes.

Subtema transversal: “A sua vida só anda quando você decide ficar” –

Efeitos psicossociais de se viver em Portugal

Este subtema, classificado como transversal, se relaciona diretamente a todos os outros temas já apresentados. Aqui, vamos discutir os efeitos psicossociais das infraestruturas de cidadania, da tensão entre cidadania e pertencimento, dos processos liminais atravessados a partir do encontro intercultural, e da herança histórico-colonial em sua figuração dos estereótipos, na vida vivida de migrantes brasileiros vivendo em Portugal. No recorte específico dessa pesquisa, discutiremos aqui expressões e relatos de pessoas que vivem em Portugal há pelo menos 5 anos ou mais, e que em última instância “decidiram ficar” apesar dos obstáculos e das dificuldades que atravessam a vida migrante no geral e, aqui nesta investigação, a vida de brasileiros em Portugal em particular.

A começar pela narrativa a seguir que marca a escolha de ficar em Portugal através do ato concreto/simbólico de comprar uma casa, processo que foi facilitado pela nacionalidade portuguesa.

Narrativa “Pé de limão”

Eu queria comprar a casa. [...] o meu sonho é comprar uma casa com pé de limão. [...] Comecei a olhar, né? Aí [...] eu mandei mensagem. Duas hor... Isso meia noite. Aí a senhora pegou e falou bem assim: “Você está interessada em comprar a casa?”, isso o agente imobiliário. Aí eu falei “sim, mas eu não tenho dinheiro”. Aí ela: “quer comprar a casa sem dinheiro?”. Eu falei: “sim!” [risada de quem conta uma história absurda]. Aí ela começou a falar comigo, eu comecei a falar e tal, falei que ia entrar, que eu trabalhava de empregada de limpeza, que eu tinha um contrato só de 500 €, que o meu companheiro era vigilante, e tal. E ela falou bem assim: “Mas o seu companheiro tem os documentos? vocês têm o BI?”. Aí eu falei: “todos nós, nós, nós dois temos”. E ela: “então manda lá os documentos do teu marido e o que você tem”. [...] Aí eu falei: “Olha, não perco nada, vou mandar”. [...] Aí estávamos lá em casa. O banco mandou uma mensagem: “O seu crédito habitacional foi aceito 160.000 €”. [entrevistadora emite sons de surpresa ao fundo] [...] Só que ela é um agente imobiliária. Ela queria que eu comprasse a casa na imobiliária dela. Aí eu falei: “Não, eu tenho que comprar uma casa que eu gosto”. E o meu sonho é comprar uma casa com pé de limão. Eu quero uma casa assim, assim. Aí eu falei assim: “Olha, eu vou, eu quero me encontrar para procurar a minha casa”. Fui para o Alentejo, que é um lugar lindíssimo que tem aqui. Fui lá por causa da minha amiga, comprei um caderno, comprei uma caneta e fiquei lá a procura da casa. E vi uma casa com um pé de limão. [ENTREVISTADORA: Ai que lindo!] E eu mandei mensagem para a pessoa. [...] Aí fomos lá ver a casa. Menina, quando eu entrei na casa, sabe aquela conexão? Aquela casa é minha. Quando eu entrei, eu vi o pé de limão. Eu falei: “essa casa é minha!” Ele: “e você não quer ver o resto?” Eu falei: “Não, tá ali o pé de limão”, ele: “você botar 140 — A casa foi 145 — num pé de limão?” Olha, [entrevistadora e colaboradora riem juntas] eu falei: “Vou!” e é a casa, sabe? E eu comprei a casa.” (ESTRELA DOS ANJOS, 21, NP)

A importância dessa narrativa ser aquela que finaliza a história das experiências vividas de migrantes brasileiros em Portugal, narrada coletivamente nesta dissertação, reside no aspecto da realização de um sonho, que nos aproxima da outra face, para além do perigo da morte, contida na frase “a vida é urgente”, discutida no preâmbulo do tema 4: existir, viver o cotidiano. A narrativa “Pé de limão” em última instância, concretiza em sua essência o projeto de vida de qualquer pessoa migrante: a busca por um lugar para se viver. E, como vimos, é uma busca atravessada por diversos elementos, discutidos através dos 4 temas que compõem este capítulo. Aqui neste relato, o “BI” (que representa a nacionalidade portuguesa) agiu como um facilitador, abrindo as portas da nova casa de Estrela dos Anjos. Além disso, foi um ato de cidadania

performativa (Isin, 2017), na medida em que articula pertencimento ao direito de habitar num movimento de “criar um lar” (hooks, 2009/2022).

Extrato 50: *Eu acho que morar em Lisboa talvez me... me.... me deu um acalento assim, tipo, me deixou mais, mais perto do que eu achava que era a minha casa. [...] Mas eu acho que eu morando aqui já há cinco anos, seis anos vai fazer agora em outubro. Eu acho que eu tenho elementos suficientes para exigir, né? Para... para dizer que faz parte, porque eu... eu vivo aqui, eu pago minhas contas aqui, pago meus impostos. Tipo, fiz amigos, conheci pessoas, me apaixonei, né? Tipo, morei junto, né? Então, assim, eu acho que são histórias que a gente vai contando no lugar assim, né? E isso vai muito além do que sangue. [...] Porque as relações, o que a gente cria, o que a gente vive no lugar... é o que... é o que pode dizer, falar muito mais alto do que isso, né? (HP, 6, AP)*

O extrato 50 apresenta o tempo para além de um requisito a cumprir, mas como um espaço que HP usou pra criar seu lar através das histórias que viveu, das relações que construiu, “*e isso vai muito além do sangue*”, reivindicando pra si um lugar de legitimidade de viver em Portugal, que independe de possuir ou não a nacionalidade portuguesa (cidadania performativa).

Extrato 51: *Eu acho que aí sim eu vou ficar mais pertencente à Portugal! Porque mesmo não sendo, mesmo com as dificuldades e tudo, Portugal me proporciona um estilo de vida que... eu jamais conseguiria ter no Brasil. Até mesmo o mínimo que seria o que? Uma boa alimentação. [...] E é uma coisa que não deveria ser diferencial entre Portugal e Brasil. Mas no Brasil você não tem uma qualidade de vida e de alimentação boa. Porque condições financeiras de muitas das pessoas, e eu sou uma delas, não me daria isso. E aqui eu tenho essa oportunidade de chegar no mercado e comprar o que eu quero comer. Não que eu posso comprar. [ENTREVISTADORA: Uhum. Forte né?] *É essa a diferença.* (MARIA, 6, AP)*

Ao discorrer sobre a história do subdesenvolvimento da América Latina, Eduardo Galeano (1971/2021) nos esclarece que: “nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia” (p. 10). Nesse sentido, ao comparar a qualidade de vida no Brasil e em Portugal, o extrato 51 mostra sutilmente a ação da herança histórico-colonial que age ecoando o mito do lusotropicalismo, ao vincular o Brasil à precariedade e Portugal à estabilidade, assim como vimos na narrativa “A vida é urgente”. O extrato 51 reitera a escolha de ficar como afirmação da vida como um privilégio “*aqui eu tenho essa oportunidade de chegar no mercado e comprar o que eu quero comer. Não que eu posso comprar.*”, uma situação que “*não deveria ser diferencial entre Brasil e Portugal*”, apontando mais uma vez o atravessamento do

histórico-colonial na sua performatividade de cidadania.

Extrato 52: *eu lembro desse... assim como se fosse hoje. E a sensação que eu senti fica, porque é muito... Fica a distância da nossa cabeça. Porque a gente sabe que a gente consegue. A gente não é ignorante. A gente não é burro. Porque fala no sentido uma mulher parda, racializada e tudo mais. E fica... e... e... só que eles evidenciam tanto que fica o desconforto, entende? Aí você tem que ficar elaborando isso assim... [...] Agora eu entendo melhor, porque eu sei que... que existe o racismo estrutural, [risada] antes eu não pensava nisso. [ENTREVISTADORA: Uhum uhum. [...] Aprendeu a navegar, né?] Ah, já já aprendi. Bato de frente. Faço denúncias. [...] Então fica com essa ignorância aí que estou seguindo a minha vida.* (KapaP, 13, AP)

O extrato 52 mostra a ação do histórico-colonial em sua figuração do racismo, e os efeitos disso na vida da participante-colaboradora: “fica o desconforto, entende? Aí você tem que ficar elaborando isso assim...”. Esse extrato também evidencia a cidadania performativa (“Faço denúncias”) como ato de reinvenção do direito de existir (“fica com essa ignorância aí que estou seguindo a minha vida”), encapsulado também na escolha de ficar em Portugal.

Extrato 53: *Aí hoje, que ninguém mais maltrata, [...] E estou usando outro jeito de falar, mas antes era mais revoltado e muito mais... braço erguido e tal e agora... não. É mais tranquilo. Dói na mesma, fere na mesma. Mas eu estou mais tranquila com isso, porque isso faz parte de mim. (...) E o que faz parte de mim, eu já não vou esconder para agradar ninguém.* (FRIDA RAMOS, 27, NP)

E, por fim, o extrato 53 (ver também a narrativa extra “Papelinhos”), exemplifica o argumento central deste subtema que reside na resistência, no insistir na vida, frente a um sistema que trabalha para expulsar, oprimir, excluir, ao mesmo tempo em que se sustenta no mito do lusotropicalismo, produzindo uma ambiguidade entre acolhimento e subalternização, proximidade afetivo-cultural e hierarquização da cidadania, sustentados no espaço liminal. Sustentar os paradoxos através da liminalidade aparece no extrato 53: “Dói na mesma, fere na mesma. Mas eu estou mais tranquila com isso, porque isso faz parte de mim”. E numa escala macrosocial, podemos dizer que faz parte da urgência de viver do latino-americano, que apesar das infraestruturas de cidadania que agem para dificultar, apesar das diferentes figurações da herança histórico-colonial que agem para oprimir, encontra força na alegria de viver para seguir reivindicando o direito de criar um lar. Segundo bell hooks (2009/2022): “A ideia de lugar — ao qual pertencemos — é um assunto recorrente para muitos de nós. Queremos saber se é possível viver em paz em algum lugar do mundo” (p.21).

CAPÍTULO V

Discussão e considerações finais

*Teimosamente, as crianças latino-americanas
continuam nascendo, reivindicando seu direito natural
de ter um lugar ao sol nessas terras esplêndidas, que
poderiam dar a todos o que a quase todos negam.*
— Eduardo Galeano (1971/2021)

As mobilidades humanas entre Brasil e Portugal vem construindo ao longo dos séculos o ponto de contato liminal que marca a história da relação entre esses dois países. O Brasil já foi e é casa para portuguesas/es e Portugal também foi e é casa para brasileiras/os.

Há diversas formas de se compreender e estudar o fenômeno migratório. A versão desenvolvida neste trabalho, se propôs a complexificá-lo, descrevê-lo em sua própria agência, e observar o que os principais atores desta trama — os migrantes — fazem dele. No recorte desta pesquisa, ainda mais específico, nos propomos a investigar o que pessoas migrantes brasileiras fazem de suas vidas ao buscarem um lar em Portugal, a partir das lentes da Teoria Ator Rede (Latour, 2012, 2012b) e da Psicologia Social Crítica da Cidadania (Andreouli, 2019; Isin, 1999; 2017; Zhou & Figgou, 2021). E mais além, através de uma perspectiva da TAR, procuramos observar o que os não humanos presentes nessa trama fazem os/as brasileiros/as fazerem de suas vidas em Portugal. Principalmente, no seu entrelaçamento com a PSCC, buscamos observar o que as infraestruturas de cidadania — especificamente seguindo os rastros da nacionalidade portuguesa adquirida — produzem (“fazem fazer”) sobre a tensão entre cidadania performativa e cidadania formal, que objetos legitimam, e que não humanos deslegitimam o lugar da pessoa migrante brasileira na sociedade portuguesa. E, por fim, a partir das lentes da liminalidade (Thomassen, 2014), buscamos compreender, também, como esse lugar na sociedade portuguesa é atravessado por discursos de cultura, cidadania e migração, e como os migrantes brasileiros negociam esses atravessamentos interculturais em sua existência.

Adotando uma abordagem qualitativa, como base, usamos entrevistas narrativas, como meio mais adequado de colher pistas sobre essas questões. Decidimos realizar uma análise de dados temática-narrativa, a partir de uma estrutura de análise em 3 níveis a fim de capturar a complexidade do fenômeno estudado (conforme desenvolvido no capítulo 2). De um lado, as

análises das narrativas, apresentadas no preâmbulo de cada tema, nos permitiram acessar uma riqueza maior de detalhes acerca da experiência das/os participantes-colaboradoras/es, aprofundando a compreensão da problemática da pesquisa. De outro, as análises temáticas, ao comporem o mapa temático (ver figura 4.1), e no seu entrelaçamento com a TAR, nos permitiram um olhar mais amplo e transversal sobre o conjunto dos testemunhos coletados, nos proporcionando uma visão mais completa dos sentidos que esse coletivo estudado produz sobre suas vidas e que, ao possibilitar o estabelecimento de simetrias, revelou as assimetrias que sustentam os principais resultados dessa pesquisa (apresentados no capítulo 4, anterior).

A nacionalidade portuguesa, o tempo, o sotaque brasileiro, o idioma português e o aparato burocrático institucional se revelaram como atores importantes na composição do que chamamos de infraestruturas de cidadania, e agiram liminalmente, discriminando de um lado e legitimando de outro. Na medida em que o Estado português sobrepõe cultura e cidadania, adquirir a nacionalidade portuguesa, de um lado define o acesso formal a direitos, e de outro “não muda nada” no cotidiano de pessoas brasileiras vivendo em Portugal, que continuam a sofrer as consequências de políticas de inclusão, ambigualmente excludentes, além dos efeitos psicossociais de discursos xenófobos e sexistas, marcados pelo mito do lusotropicalismo.

Para além disso, é importante frisar que a estrutura teórico-metodológica dessa investigação permitiu que o campo de pesquisa construísse as próprias demandas, decentralizando as demandas da pesquisadora. Dessa forma, ao apresentar uma agência distinta daquela das infraestruturas de cidadania, a herança histórico-colonial (como um não humano) entre Brasil e Portugal age atravessando as experiências das/os participantes-colaboradoras/es. Por ter se revelado como um aspecto central na produção de sentidos para a vida dessas pessoas, os efeitos desse atravessamento mostraram-se um achado de pesquisa para além dos objetivos iniciais propostos. As análises revelaram que este actante habita a liminalidade produzindo uma tensão que afasta e aproxima, construindo uma fronteira difusa entre as culturas brasileira e portuguesa, que produzem as ambiguidades e sustentam a liminalidade nas experiências das pessoas entrevistadas.

Resgatando o que trouxemos na introdução deste trabalho sobre a tradição emigratória de Portugal, e conseqüentemente a formação de sua importante diáspora (Padilla & Ortiz, 2012; Padilla & França, 2022), funda-se mais uma das múltiplas ambiguidades que permeiam a relação entre Brasil e Portugal. Enquanto a diáspora portuguesa é valorizada pelo Estado português, que por sua vez se preocupa com políticas de emigração (Padilla & França, 2022), os imigrantes em Portugal são marginalizados, quando em essência os vocábulos ‘diáspora’, ‘emigração’ e ‘imigrantes’ são apenas figurações do mesmo actante: a mobilidade. Com isso,

em consonância com as críticas tecidas por Bhatia (2007 e Levitt, (2012) a denominada “herança histórico-cultural” se revela um aspecto interessante a ser aprofundado em futuras pesquisas a fim de compreender em mais detalhes o impacto dessa herança e de suas múltiplas figurações (inclusive, especificamente, o mito lusotropicalista) nas experiências de vida das pessoas que transitam entre ambos países.

Assim, no rastro de Spancer e Charseley (2021) esta pesquisa se propôs a observar “o que está acontecendo” ao invés de “o que deveria acontecer”, produzindo resultados que respondem à algumas lacunas da literatura, apresentadas no capítulo 1. As/os entrevistadas/os nos contaram de uma relação não linear com o novo território ao qual chegam, em que as realidades estruturais atravessam influenciando seu percurso. Ademais, os dados dessa pesquisa apontam que o conceito de liminalidade (Thomassen, 2014; Zhou & Pilcher, 2019) é importante para acolher e dar sentido ao que Bhatia (2007) aponta como falho nos modelos tradicionais de pesquisa sobre migração: as identidades hibridizadas que emergem nos coletivos diaspóricos e transnacionais contemporâneos. A liminalidade oferece sustentação para a relação dialógica entre o indivíduo e a sua performatividade da cultura, sempre em contínua construção e não fixa e pre-existente (Butler, 2015).

Partindo da premissa posta por Glissant (1990/2021) sobre a cultura constatou-se que o encontro das/os entrevistadas/os com o liminal no seu entrelaçamento com a dimensão processual da cultura, evidenciou diversas formas de negociação das diferenças, que transbordam na noção de pertencimento, que por sua vez mostrou-se ambíguo, porém sustentável ao encontrar lugar no espaço liminal. Nesse sentido, no rastro de Bhatia (2007), ao levar em consideração a crescente transnacionalização das sociedades contemporâneas, que acabam por produzir identidades hibridizadas, marcamos como interessante, também, que futuras pesquisas explorem mais a fundo as estratégias que as pessoas migrantes utilizam para sustentar de um lado a angústia liminal, e de outro, exatamente as hibridizações identitárias.

Ademais, no que tange o recrutamento de participantes, devemos pontuar que apesar de os critérios de seleção (ver capítulo 2) não excluírem pessoas com deficiência, este foi um perfil que não compôs o grupo de participantes selecionados, e que seria um grupo importante de ser estudado em futuras pesquisas sobre migrantes em Portugal. De todo modo, a/o única/o participante recusada/o no estudo foi uma pessoa que mesmo já estando em Portugal há mais de 5 anos, e por tanto cumprindo os critérios para aquisição de cidadania, não queria solicitá-la. Uma das decisões que tomamos foi de incluir apenas pessoas que tinham o interesse em solicitar ou que já possuísem cidadania adquirida por tempo de residência em Portugal. Dessa forma, futuras pesquisas podem explorar mais a fundo as negociações sobre cultura, cidadania

e mobilidades que podem se manifestar a partir da recusa da aquisição da cidadania.

A final, a experiência de vida de migrantes brasileiros em mobilidade para Portugal mostrou-se complexa, atravessada por camadas institucionais, infraestruturais, histórico-coloniais, afetivo-culturais, subjetivas e coletivas, e constantemente negociada entre as estruturas sociais e o seu quotidiano. Ao sustentarmos as controvérsias inerentes a essa experiência (Haraway, 2008; 2016; Latour, 2012b), descobrimos a potência transformadora do espaço liminal e seu importante papel na produção de hibridações, que se apresentam como mediadores da vida social, acomodando angústias e ambiguidades em arranjos possíveis e necessários na sustentação de uma escolha de vida. De facto, a pesquisa funcionou também, através das entrevistas narrativas, como um momento de elaboração, partilha e politização das suas experiências de vida em Portugal, para os participantes. As entrevistas narrativas consistiram na criação de um espaço liminal no encontro com a pesquisadora, possibilitado pela postura ética do pesquisarCOM (Moraes, 2022; Quadros, 2022)

Paralelamente ao rastro de Haraway (2016), os dados mostraram que em situações de encontro com a diferença cultural, de vidas transnacionais, que compõem identidades múltiplas, “sustentar o problema” foi o caminho encontrado pelos atores que compõem a presente pesquisa. Caminho esse que exatamente por oferecer um espaço para as ambiguidades marca a nossa leitura de interculturalidade e proporciona um “contato enriquecedor” (hooks, 2009/2022) produtor de pertencimento. Ou seja, ao “decidirem ficar” em Portugal e assumir as contradições (“o problema”), torna-se possível atravessá-las (Anzaldúa, 2000) para, consequentemente, poderem “criar um lar” (hooks, 2009/2022).

Em seu poema “A língua é a mesma, mas é outra” o artista Murilo Lense (2020)³³ diz que [...] É claro que viver cá nem sempre é fácil [...]

Então, se quiser vir a Portugal, esteja à vontade

Mas lembre que “à vontade nem sempre é à vontadinha”.

E prepare-se para uma experiência do caraças.

Porque nestes 2 anos eu percebi

Que a língua pode até ser a mesma, mas é outra.

E que eu posso até ser o mesmo, mas já sou outro.

³³ Ver no anexo F o poema completo

Referências bibliográficas

- Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). (2025). *Relatório de migrações e asilo 2024*. Acesso em 20 de Outubro de 2025: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/fec4d6a712-1760603125/relatorio-migracoes-e-asilo-2024.pdf>
- Almeida, J. C. P., & Corkill, D. (2015). On being Portuguese: Luso-tropicalism, migrations and the politics of citizenship. In E. G. Rodríguez & S. A. Tate (Eds.), *Creolizing Europe: Legacies and transformations* (pp. 157–174). Liverpool University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt1gn6d5h.14>
- Anderson, B. (2016). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism* (rev. ed.) Verso.
- American Psychological Association. (1992). Ethical principles of psychologists and code of conduct. *American Psychologist*, 47(12), 1597-1611.
- Anderson, B. (2016). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism* (Rev. ed.) Verso.
- Andreouli, E. (2019). Social psychology and citizenship: A critical perspective. *Social and Personality Psychology Compass*, 13(2), e12432. <https://doi.org/10.1111/spc3.12432>
- Andreouli, E., Figgou, L., & Kadianaki, I. (2025). Citizenship in social and political psychology: A relational and future-oriented framework for the study of everyday citizenship practice. *Political Psychology*, 00, 1–16. <https://doi.org/10.1111/pops.70064>
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: Uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. In A. L. Keating (Org.), *Este ponte, meu espelho: Escritos de mulheres do terceiro mundo* (pp. 229–236). Editora Mulheres.
- Arendt, R. J. (2008). Maneiras de pesquisar no cotidiano: Contribuição da teoria do ator-rede. *Psicologia & Sociedade*, 20, 7-11.
- Arendt, R. J. J. (2010). Enfim: E a tua psicologia, como é, e pra quê?. In A. A. L. Ferreira, L. de L. Freire, M. Moraes, & R. J. J. Arendt (Orgs.), *Teoria ator-rede e psicologia* (pp. 24–43). NAU.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Axster, S., & Beatty Riedl, R. (2025). Beyond the WDR's state-centrism: Multi-level migration governance and migrant exclusion. *International Migration*, 63(2), e70003.
- Azeredo, R. (2025). Visa journeys and permanent temporariness: Navigating welfare state borders and precarious status in Australia. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1-21.
- Azevedo, L. F. de, França, T., & Cairns, D. (2022). “You’re better being poor here”: Migration decision-making and political and lifestyle considerations among qualified Brazilians in Portugal. *Migraciones*, 56, 1-16 . <http://dx.doi.org/10.14422/mig.2022.020>
- Badenhoop, E. (2021). Responding to the call for the Super Citizen: Migrants’ ambivalent experiences of naturalization in Germany and the United Kingdom. *Citizenship Studies*, 25(4), 564-582.
- Banco Mundial. (2023). *World development report 2023: Migrants, refugees, and societies* [Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2023: Migrantes, refugiados e sociedades]. Banco Mundial. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1945-5>
- Bastos, C. (2019). Luso-tropicalism debunked, again: Race, racism, and racialism in three Portuguese-speaking societies. In W. Anderson, R. Roque, & R. V. Santos (Eds.), *Luso-tropicalism and its discontents: The making and unmaking of racial exceptionalism* (pp. 243-264). Berghahn.

- Bastos, C., & Castelo, C. (2024, 21 de agosto). Lusotropicalismo. *Oxford Research Encyclopedia of African History*. Recuperado em 26 de setembro de 2025, de <https://oxfordre.com/africanhistory/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-1486>.
- Batel, S. (2025). Energy citizenship as socio-ecological practice: Towards a recognition of the socio-political and psychological relevance of energy. In E. Andreouli, L. Figgou, & I. Kadianaki (Eds.), *The social psychology of citizenship*. Routledge.
- Bhabha, H. K. (1994). *The location of culture*. Routledge.
- Bhatia, S. (2007). Rethinking culture and identity in psychology: Towards a transnational cultural psychology. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 27-28(2-1), 301–321. <https://doi.org/10.1037/h0091298>
- Bhatia, S. (2020). Decolonizing psychology: Power, citizenship and identity. *Psychoanalysis, Self and Context*, 15(3), 257–266. <https://doi.org/10.1080/24720038.2020.1772266>
- Brasil, D. R. (2020) Uma leitura do contexto histórico das políticas migratórias brasileiras e das disposições preliminares da nova lei de migração. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito*, 30(2).
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589–597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Braun, V., & Clarke, V. (2023). Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and be(com)ing a knowing researcher. *International Journal of Transgender Health*, 24(1), 1–6. <https://doi.org/10.1080/26895269.2022.2129597>
- Bruner, J. (2004). Life as narrative. *Social Research: An International Quarterly*, 71(3), 691–710.
- Bruner, J. (2010). Narrative, culture, and mind. *Telling stories: Language, narrative, and social life*, 46, 49.
- Bruner, J. S. (1991). The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1–21.
- Butler, J. (2015). Performative agency. In *The limits of performativity* (pp. 10-24). Routledge.
- Careri, F. (2017). *Walkscapes*. Lulu.com.
- Casquilho-Martins, P., Belchior-Rocha, P., & Ramalho Alves, R. (2022). Racial and ethnic discrimination in Portugal in times of pandemic crisis. *Social Sciences*, 11(5), 184. <https://doi.org/10.3390/socsci11050184>
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social representation, change and resistance: On the difficulties of generalizing new norms. *Culture & Psychology*, 14(4), 475-497. <https://doi.org/10.1177/1354067X08096512>
- Chirkov, V. (2009). Critical psychology of acculturation: What do we study and how do we study it, when we investigate acculturation?. *International Journal of Intercultural Relations*, 33(2), 94-105.
- Clanet, C. (1990). *L'interculturel*. PUM.
- Clarke, V., & Braun, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Sage.
- Cleton, L., & Meier, P. (2023). Contesting policy categories using intersectionality: Reflections for studying migration governance. *Ethnic and Racial Studies*, 46(14), 3014-3036.
- Comissão Europeia. (2020, novembro). *Plano de Ação sobre Integração e Inclusão 2021-2027*. Comissão Europeia. https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/migrant-integration/eu-integration-policy_en

- Comissão Europeia. (2025). *Política de integração da UE: Marco histórico e financiamento 2004–2025*. Comissão Europeia. https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/migrant-integration/eu-integration-policy_en
- Conselho Europeu. (1999, 15–16 de outubro). *Conclusões da presidência: Conselho Europeu de Tampere*. Parlamento Europeu. https://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm
- Cook, M. L. (2018). Portugal's immigration and integration policies: A case apart?. *Journal of International Migration and Integration*, 19(3), 771–789. <https://doi.org/10.1007/s12134-018-0568-2>
- Costa, A. P. (2025). *Discurso de ódio e imigração em Portugal: Relatório do projeto #MigraMyths - Desmistificando a Imigração* (5ª ed.). Casa do Brasil de Lisboa. https://home-affairs.ec.europa.eu/document/download/6f4a28fb-720f-4ae9-b793-8b6172d62e38_pt
- Costa, A. P., & de Paula, C. (2020). *Experiências de discriminação na imigração em Portugal: Um diagnóstico elaborado pelo projeto #MigraMyths - Desmistificando a imigração*. Casa do Brasil de Lisboa. https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relatório_MigraMyths_singlepage.pdf
- Coultas, C., Reddy, G., & Lukate, J. (2023). Towards a social psychology of precarity. *British Journal of Social Psychology*, 62, 1-20.
- De Luca Picione, R., De Fortuna, A. M., Balzani, E., & Marsico, G. (2025). Trajectories of the notion of liminality: Identity, border, threshold, affectivity and spatio-temporal processes of transformation. *Culture & Psychology*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/1354067X251315735>
- Denoux, P. (1994). Pour une nouvelle définition de l'interculturalité. In J. Blomart & B. Krewer (Eds.), *Perspectives de l'interculturel* (pp. 67-81). L'Harmattan.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Orgs.), *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* (2a ed., pp. 15–41). Artmed.
- Despret, V. (1999). *Ces émotions qui nous fabriquent: Ethnopsychologie de l'authenticité*. Les Empêcheurs de penser en rond.
- Despret, V. (2021). *O que diriam os animais?* (C. de Oliveira, Trad.). UBU Editora. (Trabalho original publicado em 2015).
- Di Masso, A., Gkiza, M., & Scannell, L. (2019). Between fixities and flows: Navigating place attachments in an increasingly mobile world. *Journal of Environmental Psychology*, 61, 125–133. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2019.01.005>
- Directorate-General for Migration and Home Affairs. (2025, 16 de janeiro). Portugal: Migrants contribute enough to fund 17 % of pensions. European Commission. https://home-affairs.ec.europa.eu/news/portugal-migrants-contribute-enough-fund-17-pensions-2025-01-16_en
- DNBrasil. (2025, 9 de outubro). Discussão sobre a Lei da Nacionalidade deverá ser retomada em breve. *Diário de Notícias*. <https://dnbrasil.dn.pt/discusso-sobre-a-lei-da-nacionalidade-dever-ser-retomada-em-breve>
- Ellis, B. H., Kia-Keating, M., Yusuf, S. A., Lincoln, A., & Nur, A. (2007). Ethical research in refugee communities and the use of community participatory methods. *Transcultural Psychiatry*, 44(3), 459-481.
- Ellis, C. (2007). Telling secrets, revealing lives: Relational ethics in research with intimate others. *Qualitative Inquiry*, 13(1), 3–29. <https://doi.org/10.1177/1077800406294947>
- European Commission. (2025, 11 de junho). *EU integration policy*. European Commission. https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/migrant-integration/eu-integration-policy_en

- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado (P. Siqueira, Trad.). *Cadernos de Campo*, 14(13), 155-161.
- Filep, B. (2009). Interview and translation strategies: Coping with multilingual settings and data. *Social Geography*, 4(1), 59-70.
- França, T. & Padilla, B. (2018). Imigração brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, 33(2), 207-237.
- Galeano, E. (2021). *As veias abertas da América Latina* (Edição comemorativa de 50 anos) [E-book Kindle]. L&PM Editores. (Trabalho original publicado em 1971)
- Glissant, É. (2021). *Poética da relação* (E. Jorge & M. Vieira, Trans.). Function. (Trabalho original publicado em 1990)
- Guerraoui, Z. (2009). De l'acculturation à l'interculturalisation: Réflexions épistémologiques. *Revue L'autre*, 10(2), 195-200.
- Guerraoui, Z., & Reveyard-Coulon, O. (2013). La méthodologie en psychologie interculturelle. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 99-100, 291-294.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. (Trabalho original publicado em 1988).
- Haraway, D. J. (2008). *When species meet*. University of Minnesota Press.
- Haraway, D. J. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Hartonen, V. R., Väisänen, P., Karlsson, L., & Pöllänen, S. (2022). A stage of limbo: A meta-synthesis of refugees' liminality. *Applied Psychology*, 71(3), 1132-1167. <https://doi.org/10.1111/apps.12349>
- Henning, C. E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações—Revista de Ciências Sociais*, 20(2), 97-128. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97>
- hooks, b. (2022). *Pertencimento: Uma cultura do lugar* (R. Balbino, Trad.; Edição Kindle). Editora Elefante. (Trabalho original publicado em 2009)
- Hugman, R., Pittaway, E., & Bartolomei, L. (2011). When 'do no harm' is not enough: The ethics of research with refugees and other vulnerable groups. *British Journal of Social Work*, 41(7), 1271-1287.
- Hurtado, J. (2024). Exploited in immortality: Techno-capitalism and immortality imaginaries in the twenty-first century. *Mortality*, 29(4), 903-920.
- Hynes, P. (2011). *The dispersal and social exclusion of asylum seekers: Between liminality and belonging*. Policy Press.
- IOM – International Organization for Migration. (2019). *Glossary on migration*. Recuperado de https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf
- Isin, E. F. (2017). Performative citizenship. In A. Shachar, R. Bauböck, I. Bloemraad, & M. Vink (Eds.), *The Oxford handbook of citizenship* (pp. 500-523). Oxford University Press.
- Isin, E. F., & Wood, P. K. (1999). *Citizenship and identity*. Sage.
- Jørgensen, M. B. (2016). Precariat—what it is and isn't—towards an understanding of what it does. *Critical Sociology*, 42(7-8), 959-974.
- Kaur, R. (2018). *O que o sol faz com as flores* (A. Guadalupe, Trad.). Planeta do Brasil. (Trabalho original publicado como *The sun and her flowers* em 2017)
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (3ª ed.). Cobogó.
- Latour, B. (2012a). *We have never been modern*. Harvard University Press.

- Latour, B. (2012b). *Reagregando o social: Uma introdução a teoria do Ator-Rede* (G. C. Cardoso de Sousa, Trad.). Edufba. (Trabalho original publicado como *Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network Theory* em 2005)
- Lemanski, C. (2022). Infrastructural citizenship: Conceiving, producing and disciplining people and place via public housing, from Cape Town to Stoke-on-Trent. *Housing Studies*, 37(6), 932–954 . <https://doi.org/10.1080/02673037.2021.1966390>
- Lense, M. (2020). A língua é a mesma, mas é outra. In L. A. Silva & M. Pamplona (Orgs.), *Antologia poética da imigração lusófona* (pp. 161–166). Kotter Editorial.
- Levitt, H. M., Morrill, Z., Collins, K. M., & Rizo, J. L. (2021). The methodological integrity of critical qualitative research: Principles to support design and research review. *Journal of Counseling Psychology*, 68(3), 357.
- Levitt, P. (2012). What's wrong with migration scholarship? A critique and a way forward. *Identities*, 19(4), 493-500.
- Lewis, H. M., & Vignoles, V. L. (2024). Construction and contestation of climate activist identities in the comments section of a large UK-based online newspaper. *European Journal of Social Psychology*, 54, 154–169 . <https://doi.org/10.1002/ejsp.2999>
- Lukate, J. M. (2022). Space, race and identity: An ethnographic study of the Black hair care and beauty landscape and Black women's racial identity constructions in England. *Journal of Social Issues*, 78(1), 107-125.
- Matsumoto, D., & Juang, L. (2004). *Culture and psychology* (3rd ed.). Wadsworth/Thomson Learning.
- Migration Policy Group. (2024). *MIPEX 2024: Migrant Integration Policy Index*. <https://www.mipex.eu>
- Minga, E. A. de P. (2018). Além das “Mães de Bragança”: A estereotipização da mulher brasileira no jornalismo português. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (7). https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_6
- Mishler, E. G. (1991). *Research interviewing: Context and narrative*. Harvard University Press.
- Moleiro, C., & Gonçalves, M. (2010). Saúde na diversidade: Desenvolvimento de serviços de saúde mental sensíveis à cultura. *Análise Psicológica*, 28(3), 505-515.
- Mora-Gámez, F. (2020). Beyond citizenship: The material politics of alternative infrastructures. *Citizenship Studies*, 24(5), 696–711. <https://doi.org/10.1080/13621025.2020.1784648>
- Moraes, M. (2022). PesquisarCOM: Permanências e reparações. In M. Silveira, M. Moraes & L. C. T. Quadros (Orgs.), *PesquisarCOM: Caminhos férteis para a pesquisa em psicologia*. NAU Editora.
- Nguyen, M. T., & Batel, S. (2024). Which energy citizenship in positive energy districts? A governmentality social psychological analysis of participatory governance. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 26(1), 117-130.
- Organização Internacional para as Migrações. (2019). *Relatório sobre as migrações no mundo 2020*. Organização Internacional para as Migrações. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>
- Padilla, B. et al. (2009). Portuguese Gaúchos: Socio-political transnationalism, integration and identities in the River Plate Region. In B. Padilla & M. Xavier (Orgs.), *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, (5), 185-201. ACIDI.
- Padilla, B., & França, T. (2020). Políticas migratórias em Portugal: Complexidade e hiatos entre a lei e a prática. In L. C. Ribeiro & M. de Oliveira (Eds.), *Sociedades em movimento: Fluxos internacionais, conflitos nacionais*. Intermeios. <http://hdl.handle.net/10071/26345>

- Padilla, B., & França, T. (2022). Portuguese migrations to South America after World War II: Extending citizenship abroad. In M. Damilakou & Y. G. S. Papadopoulos (Eds.), *Migration and development in Southern Europe and South America* (pp. 116-131). Routledge.
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: Do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 20(39), 159–184.
- Público. (2003, 1 de maio). Mães de Bragança acusam brasileiras de provocar "onda de loucura" na cidade. *Público*. <https://www.publico.pt/2003/05/01/jornal/maes-de-braganca-acusam-brasileiras-de-provocar-onda-de-loucura-na-cidade-200790>
- Público. (2025a, 8 de outubro). Pacote anti-imigração enviado para a Presidência da República por Marcelo. *Público*. Acesso em 10 de Outubro de 2025: <https://www.publico.pt/2025/10/08/publico-brasil/noticia/pacote-antiimigracao-enviado-presidencia-republica-marcelo-2150019>
- Público. (2025b, 28 de outubro). *Lei da Nacionalidade: o que muda com as alterações agora aprovadas?* Público. Acesso em 29 de Outubro de 2025: <https://www.publico.pt/2025/10/28/sociedade/perguntaserespostas/lei-nacionalidade-muda-alteracoes-aprovadas-2152298>
- Quadros, L. C. T. (2022). O chamado da pesquisa: Um esboço não linear como proposição para um PesquisadorCOM. In M. Silveira, M. Moraes & L. C. T. Quadros (Orgs.), *PesquisadorCOM: Caminhos férteis para a pesquisa em psicologia*. NAU Editora.
- Quadros, L. C. T. de, Moraes, M. O., Melo, M. de F. A. de Q., Machado, M. N. da M., & Miranda, S. F. (2016). O PesquisadorCOM e o feminino na ciência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(1), 4–7. https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_6
- Ray, C. D., Scharp, K. M., Parker, E., & Donohoe, D. E. (2023). Withholding social support because those in need do not deserve it: A thematic narrative analysis. *Communication Research*, 52(3), 316–345. <https://doi.org/10.1177/00936502221146629>
- Riessman, C. K. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. Sage.
- Rocha-Trindade, M. B. (2004). A realidade da imigração em Portugal. *IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL*.
- Santinho, C., Ripoli, E., & Padilla, B. (2014). O acesso à saúde das mulheres imigrantes grávidas: Para além das barreiras linguísticas. Em B. Padilla, S. Hernández Plaza, E. Rodrigues, & A. Ortiz (Eds.), *Saúde e cidadania: Equidade nos cuidados de saúde materno-infantil em tempos de crise* (pp. 72-85). Centro de Investigação em Ciências Sociais, CICS – UM. <http://hdl.handle.net/10071/28730>
- Santos, A. L. (2010). *Mudança de vento: A migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI* [Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Santos, C. M. R. C. S., & Alves, M. H. I. (2022). Espera, vulnerabilidades e subjugação no contexto das migrações. *Serviço Social & Sociedade*, 145, 112–131. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.295>
- Schmitz, P. G., & Schmitz, F. (2022). Correlates of acculturation strategies: Personality, coping, and outcome. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 53(7–8), 875–916. <https://doi.org/10.1177/00220221221109939>
- Spencer, S., & Charsley, K. (2021). Reframing ‘integration’: Acknowledging and addressing five core critiques. *Comparative Migration Studies*, 9(1), 18.
- Stephens, C., & Breheny, M. (2013). Narrative analysis in psychological research: An integrated approach to interpreting stories. *Qualitative Research in Psychology*, 10(1), 14-27.

- Stevenson, C., Dixon, J., Hopkins, N., & Luyt, R. (2015). The social psychology of citizenship, participation and social exclusion: Introduction to the special thematic section. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(2), 1–19. <https://doi.org/10.5964/jspp.v3i2.579>
- Tarditti, A. D. M., Torres, H. B., Caimari, C. P., & Barnadas, L. A. (2022). Gentrificación y desposesión de lugar: Dinámicas subjetivas del desplazamiento simbólico y la micro-segregación. *Anuario de Psicología/The UB Journal of Psychology*, 52(1).
- Taylor, L., & Wilson, F. (2004). The messiness of everyday life: Exploring key themes in Latin American citizenship studies introduction. *Bulletin of Latin American Research*, 23(2), 154-164.
- Thomassen, B. (2014). *Liminality and the modern: Living through the in-between*. Routledge.
- Trói, M., & Batel, S. (2021). O Império e o Império: Reflexões sobre a memória e o património colonial em Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 126, 9–31. <https://doi.org/10.4000/rccs.10689>
- Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. E. O. (2008). Black immigrants in Portugal: Luso-tropicalism and prejudice. *Journal of Social Issues*, 64(2), 287–302. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2008.00562.x>
- Valentim, J. P., & Heleno, A. M. (2018). Luso-tropicalism as a social representation in Portuguese society: Variations and anchoring. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 34-42. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.04.013>
- Varejão, A. (1992). *Filho Bastardo* [Óleo sobre madeira]. In *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. Itaú Cultural.
- Wong, G., & Breheny, M. (2018). Narrative analysis in health psychology: A guide for analysis. *Health Psychology and Behavioral Medicine*, 6(1), 245–261. <https://doi.org/10.1080/21642850.2018.1515017>
- Zhou, V. X., & Pilcher, N. (2019). Revisiting the ‘third space’ in language and intercultural studies. *Language and Intercultural Communication*, 19(1), 1-8.
- Zisakou, A., & Figgou, L. (2021). Space, time, and urban citizenship: Reconsidering migrant integration in critical social psychological research. *Social and Personality Psychology Compass*, 15(4), e12587. <https://doi.org/10.1111/spc3.12587>
- Zisakou, A., Figgou, L., & Andreouli, E. (2024). Integration and urban citizenship: A social-psychological approach to refugee integration through active constructions of place attachment to the city. *Political Psychology*, 45(2), 215-233.

Anexos

Anexo A – Guião da entrevista

Perguntas introdutórias

- Nome pelo qual gostaria de ser chamado (será modificado no momento da transcrição de forma a garantir o seu anonimato)
- Qual a sua idade?
- Aceita partilhar a sua cidade e estado de nascimento no Brasil? se sim qual?
- Possui outras nacionalidades além da brasileira? se sim, quais?
- Aceita partilhar a data aproximada em que entrou em Portugal? se sim, qual? se não, poderia dizer apenas se vive em Portugal há mais de 5 anos?
- Já iniciou o processo de aquisição de cidadania? Qual critério?
- Antes de obter a cidadania portuguesa, qual o tipo de visto lhe concedia a autorização de residência?
- Aceita partilhar o bairro em que vive atualmente em Lisboa? se sim, qual?

Mote narrativo:

Gostaria de te convidar a me contar a história de seu processo de migração para Portugal e, particularmente, sobre o seu processo de integração em Portugal durante esse tempo em que está vivendo aqui. Nesta entrevista, estamos tentando saber mais sobre como as pessoas lidam com a adaptação a um novo país. Pedimos às pessoas que nos contem sua história de vida, seu histórico e assim por diante. Você pode começar sua história onde quiser e pode incluir o que quiser.

Perguntas para manter o fluxo da narrativa:

Sobre a trajetória do participante e as dificuldades e facilidades encontradas:

- Quais os seus principais motivos para migrar?
- Como foi seu percurso desde que chegou em Portugal?
- Que dificuldades e/ou facilidades encontrou pelo caminho?

Sobre como o participante experiencia a interculturalidade na sua vida em Portugal:

- Durante esse tempo em que vive em Portugal, como percebe a relação da cultura brasileira com a portuguesa?

- Como você sente isso na sua experiência?
- Você percebe que pertence ou está conectado a essas diferentes culturas? Como? Que aspectos mais ou menos positivos essa experiência de várias culturas traz para a sua vida?

Sobre como o participante percebe a performatividade de cidadania no seu cotidiano:

- O que é ser cidadã/o pra você?
- Você acha que adquirir a nacionalidade portuguesa o torna um cidadão? De que forma?
- Você se percebe cidadã(o) português(a)? Se sim, o que te torna cidadã(o) na prática? Se não, o que acha que te tornaria cidadão para além da aquisição formal da cidadania portuguesa?
- Como é o processo de adquirir cidadania formal portuguesa? Pode contar-me passo a passo o que isso envolveu para si, na sua vida? Que impactos teve?
- Como esse processo o fez sentir? Acha que tem afetado a forma como se sente ligado à cultura brasileira e à cultura portuguesa?

Anexo B – Consentimento informado

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, em parceria com o Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ). O estudo tem por objetivo compreender os diferentes modos de integração de migrantes de origem brasileira na sociedade portuguesa, que estejam vivendo há pelo menos 5 anos no país, com idade entre 23 e 66 anos (correspondente à idade do primeiro emprego e da aposentadoria, respectivamente), que já tenham iniciado o processo de aquisição de nacionalidade portuguesa por tempo de residência em Portugal. A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento no campo científico das migrações e interculturalidade, e consiste em participar voluntariamente em uma entrevista narrativa, com duração entre 45min a 60min, em que lhe será pedido para contar um pouco da história do seu percurso migratório e instalação em Portugal até os dias de hoje.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento, conforme indicado no art.6º, nº1, alínea a) e/ou art. 9º, nº2, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, consoante o caso aplicável. A recolha de dados será feita sob o formato de gravação de voz.

O estudo é realizado por Nicole Velloso de Oliveira, nicole_velloso@iscte-iul.pt, mestranda do programa de Psicologia das Relações Interculturais no ISCTE-IUL, sob orientação da Dra Susana Batel, susana.batel@iscte-iul.pt, e co-orientação da Dra Laura Cristina de Toledo Quadros, lauractq@gmail.com. Você poderá contactá-las caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar os contactos indicados para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

SOBRE O TRATAMENTO DOS SEUS DADOS PESSOAIS

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. Em alguns casos, a equipa de investigação pode partilhar dados com outras equipas de investigação, ou ainda prestadores de serviços a agir sob nossa orientação e responsabilidade. Neste estudo, não serão divulgados os seus dados pessoais a terceiros. No entanto, os dados anonimizados serão partilhados com as seguintes entidades: Dra Laura Quadros, professora

permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

SOBRE A ANONIMIZAÇÃO E CONFIDENCIALIDADE DOS SEUS DADOS

A participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais. Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar.

Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Os seus dados pessoais serão conservados por 6 meses após as provas de defesa da dissertação do Mestrado, após o qual serão destruídos. A anonimização será feita quando forem feitas as transcrições, no período de até 2 meses depois da realização das entrevistas, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

SOBRE A CASA DO BRASIL DE LISBOA

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Caso sinta, que precisa conversar com um profissional nos dias seguintes à entrevista fica recomendado que compareça à Casa do Brasil de Lisboa, uma associação sem fins lucrativos, localizada na Rua Luz Soriano, 42 - Bairro Alto, Lisboa - 1200-248, numa segunda-feira de 11h às 13h onde poderá fazer o pedido por acompanhamento psicológico através do projeto Casa Acolhe, casaacolhecb1@gmail.com. Fica recomendado também o comparecimento ao Grupo Acolhida que acontece às quartas-feiras das 16h às 17h30, também na Casa do Brasil de Lisboa, a participação é gratuita e não é necessária a inscrição prévia.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora.

Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim ☐ Não ☐

LISBOA , ____ / ____ / _2025_

[local, dia / mês / ano]

Nome:

Documento de Identificação n.º:

Data ou validade:

Assinatura:

Muito obrigada pela sua colaboração!

Seu relato ajudará a aprofundar o conhecimento sobre a integração de migrantes de origem brasileira em Portugal!

O estudo é realizado por Nicole Velloso de Oliveira, nicole_velloso@iscte-iul.pt, mestranda do programa de Psicologia das Relações Interculturais no ISCTE-IUL, sob orientação da Dra Susana Batel (ISCTE_IUL), susana.batel@iscte-iul.pt, e co-orientação da Dra Laura Cristina de Toledo Quadros (PPGPS-UERJ), lauractq@gmail.com.

Anexo C – Debriefing

ESCLARECIMENTOS SOBRE A INVESTIGAÇÃO

Muito obrigada por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre a integração de migrantes brasileiros em Portugal e pretende compreender os diferentes modos de integração de migrantes brasileiros na sociedade portuguesa, as suas experiências de cidadania, relações entre as culturas de origem e de chegada e o papel das instituições nesses aspetos.

No âmbito da sua participação, caso sinta, que precisa conversar com um profissional nos dias seguintes à entrevista fica recomendado que compareça à Casa do Brasil de Lisboa, uma associação sem fins lucrativos, localizada na Rua Luz Soriano, 42 - Bairro Alto, Lisboa - 1200-248, numa segunda-feira de 11h às 13h onde poderá fazer o pedido por acompanhamento psicológico através do projeto Casa Acolhe, casaacolhecb1@gmail.com. Fica recomendado também o comparecimento ao Grupo Acolhida que acontece às quartas-feiras das 16h às 17h30, também na Casa do Brasil de Lisboa, a participação é gratuita e não é necessária a inscrição prévia.

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: Nicole Velloso de Oliveira, nicole_velloso@iscte-iul.pt, mestranda do programa de Psicologia das Relações Interculturais no ISCTE-IUL, sob orientação da Dra Susana Batel, susana.batel@iscte-iul.pt, e co-orientação da Dra Laura Cristina de Toledo Quadros, lauractq@gmail.com.

Se tiver interesse em aceder a mais informação sobre o tema do estudo, pode ainda consultar o website e redes sociais da Casa do Brasil de Lisboa.

Mais uma vez, muito obrigada pela sua participação.

Nicole Velloso de Oliveira

Anexo D – Chamada da pesquisa

MIDIA PARA WHATSAPP



MIGRANTE BRASILEIRE

COMO É PRA VOCÊ VIVER EM PORTUGAL?

Sou Nicole Velloso, psicóloga e pesquisadora brasileira, e estou desenvolvendo a tese de mestrado:

Brasileiros em Portugal: desafios de integração, interculturalidade e infraestruturas de cidadania nas experiências de migração longa, e **procuro colaboradores para compor a minha pesquisa.**

Participe de uma entrevista de até 60 minutos e fortaleça os estudos sobre a comunidade brasileira no exterior com sua vivência e experiência.

QUEM PODE PARTICIPAR NA PESQUISA?

- Migrantes de origem brasileira que vivem em Portugal há 5 anos ou mais
- Já possuem ou têm intenção de pedir a cidadania portuguesa
- Que queiram compartilhar sua trajetória de migração e integração

SE ESSE FOR O SEU CASO, PARTICIPE!

QUERO OUVIR A SUA HISTÓRIA

**COMPARTILHE
COM QUEM VOCÊ
CONHECE!**

@nicolesendo.psi

nicole_velloso@iscte-iul.pt

**INSCREVA-SE
AQUI**



iscte CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS Instituto de Psicologia UERJ PSICOLOGIA SOCIAL - UERJ

POST NO INSTAGRAM

**MIGRANTE
BRASILEIRO
COMO É PRA VOCÊ
VIVER EM PORTUGAL?**

Participe de uma entrevista de até 60 minutos e ajude a construir uma pesquisa sobre psicologia e migração

→

SOBRE MIM

iscte    

Sou **Nicole Velloso**, psicóloga e pesquisadora brasileira, mestranda em Psicologia das Relações Interculturais no ISCTE-IUL, em Lisboa. Estou desenvolvendo a tese de mestrado:

Brasileiros em Portugal: desafios de integração, interculturalidade e infraestruturas de cidadania nas experiências de migração longa, e procuro colaboradores para compor a minha pesquisa.

NESSA ENTREVISTA VAMOS CONSTRUIR JUNTAS A SUA TRAJETÓRIA EXPLORANDO AS DIFICULDADES E FACILIDADES QUE ENCONTROU.

QUEM PODE PARTICIPAR NA PESQUISA?

- Migrantes de origem brasileira que vivem em Portugal há 5 anos ou mais
- Já possuem ou têm intenção de pedir a cidadania portuguesa
- Que queiram compartilhar sua trajetória de migração e integração

**SE ESSE FOR O SEU CASO, PARTICIPE!
QUERO OUVIR A SUA HISTÓRIA**

**INSCREVA-SE
CLICANDO NO LINK DA BIO**

Seu relato ajudará a aprofundar o conhecimento sobre a integração de migrantes de origem brasileira em Portugal.

Fortaleça os estudos sobre a comunidade brasileira no exterior com sua vivência e experiência.

**COMPARTILHE
COM QUEM VOCÊ
CONHECE!**

✉ nicole_velloso@iscte-iul.pt

iscte    

Anexo E – Narrativas extras

Narrativa extra “Processo de aquisição de cidadania”

Eu... chegou abril de 2022. Fiz a... o pedido e por acaso o meu pedido foi simples, tipo entreguei aquelas documentações de costume que é o pedido de nacionalidade, né? O registro que você preenche o documento que você preenche, pedindo a nacionalidade, mas eu paguei acho que era 250 € na altura que mais do que pede. Eu não lembro se pede o registro criminal, talvez. Sinceramente eu não lembro o que se pede, mas acho que são quatro ou cinco documentos. Eu lembro que eu levei o meu título na altura válido, também levei passaporte e pronto. Acho que é isso. Fiz o processo mesmo aqui no Campus da Justiça, que é do lado de casa. E... fiquei a espera. Sendo que antes eu sempre ouvia um amigo ou outro conhecido falando que tipo “olha, depende em tal lugar, é mais rápido tal lugar de repente é mais rápido”. E gente dizendo que “em seis meses e nove meses”, no meu caso eu demorei dois anos e um mês. [ENTREVISTADORA: Nossa Senhora!] E o meu pedido, por acaso acho que ele nem foi concluído aqui, porque eu lembro que eu acompanhava depois eles davam ali um protocolo e para você acompanhar num site específico. Na minha altura, hoje em dia já mudou, mas na minha altura era acho que do um ao sete. (..) processos até chegar ao sétimo, que é meio que a conclusão. E aí eu lembro que eu fiquei ali no Pisco um, olha [tom de sarcasmo] durante algum bom tempo. E aos poucos que ia ali, crescendo, crescendo, crescendo [repetição intencional]. E eu lembro que ali eu via no início que o processo acho que dizia qual era o local que ele estava sendo. (..) [ENTREVISTADORA: Analisado?] Analisado. Exato. E aí teve uma hora que eu vi que estava tinha ido pro Porto. Tava tipo no IRN, acho que do Porto ou qualquer coisa assim, no Porto. Então, acho que isso aqui já devia estar tão esgotado. Não sei. Tanta gente ou qualquer coisa assim que foi pra lá. E foi isso. Demorei esses dois anos e um mês até que o meu vi... o meu último título de residência, ele era de 2021, né? Quando eu renovei em janeiro. E ele vencia em janeiro de 2024. Como eu fiz o pedido em abril de 2022, eu imaginei. “Até lá eu não vou precisar renovar. [risada sarcástica] Já vai ser ali quase dois anos, eu não vou precisar”. Acabou que: passou o ano 2022, 2023. Quando tava chegando o final do ano, eu pensei “É, Adriel, eu acho que você vai precisar, porque nada”. E aí a minha, meio que, sorte foi que na altura saiu um decreto em novembro de 2023 dizendo que quem tivesse com... com atrasos, né, porque pronto, na altura estava aqueles super pedidos de tipo “ah que é preciso renovar, preciso renovar, não tô conseguindo, tá vencendo o meu prazo”. Então o governo liberou ali uma lei ali, né? Um adendo, digamos assim, dizendo que acho que os... os... todos os títulos, mesmo que... que vençam, a partir dessa data, vão valer

até junho de 2024. E foi quando eu entrei nessa leva. Mande a documentação para... pro RH da minha empresa, né. Porque eles mesmos tavam cobrando assim. “Adriel. Sem ter um documento válido, você não consegue estar trabalhando aqui com a gente”. E obviamente, com razão. E aí eu já desesperado ali. Mas quando eu vi esse documento, já mandei pra eles e pronto [a tensão no seu relato dissipa, e faz aqui uma pausa de alívio]. Estou válido até junho, pelo menos. Continuei o trabalho. Depois, passando ali os meses, janeiro, fevereiro, eu já ligando desesperado, falei assim “olha, eu não num tô muito afim de querer renovar meu título de residência, porque já fiz há dois anos quase o meu (...) meu pedido da nacionalidade, e nada.” E já estava na última etapa, só que tipo, não dava ali, né? O... o verdezinho, tipo... [ENTREVISTADORA: Não passava! (tom de quem se aperta pra passar num espaço pequeno)]...já tinha sido aprovado. Aí quando foi em junho de 2023, o meu processo tinha acabado. Eu já tinha tipo, tudo certo. A única coisa que eu precisava era o número de registro português para eu ir fazer o pedido das minhas documentações do meu cartão de cidadão, depois do passaporte, se eu quisesse. Só que esse número de registro demorou quase um ano depois para ele ter sido feito. [ENTREVISTADORA: Nossa!] E o número de registro na altura você fazia acho que numa conservatória, parece. Parece que depois que o processo é concluído e aprovado, seu processo vai pra uma conservatória de qualquer lugar do país e depois da conservatória, né, que é como se fosse um cartório daqui, eles fazem um registro para você como se fosse seu cartão de cidadão de... seu... aí [tenta lembrar a palavra] Certidão de nascimento. É tipo o número de registro português que você tem para conseguir fazer a sua documentação. Só que isso demorou quase um ano para ser feito. [ENTREVISTADORA: Nossa! (tom de surpresa com indignação)] E aí, quando chegou meio que janeiro, fevereiro do ano passado, eu comecei a desesperar, porque de novo, meu documento tava válido, mesmo vencido. Mas até junho de 2024. E aí eles diziam do tipo “tá, mas agora a gente tá num processo em que o governo tá meio que automatizando isso. Não vai ser mais passar por conservatórias nenhuma. Vai ser a máquina que vai fazer automaticamente”. Só que depois descobri que a máquina ali mesmo tinha dado defeito, porque quando fui fazer, sei lá, os quinhentos ou os mil primeiros registros, errou lá em quinhentos e não sei o quê. Eu fiquei: “Meu Deus do céu! como é que eu faço agora?” Mas acabou que teve uma altura que eu liguei novamente, né? Foi a última vez que eu liguei para lá. Isso já era... acho que maio de 2024, ou seja, quase um mês a um mês e meio de vencer novamente meu título de residência. E aí a senhora começou a me perguntar um monte de dados tipo “Ai, qual é o seu nome? O nome do pai, nome da mãe?” Aí já dando os dados e pensando assim “Hum, essas perguntas estão tão diferentes me perguntavam isso antes” e aí no fim ela disse “Então agora anota seu número

de registro”, [entrevistadora solta um som de surpresa] porque mesmo quando não... mesmo não dando ali no site que tava feito, que eu já tinha o registro, eu já tinha esse registro. [ENTREVISTADORA: Ahh! Meu deus!!] E aí foi quando eu “ah” [som de suspiro com alívio] anotei... [ENTREVISTADORA: Respirou! Uhum...] fui direto pro... pro... pra loja do Cidadão, pedi lá né, fiz o... minha documentação, dei número de registro. E aí consegui. Depois de um mês saiu o meu cartão de cidadão. Teve essa demora que geralmente nem demora tanto, mas demorou para ir um mês. E aí foi quando eu já pedi tudo, pedi cartão de cidadão assim que eu pedi o passaporte e já entreguei no RH. Tipo, “olha, tá aqui meu documento válido, agora sou português” [sorrindo]. E assim foi o meu processo assim de nacionalidade aqui, né? (ADRIEL, 8, NP)

Narrativa extra “Bode expiatório”

Por acaso o primeiro ano que eu vim pra cá, é... eu consegui a vaga sei lá, acho que três meses ou quatro meses depois de eu já estar aqui. Depois de eu ter feito já o pedido pelo SEF mesmo. Só que depois, chegando lá... é... nossa! Era... foi um bocado estranho, sabe? Eu me sentia como se eu tivesse indo para o exército, sabe? Quando... no caso, pronto, no seu caso, você de repente não passou por isso por ser mulher [riso contido quase envergonhado]. Mas a gente lá no Brasil, né? Os homens que iam pro exército. Eu lembro que na minha altura todo mundo dizia [tom performático e jocoso de aterrorização] “não, mas você vai ter que servir. Ah, mas lá vão te falar isso, isso, aquilo, lá você vai ficar assim, e vai ficar pelado, vai não sei o quê”. E para mim, com o SEF foi a mesma coisa. Porque me diziam “não, porque lá o pessoal é super bravo. Ah, porque lá você tem que ter documentação certa, senão dá”, né? Enfim...[ENTREVISTADORA: Qualquer coisinha fora da linha...] Exato! Arrasam contigo e não sei o quê. Então eu chegava lá, tipo, quase que tremendo, quase que parecia que estava sendo acusado de alguma coisa e eu só queria fazer uma documentação para continuar [riso contido] vivendo aqui, estudando. E quando eu cheguei lá, com a documentação que eu achava... eu levava tudo a mais até. Eu levei vários documentos que não eram precisos até. Mas só para dizer que eu estou com tudo certinho. [ENTREVISTADORA: Uhum.] Então teve já essa... esse momento assim meio tenso. E realmente, quando eu cheguei lá, pelo menos os primeiros atendimentos eu lembro que foi ali no SEF do Marquês de Pombal, ali em Picoas, se não me engano. Ahm... Era um pessoal um pouco mais bravo ali na hora de agir as coisas, né? De tipo “ah, vem logo! o próximo! não sei o quê!” E pegava a documentação e “ah, isso aqui eu não quero isso aqui, eu preciso isso aqui eu não preciso”. Pronto, eu sei que eles ali

viviam, né? De repente, no meio de muito estresse, não sei, dos superiores ou o que quer que seja... Mas também é aquilo, né? Acaba que a gente vira bode expiatório do estresse dos outros. Então, isso para mim, no meu caso, foi uma situação super estressante! Eu queria estar aqui estudando, tá vivendo, digamos, o meu sonho e pronto. Tinha que passar por esse perrenguinho de tomar nas orelhas por... por bode expiatório dos outros, porque enfim, a vida estava sendo estressante por algum motivo eu não sei (ADRIEL, 8, NP)

Narrativa extra “Carteirada”

Eu era gerente da loja [...] Então, o que que acontece? [solta um riso] (...) Quando eles vinham... e tem muitos [...] que eu ia atendê-los, falavam assim: “E, pá! Não tô a perceber o que você tá falando. Tem como chamar um português aqui, não?” Desse jeito! [tom de indignação] eu... vamos dizer, eu tô... “Mas, senhor, eu falo português, assim, como o senhor....?” “Não, não, não. Não entendi nada que você tá falando. Você não fala português. Eu quero falar com um português”. Eu com a ironia que eu fazia com eles, o que é que eu fazia? pelo cargo que eu tenho, eu falava: “é... só um momento. Quer falar com o responsável da loja?” “Quero falar com o responsável da loja”. “Só um minutinho”. Eu dou dois passos à frente dele. Vou na minha carteira, pego o meu BI. Volto, e me apresento como o gerente da loja, como o responsável da loja. “Olá, boa tarde! Tudo bem? Eu sou o responsável da loja. Quer falar com o responsável da loja? Sou eu o responsável da loja.” “Você?” “Sim. Ah, e outra coisa, só para deixar claro, sou português” e apresentava o B.I. (...) Mudava de figura na hora! A forma deles de falar... já ficava manso! Aí no final... eu atendia e tal e no final falavam assim: “Olha, desculpa lá, pá. Não leva a mal não. E tal não sei o quê, né? Não é nada contra si.” No final, depois do atendimento, tudo certinho, ajudei eles como eles queriam. Aí faz isso. “Oh, pá, não leva a mal lá. Esquece lá não sei o quê e tal. Não é nada contra si e tal. É que eu realmente não tava a perceber bem e tal, mas eu vou prestar mais atenção”. Depois eles se desculpam e vai embora. Então, nessa hora você vê que você realmente não é bem aceito, sabe? Você sente. Quando você precisa de um atendimento e você vê que a forma como eles se dirigem a ti é... é realmente... é de... é para imigrantes mesmo. Não tem aceitação. Eles são obrigados a conviver. Mas isso eu tô falando dessa geração mais antiga. A geração mais nova, já habituada a... sabe? A imigração. Não, não tem muito isso não. (...) Então, nessa hora que eu acho que tem a dificuldade. (BRUNNO RAMOS, 10, NP)

Narrativa extra “Volta pra Bragança”

Houve um escândalo das mães de Bragança. Em Bragança, norte profundo de Portugal, seis

horas de viagem [de Lisboa], muito pequenininho, um... um grupo de mães se reuniu e fez protestos na rua contra as Brasileiras, que estavam na prostituição na cidade. As prostitutas, as que trabalham em casas de alterne. Não sei se você já ouviu falar nesse nome? (...) As casas de alterne são os prostíbulos portugueses. Que são bares fantasiados de... não é? São casas de prostituição fantasiadas de bares, e que... ou de discotecas, e que as pessoas... as miúdas, estão lá para fazer as pessoas consumirem. E vendem os seus serviços. Sexuais. Né? Tô sendo bem clara e bem... e bem... expositiva nessa... nessa parte. Então, em Bragança, havia um grupo de brasileiros que tavam no... num prostíbulo. Num bordel. Vá! Vamos chamar de bordel, porque é o mais leve. Numa casa de alterne dessas, e as mães fizeram um protesto, porque os maridos estavam todos, não ficavam mais em casa, estavam todos aí para esse bordel, e as mães tinham sido abandonadas. Então o repórter fez uma pergunta. Tão engraçada... Eu nunca mais esquecer dessa cena. Fez uma pergunta para as mães. E apareceu uma mãe daquela portuguesa mais tradicional. Vestida com um fato muito escuro e carregado, porque era inverno. E foi na casa de alterne fazer uma entrevista, e a brasileira que lá tava, é... não mostrou a cara. Mas tinha umas unhas muito bem feitas, um cabelo muito bem penteado — via-se de costas — muito bem cortado. E... e ela muito claramente disse: “Mas as senhoras querem o quê? Se elas não se penteiam, se elas não se depilam, se elas não se lavam, como é que querem que os maridos tenham sexo com elas? Portanto eles têm que ter sexo com as pessoas que eles se identificam, que são limpas, que são asseadas, que são... que respeitam o seu corpo, que valorizam... Portanto, eles querem comprar um produto, que não seja o que ele tem em casa”.[...] E essa cena me chocou tanto! Tanto!

(FRIDA RAMOS, 27, NP)

Narrativa extra “Uma brasileira grávida”

Então é... E eu tive uma médica. Eu tive uma experiência muita mal com uma médica obstetra. Por quê? Porque eu fiz uma redução de mama e aí eu engravidei aos 42 anos e fui a médica e ela chegou e falou assim: “Epa, raridade! Uma brasileira grávida aos 42 anos, 42 já e vó”. [silêncio dramático] Ela disse para mim no consultório. [ENTREVISTADORA: Meu deus!] Eu fiquei assim... Eu fiquei... sabe? Mal. E aos 42 anos você tem que fazer um exame que se chama mioossíntese, que é um exame que com agulha tira o líquido amniótico que vê se tem semia²¹, Síndrome de Down. E ela: “Você sabia que uma grávida com essa idade você pode ter um filho doente mental?” [ENTREVISTADORA: Meu Deus! Assim?!] Desse jeito comigo e o [nome do marido] comigo, né? Porque era o primeiro filho dele. Ele super me acompanhou

em tudo. E aí eu fiquei muito mal com essa médica. Eu me senti mal. Aí no outro dia tinha outra consulta com ela e ela foi verificar meu seio e ela: “olha, fizesse uma cirurgia no seio, engravidou outra vez? e engravidou? Isso vai cair tudo com a amamentação. Isso é o quê?” E eu fiquei... Eu comecei a chorar. Chorei, chorei, chorei e dei uma queixa dela. [silêncio dramático de alguns segundos] E dei uma queixa dela. Fui lá, escrevi e tal e tal. Só que, entretanto, eu tinha uma consulta com ela e onde ela ia me dar o resultado do exame, que era... o resultado do exame era importantíssimo para mim que eu fiquei com aquilo. Será que o meu filho vai nascer assim e tal e tal? E aí eu... E só que se eu mudasse de médica eu tinha que esperar mais tempo para ver esse exame. E eu tinha. Quando chegou na hora, eu... eu fui para essa consulta e era ela. E ela estava lá, à minha espera. Aí ela pegou e eu estava com o resultado do exame na mão e pegou para mim e falou: “Você tem o que lá em casa? Um homem ou uma mulher? Uma menina, Um menino? Ou uma rapariga?” E para me dizer o sexo? Ele disse que não tinha nada, que o menino estava tudo bem, que não tinha doença nenhuma, que o exame deu tudo positi... [se corrige] tudo negativo e só queria saber o sexo. E se eu tinha um menino e uma menina em casa. Eu disse assim: “Doutora, eu não quero saber. Eu vou fazer um jantar de revelação e eu não quero saber. É nesse dia que eu vou abrir”. Ok, beleza. E ela pegou e falou assim “Ah! Entretanto”, pegou a carta que eu fiz “e, entretanto, você deu uma queixa de mim”. Eu falei “dei, dei e era para ter dado na primeira consulta que eu vim aqui com a senhora, que a senhora foi sem empatia nenhuma, entendeu? E a senhora me tratou muito mal. E a senhora não está aqui para me apontar dedo? Era para fazer o seu trabalho e ponto”. E ela “mas eu não te tratei mal. Não tratei mal”. Falei” Não. Tratou sim. Tratou sim” E pronto, saí de lá, fui para outra... e, entretanto, ia ser ela. Aí depois passei mal. Num corredor que olhei o corredor, vinha ela. E o meu coração começou a acelerar, acelerar. Eu comecei... [telefone dela toca] O meu filho. [atende o telefone] Oi, filho. Oi? [gravação foi cortada na hora] Tanto. E pronto. E passei mal e tal. E vim me embora para casa. Aí, no dia que me... Aí passou o tempo, minha bolsa rompeu lá em casa. Aí eu fui tomar banho e o [nome do marido] super maluco, achando que o menino ia nascer num sei das quantas. Aí eu falei: “Não, não vai nascer ainda” e pronto. E eu me organizei e fui conduzindo. Eu grávida, com a bolsa rompida, caindo água e fui pro hospital. Quando eu fui no meio do caminho, eu pensei “Meu Deus, já pensou aquela mulher fazer o meu parto?” Meu Deus, aquela mulher assim sabe? Comecei a fantasiar 1000 coisas. Ela arrancando o menino da minha barriga e tal, sem anestesia, sem nada. [ENTREVISTADORA: Nossa!] Dei a volta e falei “eu vou para o Hospital Santa Maria”. “O que?” o [marido] falou: “O que? Você vai para Lisboa?” “Eu falei: “Vou!” “Estrela, você é louca?” Falei: “Vou, vou, não vou ter meu filho nesse hospital. Eu vou para

o Hospital Santa Maria”. Cheguei lá, fui conduzindo, me perdi, que eu estava muito nervosa. Cheguei lá no hospital, deixei o carro lá, falei para o segurança: “por favor, me arranja uma cadeira de roda que eu estou sentindo muito. Parece que o neném vai nascer” Ele aparece com uma cadeira de rodas. E entrei. Quando eu cheguei lá, a mulher pegou e falou “Olha, você não está sendo seguida aqui, está sendo seguida no Hospital Amadora-Sintra”. Falei “Mas eu posso ter meu filho aqui? Eu não quero ir para lá. Eu quero ter meu filho aqui. Posso ter meu filho com você aqui?” Aí ela olhou assim “Não, pode! Seja bem-vinda”. Aí eu falei “Então beleza. Então onde é que eu tenho que me sentar?” Aí ela “não pode ficar aí mesmo que eu vou fazer todos os procedimentos”. E fui. Quando chegou lá, eu subi. Pronto, subi para a sala de parto. Cheguei lá, tinha uma mulher lá gritando, gritando, gritando e eu peguei. Aí veio a anestesista e falou bem assim “Olha, você quer anestesia?” Ah, ah, esqueci o nome anestesia. [ENTREVISTADORA: Peridural?] Pendoral. Eu falei assim “Não, não quero não. Tá de boa”. Ele “Olha que eu vou voltar aqui, hein?” Eu falei “Então tá. E eu vou me embora!” Aí, ok. Eu fui embora. Depois demorou. Veio uma senhora negra com quase três metros, enorme, do tamanho dessa árvore. [ENTREVISTADORA: Nossa.] Não, Mas era. Pronto, era uma mulher enorme. Ela “Olha, eu vim aqui fazer o toque”. Eu olhei assim “A senhora? Deixa eu ver a mão da senhora” E ela fez assim um dedo de sua mão. Eu falei “com esse dedo? nem pensar, nem pensar”. A mulher começou a dar risada. “Vai, vai lá, vai lá”. E ela pegou e fez o toque. Quando ela virou, eu falei “Meu filho está nascendo”. E ela “não. Não está nascendo”. Eu falei “Então, então é assim, alguma coisa está acontecendo. O meu filho está nascendo, eu estou vendo, sentindo aqui”. Aí ela, aí ela olhou, ela olhou, “oh! tá nascendo”. Eu falei “Não falei pra você não enfiar esse dedo?!”. [as duas caem na risada] (..) E ela “olha, não deu nem tempo...” [ENTREVISTADORA: Na hora da crise, você ainda faz piada. [rindo]] Aí a outra senhora que tava lá gritar “Não é possível. Ela tem dois minutos que entrou aqui. Ela já vai ter neném. Eu tô aqui há dois, três, quatro, cinco, seis horas”. Aí entrei para a sala de parto e o salão nem deu nem tempo de pôr a roupa. E ela falou “Só não faz força, eu preciso pelo menos limpar e tal”. Aí depois, aí eu fechei a perna. Estava mesmo a nascer. Aí, aí o [marido]: “Posso ver?” aí a médica: “Não, não deixa ver. Fica aí no seu canto”. Aí ela fala não sei do quê do Bolsonaro e fazendo a voz do Bolsonaro e não sei do quê, que era na época, um presidente não sei do quê. E eu parindo e falando de política. [rindo muito] (..) Aí eu disse assim. Eu disse assim: “tás a ver? Era aqui que eu ia ter meu filho”. E foi assim muito fixe, sabe? Foi assim. Sabe uma coisa que eu pensei que ia ser muito traumático, sabe? Aí eu fui lá ter o filho, tive lá meu filho. Só que eu tinha que fazer depois os exames, as coisas todas num outro hospital. Aí a médica. Aí eu entrei lá com [o filho mais

novo] no colo, aí ela: “quando você teve esse nenê? Eu fiz o meu parto?”. Eu falei “Não, eu corri da senhora, eu corri a senhora eu não quero, eu não quero. Eu não quis ter meu filho aqui”. E ela olhou assim para mim. Ficou, sabe? Tipo, toda sem graça. Aí depois me arranjaram outro méd.... Aí depois, pronto, já não precisei ir para o hospital. Era mesmo no Centro de Saúde, entendeu? [rindo] [ENTREVISTADORA: Nossa! Ou seja, pegou na tua mão a história e falou “Não, eu vou. Fazer. Isso aqui do meu jeito”.] Do meu jeito. Eu não vou. Se o meu coração está apertado, não é aqui o caminho. E eu virei. Era assim. Era a rotunda, era aqui, o hospital era aqui. E eu fui conduzindo. E o [marido]: “se você matar meu filho, você vai ver!” E não sei das quantas. E não sei. Eu não sei das quantas. Olha, mas assim. E foi mesmo. E fui super mega bem tratada lá. Porque um dia eu tinha ido ao centro de um dia, eu tinha ido ao centro de... centro comercial e estava comprando roupinha do meu filho. E eu ouvi a mulher falar “o melhor lugar para ter filho é no Hospital Santa Maria” e eu fiquei com aquilo na cabeça. Eu comprei uma coisa aqui e ali. [ENTREVISTADORA: Como você é atenta né? Você tá ali, aí alguém falou numa outra conversa...] Exato... Tinha duas mães, aí eu falo aí eu.... Quando eu fui... eu falei “Eu vou para o Hospital Santa Maria”, entendeu? E foi muito bom. Foi muito bom, foi fantástico! E aí eu estava tendo muita contração. Muita contração. E eu falei “Pode chamar aquele senhor lá?” Aí, quando ele voltou, eu falei “Não, falei que você ia me chamar de volta?” Eu fui: “Aí, pelo amor de Deus, põe esse trem aí! Pelo amor de Deus, põe esse trem aí!”. E aí, tipo assim, sabe? E então, quando assim, o que eu sinto, é o que... tipo eu sinto... Eu sinto muitas coisas. (ESTRELA DOS ANJOS, 21, NP)

Narrativa extra “Papelinhos”

Eu era responsável por duas fontes de receita no [estabelecimento], que era a bilheteira, o caixa da bilheteira e o caixa da loja. E eu tinha imensos problemas no caixa da bilheteira. Eu passei anos... anos! a achar que eu era louca. Porque eu perdia as coisas, eu era desorganizada, eu era... eu era... Eu fui fazer terapia, e a minha terapeuta um dia disse assim: Frida, não corresponde àquilo que você me diz, àquilo que você é. Não bate! Faça uma coisa, você não acha que é um colega seu?” (...) Aí eu disse: “Porque?!”. Pra você não ter crédito para você não ter confiança, pra as pessoas não confiarem em você. Para você parecer louca. [...] Aí eu disse: “Não. Não acredito.” Ela disse: “Então. Pense numa forma de fazer o controle daquilo que você perde”. Então eu comecei a numerar. Sabe aqueles recibos do multibanco? [...] Que a pessoa dá um... a empresa fica uma e você dá uma para o cliente. Eu guardei. Todos... guardar... tinha que guardar, porque aquilo era dinheiro e aquilo desaprecia-me. Muito frequentemente (...) E eu... custa-me um bocadinho lhe contar isso, por

acaso. Porque foram muitos anos. Foram muitos anos, e eu... é... eu realmente achei que eu era louca. Louca não! mas desorganizada. [...] Louca não, mas desorganizada. E eu fiquei tão *freak control* para não ser desorganizada, (...) que hoje... que hoje é difícil me livrar desse *freak control*. Eu numerei todas as... [...] Os papelinhos. E comecei a tirar foto dos papelinhos. (...) Porque depois o papelinho aparecia. Então eu já tinha feito um escândalo que desapareceu. Porque outras pessoas também mexiam no caixa. E depois o papelinho... aparecia. E quando aparecia: “Tais a ver! Mal organização da tua parte! Deixasse ai embaixo por algum...”. (...) E eu juro que eu nunca, nunca relacionei isso com um colega. Nunca! Até a minha psicóloga dizer assim. Porque eu fui pra psicóloga, eu disse pra ela: “mas eu não sou desorganizada”. [...] “... Eu não me acho desorganizada. Eu não me acho... né? Esse descrédito todo que tem. Eu não sou assim!” (...) E a minha psicóloga disse: “Pois não”. (...) [...] E eu consegui saber quem era. Tive que conviver com ele. (...) E era uma pessoa que era... o meu amigo [percebe-se a decepção na sua voz] (...) E que me ouvia... [...] E que por trás não me defendia. (...) (...) [...] Se eu tenho uma mágoa... Essa. (...) É a minha mágoa. (...) [...] Porque por mais que você não seja. (...) Se você parecer ser, você passa a ser. (...) Eu nunca pensei, que eu pudesse ser enganada assim. Mulher forte, decidida, que atravessou... né? Nunca pensei. Verdadeiramente. Mas, como diria Mário Quintana “Esses que aqui estão atravancando o meu caminho. Eles passarão. Eu passarinho!” [sorrindo] (FRIDA RAMOS, 27, NP)

Narrativa extra “Brasilidade tóxica”

Eu deixei uma época de ouvir música brasileira. Eu deixei uma época de ler livros brasileiros, eu deixei uma época, eu neguei a minha brasilidade quando o [estabelecimento em que trabalhava] me disse que eu não podia atender o telefone porque eu tinha sotaque brasileiro. Então eu passei a consumir tudo o que era português. Tudo. Cadê o sotaque português? (...) Eu canto os Xutos e Pontapés num espetáculo. Eu sei quem são os Azeitonas e canto as músicas deles. Adoro Carlos do Carmo. (...) E mais outros tantos que eu posso citar. Poesia... posso recitar Florbela Espanca, se você quiser. (...) Eu me defendi. (...) da minha brasilidade, que era tóxica para os portugueses com a cultura portuguesa. Eu bebi a cultura portuguesa para poder cuspir para eles. Desculpa a expressão, tem uma... tem um tom de revolta, mas é isso mesmo. Para poder cuspir para eles. (...) que eu não tinha só a minha cultura. Tinha uma cultura portuguesa que eles próprios não tinham. (...) (...) (...) Foi isso que eu fiz. (...) (FRIDA RAMOS, 27, NP)

Anexo E – Poema “A língua é a mesma, mas é outra”

Há 2 anos
os piás são putos
a galera é malta
e mina gata é miúda gira.
A bera é jola
o litrão é litrosa
e a tampinha é carica.

Há 2 anos
ter graça é ter piada
uma parada é uma cena
e se for massa é porreira.

Há 2 anos
o pique é pica e a pica é pila
as bolas são tomates
e as gurias, ou melhor, as raparigas
têm pipi e usam cueca.

Há 2 anosos
maloqueiros são mitras
os nerds são cromos
os mauricinhos são betos
as piriguetes são porquitchonas
os nóias são carochos
e os puxa-sacos são lambe-cus.

No futebol?
Baliza, balneário, relvado, guarda-redes,
pontapé, plantel, claqués, adeptos, remate,
goloooooooo! Só se fala a mesma língua nos pés.

Há 2 anos

moto é mota
carona é boleia
e Kombi é pão de forma.
Privada é sanita
descarga é autoclismo.
e cocô é cocó.
Bituca é beata
seda é mortalha
e chapado é mocado.
Carpete é alcatifa
isopor é esferovite
e estilete é x-acto.
Um bobo é um parvo
um tolo é um totó
e o totó... matraquilhos.

E se acha que eu estou enchendo linguiça, está enganado.
Aqui, o que se enche é o chouriço.
E os pratos têm bom aspeto e sabem bem.

Há 2 anos
o aqui é cá e o até mais é até já
e se calhar eu já sei diferenciar
o pá do epá do opá e do elaaaa!

Aqui, posso dizer "vou ter contigo" e "estou a gozar"
até mesmo para uma freira.
E dizer "foda-sssee", bem, é diferente.

E há coisas que fazem mais sentido
como o termo ser "perdidos & achados"
e não "achados & perdidos".

Há 2 anos o mixuruca é manhoso e o fuleiro é chungu. Mãe coruja é mãe galinha e tio babão é tio babado. Um trilhão é um bilião lugar é sítio, sítio é quinta e um lugar qualquer, algures. E se está achando este textão um saco sinto muito, mas aqui se diz "uma seca". Se quiser, mande uns pitacos, digo, bitaites. E se não gostou, eu tô nem aí. Ou melhor, estou-me a borrfar. Estou-me nas tintas.	É claro que viver cá nem sempre é fácil. Às vezes é um bocado lixado, tás a ver? Haja paciência, ou melhor, pachorra. Mas geralmente é mesmo bué da fixe! Então, se quiser vir a Portugal, esteja à vontade mas lembre-se que "à vontade não é à vontadinha". E prepare-se para uma experiência do caraças. Porque nestes 2 anos eu percebi que a língua pode até ser a mesma, mas é outra. E que eu posso até ser o mesmo, mas já sou outro. (Lense, 2020, p.161-166)
---	--

Poema retirado do livro Antologia poética da imigração lusófona

MURILO LENSE nasceu em Curitiba, em 1989, e reside em Lisboa desde 2017. Formou-se em Comunicação Social e trabalha como copywriter. No Brasil, já publicou contos em revistas como Ler&Cia, RelevO, antologia Livro dos Novos II e o livro Nebulosa, criado pelo blog literário Obcenidade Digital.